



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete
De Sua Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/3389/2021	17/11/2021	SE/2021/1430	06/12/2021

ASSUNTO: Requerimento n.º 231/XII – Projeto referente à construção, reabilitação e museografia da Casa da Vigia no âmbito do Ecomuseu do Corvo

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Paulo Estêvão e Gustavo Alves, do grupo parlamentar do Partido PPM, sem prescindir quanto ao teor do preâmbulo, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de informar a V. Exa., relativamente às questões colocadas o seguinte:

Após aprovação do projeto preliminar do projeto de arquitetura de "Requalificação do espaço público e construção da "Casa da Vigia", pela Sra. Diretora do Ecomuseu do Corvo e pelo Sr. Diretor Regional da Cultura, foi dada continuidade ao projeto de execução, sendo que se verificou que, para a continuidade processual do mesmo, seria necessária a elaboração do projeto de instalações elétricas. O mesmo foi adjudicado a um técnico externo, no mês de outubro.

Sublinha-se que o terreno para a construção ainda se encontra em fase de aquisição por parte da Região.

Em anexo, remetemos o processo, incluindo o projeto de arquitetura, os projetos de especialidades (instalações elétricas, de fundações e estruturas, e de águas pluviais), o plano de segurança e saúde,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

o plano de gestão e prevenção de resíduos de construção e demolição, e os mapas de medições (de arquitetura, de fundações e estruturas e de águas pluviais).

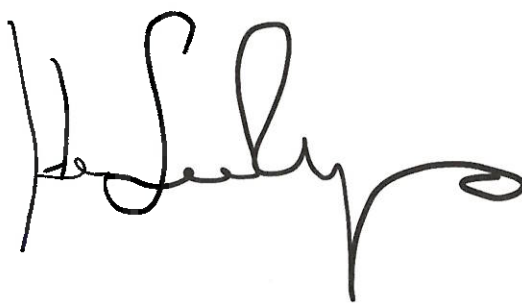
Importa relevar que o projeto se encontra, neste momento, em versão preliminar para avaliação, análise técnica e aprovação na Direção Regional da Cultura.

Com os melhores cumprimentos,

TERMO DE RESPONSABILIDADE
DO AUTOR DO PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Helena Margarida Enes Garcia de Vargas, moradora na _____, inscrita no número de contribuinte _____, inscrito na Ordem de Engenheiros com o número: _____ declara, declara, para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 10º, do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi conferida pela Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, que o projeto da “**Requalificação de Espaço público e Construção da Casa da Velha**”, sito na Vila do Corvo, observa as normas legais e técnicas aplicáveis, e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Angra do Heroísmo, 22 de Setembro de 2021





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

**REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA “CASA DA VEGIA”
ECOMUSEU DO CORVO**

Zona da Vegia, Vila do Corvo, Ilha do Corvo

Peças Escritas

Projeto de Arquitetura

julho 2021

1



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

ÍNDICE:

A- DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO

- TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO DE ARQUITETURA
- DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO
- DECLARAÇÃO DA ORDEM DOS ARQUITETOS
- SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL
- CALENDARIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE OBRA
- ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
- CADERNETA PREDIAL URBANA

B- MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1. INTRODUÇÃO
2. CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA
3. OBJETIVOS DA OBRA
4. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA PROPOSTA
5. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE
6. FOTOGRAFIAS DO EXISTENTE
7. INDICAÇÕES DO DONO DE OBRA/PROGRAMA PRELIMINAR
8. INTENÇÕES PROJECTUAIS
9. ÁREAS
10. PROJETOS DE ESPECIALIDADES
11. DIVERSOS

C- CONDIÇÕES TÉCNICAS

- CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS
- CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS E MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

D- ÍNDICE DAS PEÇAS DESENHADAS

Assinado por : **ANA ISABEL PAIS SALVADOR**

Num. de Identificação: 11751670

Data: 2021.11.29 15:47:03-01'00'

2



DECLARAÇÃO

O Conselho Diretivo da Região Açores da Ordem dos Engenheiros declara que a Engenheira Helena Margarida Enes Garcia de Vargas está como Membro Efetivo, nesta associação pública profissional, sendo portadora da Cédula Profissional n.º 1, titular do curso de Engenharia Electrotécnica e de Computadores pelo(a) Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa em 20-02-1999, agrupado na(s) Especialidade(s) de Eletrotécnica desde 11-02-2000, com o título de qualificação de Sénior, está na efetividade dos seus direitos como Engenheira.

Mais se declara que se encontra na efetividade dos seus direitos como engenheiro, bem como na sua capacidade para exercer as seguintes funções:

- Elaboração de Projeto de instalações elétricas de acordo o art.º 19 da Lei 14/2015, de 16 de fevereiro, e Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, relativamente a obras da Categoria, I, II, III e IV estabelecidas nos quadros n.º 1 e n.º 2 do Anexo III da Lei n.º 40/2015.

- Execução de instalações elétricas de acordo com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro e com a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, relativamente a obras da 4.ª Categoria, em todas as Subcategorias.

- Exploração de instalações elétricas de acordo com o artigo 20.º da Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro.

A presente declaração destina-se a ser exibida perante as entidades competentes, apenas para efeitos da prática do(s) ato(s) de engenharia nela descritos e é válida pelo prazo de 1 ano.

Validade

Assinatura

Ponta Delgada, 4 de janeiro de 2021.

Teresa Maria Soares Costa
A Presidente em exercício

Elementos de validação
Código: 9Y72N66S
Ref.º: IE3001
Declaração n.º: RA2333/2021

www.ordemengenheiros.pt



H. VARGAS
ENGENHARIA

**PROJETO DE EXECUÇÃO
DE
INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS**

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA DA CIENCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

**REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E
CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"**

ECOMUSEU DO CORVO – ZONA DA VEGIA

ÍNDICE

MEMÓRIA DESCRITIVA	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERÍSTICAS DA INSTALAÇÃO	3
3. iluminação DECORATIVA	3
4. QUADROS ELÉTRICOS E ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA	4
5. TERRA DE PROTEÇÃO	4
6. CANALIZAÇÕES	4
7. PROTEÇÃO DAS PESSOAS	5
CONDIÇÕES TÉCNICAS	6
1. INSTALAÇÃO	6
2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	6
3. CANALIZAÇÕES	6
4. VALAS	7
5. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS	7
5.1. QUADROS ELÉTRICOS	7
5.2. TERRA DE PROTEÇÃO	9
5.3. PROTEÇÃO CONTRA CONTACTOS INDIRETOS	10
5.4. CABOS ELÉTRICOS	11
5.5. APARELHOS ILUMINAÇÃO	11
6. ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	12
7. CONSIDERAÇÃO FINAL	12
ANEXOS	13

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. INTRODUÇÃO

A presente memória descritiva e justificativa refere-se ao à Instalação elétrica destinada à iluminação decorativa da Requalificação de Espaço Público e construção da “Casa da Vegia” sito na Vila do Corvo..

O projeto foi elaborado tendo em atenção os Regulamentos e Normas seguintes:

- Regras Técnicas das Instalações Elétricas de baixa Tensão
- Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.
- Normas Portuguesas aplicáveis, as recomendações técnicas da CEI e demais regulamentação aplicável.

Estão incluídos no presente projeto os seguintes trabalhos:

- Alimentação de energia elétrica ao Quadro Elétrico de Iluminação ;
- Iluminação Decorativa;

Na execução destes trabalhos deverá haver atenção para as infraestruturas elétricas subterrâneas já existentes, devendo o adjudicatário informar-se localmente com a Empresa Distribuidora.

2. CARACTERÍSTICAS DA INSTALAÇÃO

O presente projeto de instalações elétricas de serviço particular, inclui as seguintes intervenções:

- Alimentação em Baixa Tensão ao Quadro Elétrico de Iluminação Decorativa;
- Instalação Elétrica da iluminação decorativa do espaço exterior a requalificar.

3. ILUMINAÇÃO DECORATIVA

A iluminação exterior inclui:

- Iluminação da maquete;
- Iluminação geral através de linha continua a instalar na laje da “Casa da Vegia”;
- Iluminação do murete através de linha continua.;
- Iluminação dos degraus e murete através de armaduras de encastrar..

4. QUADROS ELÉTRICOS E ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA

A Alimentação de energia do Quadro Elétrico previsto no presente projeto será feita em Baixa Tensão por Ramal subterrâneo .

A potência instalada destinada a iluminação decorativa, será de 1,15 kVA.

O Quadro Elétrico será saliente e terá um Índice de Proteção mínimo IP65 .

Para comando da Iluminação exterior, o quadro elétrico projetado deverá ser dotado de um interruptor horário. Este quadro será dotado de uma terra de proteção.

5. TERRA DE PROTEÇÃO

Imediatamente a montante do Quadro a instalar será criada terra de proteção de toda a instalação a jusante. Será constituída por eléctrodos de terra sob a forma de chapa de aço ou de cobre (tanto quanto necessários), por forma a que a global de contacto não exceda o valor recomendado (10Ω). Intercalada entre o Quadro e o eléctrodo de terra existirá uma caixa adequada para conter um ligador amovível, de modo a permitir o controlo periódico da medição da resistência de terra.

6. CANALIZAÇÕES

As canalizações serão todas subterrâneas, constituídas por cabos do tipo XV, protegidos por tubo, nas secções e diâmetros indicados nas Peças Desenhadas, dispostas em vala.

Nas canalizações serão utilizados tubos flexíveis, nas curvaturas e mudanças de direção serão colocadas câmaras de visita, podendo sofrer ajustes na fase de execução. Os tubos ficarão a uma profundidade mínima de enterramento de 0,6 m nos passeios, conforme pormenor de vala indicado nas Peças Desenhadas.

A ligação das massas à terra será efetuada pelo condutor de proteção incluído em todas as canalizações e ligado ao circuito geral de terras através dos quadros.

7. PROTEÇÃO DAS PESSOAS

A proteção contra contactos indirectos será assegurada pela ligação a terra de todas as massas metálicas normalmente sem tensão, associada à utilização de aparelhos de corte automático sensíveis à corrente diferencial-residual instalados nos quadros, interruptores e disjuntores diferenciais de 300 mA.

A proteção de pessoas contra contactos directos, será assegurada pelo isolamento ou afastamento das partes ativas com isolamento apropriado.

A Responsável,

Assinado por : **HELENA MARGARIDA ENES
GARCIA DE VARGAS**

Data: 2021.10.20 07:43:27+00'00'
Enq. Helena Vargas



CONDIÇÕES TÉCNICAS

1. INSTALAÇÃO

A montagem da instalação deverá ser executada em conformidade com as Peças Desenhadas e Memória Descritiva.

2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Está incluído também nesta empreitada o conjunto de todos os trabalhos de construção civil necessários à montagem dos vários componentes, nomeadamente o assentamento de caixas e abertura e tapamento de roços e valas

Nenhum material ou equipamento poderá ser montado ou instalado em obra sem a prévia aprovação do dono de obra, ou da entidade que o representar.

Dos equipamentos a instalar fica o adjudicatário obrigado a fornecer toda a documentação a eles referente, tal como catálogos, certificados de ensaios, de qualidade ou de origem, homologações, etc., sempre que tal lhe seja solicitado pelo dono de obra, ou pela entidade fiscalizadora que o representar.

O adjudicatário organizará a realização destes trabalhos de forma a causar o menor transtorno possível à circulação das vias, não deixando em casos algum troços de vala abertos entre dias de trabalho diferentes, que possam causar obstruções ou acidentes.

Quando por motivos de força maior não seja possível, os pontos que possam produzir situações perigosas, devem ser sinalizados de forma regulamentar e bem visível, devendo o dono de obra ou a entidade fiscalizadora que o representa, ser previamente avisado de tais situações.

Todos os acidentes que eventualmente ocorram serão de inteira responsabilidade do Adjudicatário.

3. CANALIZAÇÕES

As canalizações serão constituídas por cabos protegidos por tubos flexíveis, nas secções e diâmetros indicados nas Peças Desenhadas, enterrados no solo em vala.

Os tubos ficarão a uma profundidade mínima de enterramento de 0,6m nos passeios. Sempre que houver necessidade de aumentar o número de tubos estes ficarão para baixo da cota mínima.

A tubagem assentará no fundo das valas, que deverá estar limpa de pedras, e serão cobertos com areia ou com terra fina (ou cirandada, antes de proceder ao seu enterramento com os produtos resultantes da escavação.

Nenhuma vala será fechada sem que previamente tenha sido submetida à inspeção por parte do dono de obra ou da entidade fiscalizadora que o representar.

Sempre que seja necessário fazer acrescentos nas tubagens serão utilizados acessórios adequados para esse fim, não sendo admitidos em caso algum enfiamentos diretos de tubos entre si por meio de aquecimento, por forma a evitar a criação de arestas que possam danificar a bainha exterior dos cabos.

Qualquer troço de vala onde sejam instalados tubos para que o enfiamento dos cabos se faça posteriormente, ou por conveniência da execução dos trabalhos ou para facilitar a circulação automóvel, o seu tapamento com areia, ou com terra fina (ou cirandada), só será realizado após ser submetida à inspeção por parte do dono de obra ou da entidade fiscalizadora que o representar.

4. VALAS

As valas serão executadas, com o traçado definido nas Peças Desenhadas.

Antes da abertura das valas, o adjudicatário informar-se-á junto das entidades competentes sobre a existência de outras infraestruturas no subsolo, no sentido de se evitarem avarias e danos desnecessários, pois sempre que estes ocorram serão sempre da sua inteira responsabilidade.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

5.1. QUADROS ELÉTRICOS

Os quadros elétricos serão para montagem exterior embebida, serão instalados nos locais assinalados e serão equipados de acordo com as indicações das Peças Desenhadas e Condições Técnicas. Todos os circuitos deverão no final estar identificados.

Os quadros serão obrigatoriamente fabricados em material isolante e possuirão internamente uma estrutura amovível, sobre a qual será montada toda a aparelhagem, de modo a permitir a sua colocação apenas depois de efetuada a fixação do quadro.

Terá um grau de proteção nunca inferior a IP65 e deverá possuir régua de bornes onde serão ligadas todas as saídas. Possuirá barramento de neutro e barramento de terra de proteção.

5.1.1. ELETRIFICAÇÃO E MONTAGEM DO EQUIPAMENTO

Os barramentos serão constituídos por barras de cobre eletrolítico com secção adequada à intensidade de corrente prevista, e dimensionados para os esforços eletrodinâmicos à corrente de curto-circuito de 15 KVA.

O apoio dos barramentos será feito através de isoladores de poliéster armado a fibra de vidro ou outro isolante apropriado.

As ligações das derivações aos barramentos deverão ser executados com parafusos DIN 933 de aço inoxidável, cujo aperto será assegurado por anilhas de mola DIN 127 de boa qualidade.

Os condutores terão terminais de cravar nas extremidades. Estes condutores e todos os da ligações aos circuitos exteriores ou da instalação elétrica do quadro, serão devidamente referenciados em etiquetas de material não degradável.

Nos painéis frontais serão colocadas etiquetas de identificação de cada um dos circuitos.

O equipamento a instalar nos quadros é o indicado nas Peças Desenhadas e deverá ter as seguintes características:

- **Placas de terminais**, os terminais de aperto dos cabos e condutores (bornes) deverão ser de qualidade comprovada, próprios para a ligação de condutores de dois calibres acima dos previstos.

Serão para montagem em calhas metálicas (permitindo a montagem e desmontagem fácil, de forma a não interferir com outros já montados) e terão a possibilidade de receber uma numeração por colocação de cavaleiros.

- **Interruptores**, serão para a tensão nominal mínima de 380/415 V e o número de pólos o indicado nas Peças Desenhadas, sendo o corte brusco, independente do tempo de manobra do operador.
- **Sinalizadores**, Os sinalizadores de fase e de comando a montar nos quadros terão base para fixação aos painéis metálicos e lâmpadas de néon, para 400 V, e terão calotes difusoras para proteção da lâmpada nas cores regulamentares.

Quando destinados a assinalar o estado de um circuito (comando), terão calote de cor branca.

- **Disjuntores**, serão modelados, de montagem em calha metálica, de corte no ar, com relés térmicos e electromagnéticos para protecção contra sobrecargas e curto-circuitos, e serão monofásicos, sem corte do neutro, conforme indicado nas Peças Desenhadas.

As curvas características dos disjuntores serão do tipo rápido e o poder de corte deverá ser de 10 kA.

- **Interruptores e disjuntores diferenciais**, serão do tipo compacto, de baixa sensibilidade à corrente diferencial-residual (30 mA) e para a tensão nominal de 230/400V.

Serão bipolares ou tetrapolares, e a sua intensidade nominal é a indicada nas Peças Desenhadas.

- **Interruptor horário**, será do tipo digital com afixação de cristais líquido (LCD), modular, com capacidade para 58 passos de programa, correspondendo cada passo a um horário de abertura e a um horário de fecho do circuito por dia, podendo repetir-se vários dias por semana.

Terá reserva de marcha de 100 h, possibilidade de marcha/paragem orçada permanente com retorno manual ao programa, possibilidade de marcha/paragem durante n dias com retorno automático ao programa.

Os dados de programação deverão poder introduzir-se por qualquer ordem sem alterar a programação normal (caso de domingos e feriados).

Possuirá tecla de mudança de hora Verão (Inverno, precisão de comutação de 1s/dia e tempo mínimo de comutação de 1s.

Todos os equipamentos a instalar nos quadros serão da Merlin – Gerin, ou equivalente, salvo quando for explicitamente indicada outra marca, ou equivalente, ou quando aquela marca não fabricar equipamentos do tipo indicados.

5.2.TERRA DE PROTEÇÃO

Imediatamente a montante dos Quadros será criada uma terra de protecção de toda a instalação a jusante.

Será constituída por eléctrodos de terra sob a forma de chapa de aço ou de cobre (tanto quanto necessários), por forma a que a global de contacto não exceda o valor recomendado (10 Ω).

Intercalada entre o Quadro e o eléctrodo de terra existirá uma caixa adequada para conter um ligador amovível, de modo a permitir o controlo periódico da medição da resistência de terra.

A caixa será fabricada em material isolante idêntico ao dos quadros e a sua abertura deve exigir a utilização de ferramenta.

A ligação entre o terminal de terra do Quadro e a referida caixa, bem como entre esta última e o elétrodo de terra, será efetuado por intermédio de condutor de cobre e eletrolítico protegido por tubo e com a secção indicada nas Peças Desenhadas.

À barra de terra dos restantes quadros do edifício ligarão todos os condutores verde-amarelos dos diversos circuitos, bem como as suas partes metálicas.

A cada um destes condutores, dos vários circuitos, ligar-se-ão todas as partes metálicas das instalações de utilização e os terminais de terra das tomadas.

A(s) chapa(s) de terra será de aço galvanizado ou de cobre, enterrada no solo verticalmente por forma a que a sua parte superior fique no mínimo a 0,8 m de superfície, sendo o condutor de terra que faz a ligação amovível instalado na caixa e o elétrodo de terra, fixado à(s) chapa(s) de terra por meio de soldadura forte.

O equipamento a instalar na caixa de medição de terra e na execução do elétrodo de terra é o indicado nas Peças Desenhadas e deverá ter as seguintes características:

5.2.1. LIGADOR AMOVÍVEL

Será constituído por uma barra de cobre eletrolítico com secção adequada à intensidade da corrente máxima admissível nos condutores que o unem aos quadros e ao elétrodo de terra.

Será deixado na cor natural e será protegido da oxidação através da aplicação de verniz transparente de alta resistência mecânica.

5.2.2. CHAPA DE TERRA

A(s) chapa(s) de terra será em aço galvanizado ou cobre com uma superfície mínima de 1m² e com uma espessura mínima de 3 mm.

5.3. PROTEÇÃO CONTRA CONTACTOS INDIRETOS

Para garantir a proteção das pessoas contra os contactos indiretos, além do condutor de terra, presente em todos os circuitos de iluminação, deverá ser criada uma terra de proteção, nas colunas ou projetores, indicados nas Peças Desenhadas, de modo a diminuir o valor da resistência de terra de proteção dos quadros elétricos.

A terra será executada com tantos piquets de terra quanto necessários, de modo a que a resistência de terra não exceda os 10 Ω .

Os piquets serão de aço revestido a cobre, serão enterrados verticalmente no solo, de modo a que a sua parte superior fique no mínimo a 0,8 m da superfície.

Todas as restantes massas metálicas para além da própria coluna ou projetor, serão também ligadas á terra.

5.4. CABOS ELÉTRICOS

Os cabos serão em cobre eletrolítico, com isolamento, nas secções e tipos indicados nas presentes Condições Técnicas e Peças Desenhadas.

Os cabos serão instalados inteiros, não sendo admitidas quaisquer emendas, os cabos possuirão as seguintes características:

- Na bainha exterior conterão as seguintes indicações mínimas (de acordo com a NP – 917);
- Marca de origem, oficialmente, que identifique o fabricante;
- Marca que identifique o tipo de condutor isolado;
- As indicações referidas terão de ser indeléveis.

5.5. APARELHOS ILUMINAÇÃO

A iluminação será executada com as armaduras e projetores com as características e componentes descritos nos pontos seguintes e distribuídas como indicado nas Peças Desenhadas.

As luminárias e o projetores, assim como os acessórios, serão deixados na sua cor natural, pelo que o seu transporte, acondicionamento e montagem deverão ser cuidados e executados com meios adequados, de forma a evitarem-se danos nas superfícies.

A localização dos pontos de luz e projetores encontra-se na planta em anexo.

As luminárias deverão ter tratamento anticorrosivo apto para zonas costeiras:

Iluminação Maquete

- **PI** – Projetor do tipo MICROTECHNO SPOT LED, 627 LM, 230 V CRI 90, 3000K, 5,8 W
Ref. S359W14, da Simes ou equivalente;

Laje e murete

- **P2** – Linha continua saliente do tipo CONTINUOUS ROD MINIMAL SURFACE MODULES LED 2137 LM, 24 V, CRI 80, 3000 K, 34,5W. inclui fonte de alimentação 230/24V, 90W, ref. S2406.
Ref. S2303W14, da Simes ou equivalente;
- **P3** – Linha continua saliente do tipo CONTINUOUS ROD MINIMAL SURFACE MODULES LED 1425 LM, 24 V, CRI 80, 3000 K, 11,5W. inclui fonte de alimentação 230/24V, 90W, ref. S2406.
Ref. S2301W14, da Simes ou equivalente;

Escadas

- **P4** – Armadura do tipo STEP 153 LM, 230 V, CRI 90, 3000 K, 3W. inclui caixa para encastrar, ref.S4653
Ref. S4655W14, da Simes ou equivalente;

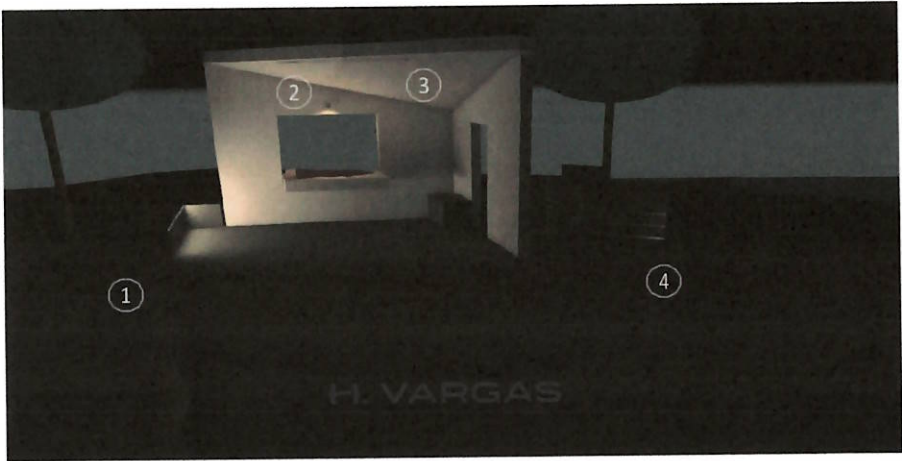
6. ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA

Está previsto no presente projeto um quadro de contagem junto ao Armário de Distribuição existente, de onde partirá em troço subterrâneo a alimentação de energia do presente projeto.

7. CONSIDERAÇÃO FINAL

Em todo o omissso respeitar-se-á a legislação em vigor e as regras de boa técnica.

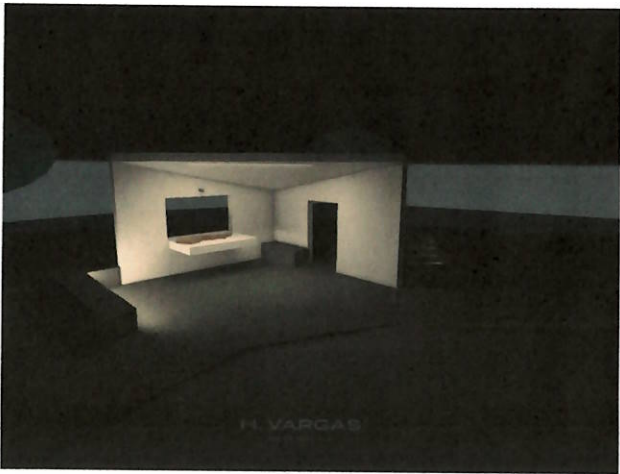
ANEXOS



ILUMINAÇÃO
CASA DA VIGIA

- 1 ARMADURA DE LINHA CONTÍNUA NO MURETE /LAJE,
- 2 S2301.W.14
- 3 S2302.W.14
- 4 S2303.W.14

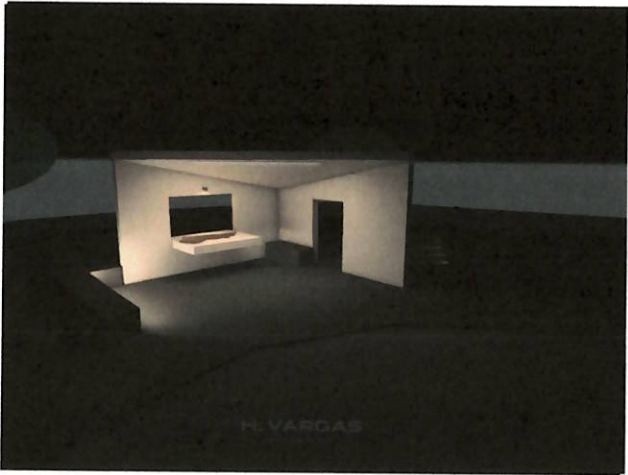
- 2 PROJETO 3594.W
- 4 ILUMINAÇÃO DEGRAUS 4655.W



ILUMINAÇÃO
CASA DA VIGIA

2 Off
1 3 4

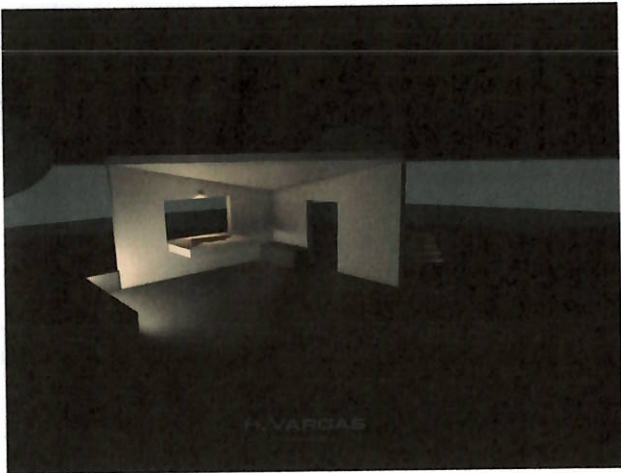
- | | | | |
|---|-------------------------------|---|--------------------|
| ① | ARMADURA ENCASTRADA NO MURETE | ② | PROJETOR |
| ③ | ARMADURA ENCASTRADA NA LAJE | ④ | ILUMINAÇÃO DEGRAUS |



ILUMINAÇÃO
CASA DA VIGIA -
100% ON

1 2 4 3

- | | | | |
|---|-------------------------------|---|--------------------|
| ① | ARMADURA ENCASTRADA NO MURETE | ② | PROJETOR |
| ③ | ARMADURA ENCASTRADA NA LAJE | ④ | ILUMINAÇÃO DEGRAUS |



ILUMINAÇÃO
CASA DA VIGIA

3 Off
1 2 4 3

- | | | | |
|---|--------------------------|---|--------------------|
| 1 | LINHA CONTINUA NO MURETE | 2 | PROJETOR |
| 3 | LINHA CONTINUA NA LAJE | 4 | ILUMINAÇÃO DEGRAUS |



H. VARGAS

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
ENGENHARIA
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA" 1
ECOMUSEU DO CORVO – ZONA DA VEGIA

PROJETO DE EXECUÇÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS MAPA DE QUANTIDADES

ITEM	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (€uros)	IMPORTÂNCIA (€uros)	
					PARCIAL	TOTAL
IE	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
IE.1	ALIMENTAÇÃO DOS QUADROS ELÉCTRICOS					
IE.1.1	Tubagens:					
IE.1.1.1	Ø40	m ¹	44,0			
IE.1.1.2	Ø50	m ¹	6,0			
IE.1.1.3	Caixa de Passagem	un	3,0			
IE.1.2	Cabos:					
IE.1.2.1	XV2x10	m ¹	44,0			
IE.1.3	Equipamentos:					
IE.1.3.1	Quadro de contagem em nicho (inclui todos os trabalhos necessário de construção civil)	un	1,0			
IE.1.3.2	Quadro Geral de iluminação inclui interruptor horário para comando de iluminação exterior	un	1,0			
IE.1.4	Diversos:					
IE.1.4.1	Sistema de Rede de Terras	Global	1,0			
IE.1.4.2	Abertura e enchimento de vala, incluindo o levantamento e reposição do pavimento conforme o existente e todos os trabalhos necessários	m ³	20,0			
IE.1.4.3	Ligação à Rede da Empresa Distribuidora, incluindo todos os trabalhos e equipamentos necessários	Global	1,0			

ITEM	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (€uros)	IMPORTÂNCIA (€uros)	
					PARCIAL	TOTAL
IE.2	ILUMINAÇÃO					
IE.2.1	Armaduras: Nota: Está incluído no fornecimento das armaduras, todos os acessórios necessários, tais como transformadores, curvas para linhas contínuas, caixas de encastrar, etc.					
IE.2.1.1	P1	un	1,0			
IE.2.1.2	P2	un	2,0			
IE.2.1.3	P3	un	3,0			
IE.2.1.4	P4	un	7,0			
IE.2.3	Cabos e Tubagens:					
IE.2.3.1	XV 3G2,5	m ¹	58,0			
IE.2.3.2	Ø25	m ¹	55,0			
IE.1.4	Diversos:					
IE.2.2.7	Caixa de derivação	un	5,0			
	NOTAS:					
1 -	A abertura das valas ou roços e seu refechamento, bem como todas as fixações, acessórios de mudança de direcção e outros, estão incluídos nos preços das tubagens.					
2 -	O fornecimento e montagem incluindo todos os trabalhos inerentes (roços em pavimentos e paredes, fixações à vista com abraçadeiras e outras, remates nos atravessamentos de paredes ou lajes, escavações, pintura e ensaios) ainda que não especificados mas conducentes ao cumprimento do Projecto e das Condições Técnicas, bem como à boa execução e funcionamento da obra, referentes aos seguintes artigos estão incluídos nos preços dos artigos.					
	TOTAL IE					
TOTAL :						



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

A

DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR
DO PROJECTO DE ARQUITECTURA**

Ana Isabel Pais Salvador, Arquiteta, moradora na [REDACTED] freguesia da [REDACTED] concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte nº [REDACTED] inscrita na Ordem dos Arquitetos sob o nº [REDACTED] declara, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 7º e no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que o Projeto de Arquitetura, de que é autora, relativo à obra de Requalificação de Espaço Público e Construção da “Casa da Vegia”, sito na zona da Vegia, concelho de Vila do Corvo, Ilha do Corvo, requerido pela Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital – Direção Regional da Cultura, com localização na freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo:

- a) observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:
- RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas);
 - Aviso n.º 11761/2017, de 03/10/2017 (Plano Diretor Municipal do Corvo);
 - Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro (Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel);
 - Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro (Regime Específico de Proteção e Valorização do Património Cultural Imóvel do Núcleo Antigo de Vila do Corvo);
- b) Está conforme com os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão.

Angra do Heroísmo, novembro de 2021

Ana Salvador
(OA18912)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO COORDENADOR
DE PROJECTO**

Ana Isabel Pais Salvador, Arquitecta, moradora na [REDACTED], freguesia da [REDACTED], concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte nº [REDACTED] inscrita na Ordem dos Arquitectos sob o nº [REDACTED] declara, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 7º e no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que o Projeto de Arquitetura, de que é coordenadora, relativo à obra de Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", sito na zona da Vegia, concelho de Vila do Corvo, Ilha do Corvo, requerido pela Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital – Direção Regional da Cultura, com localização na freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo:

- c) observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:
- RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas);
 - Aviso n.º 11761/2017, de 03/10/2017 (Plano Diretor Municipal do Corvo);
 - Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro (Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel);
 - Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro (Regime Específico de Proteção e Valorização do Património Cultural Imóvel do Núcleo Antigo de Vila do Corvo);
 - Decreto-Lei Nº 163/2006, de 8 de agosto (condições de acessibilidade);
- d) Está conforme com os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão.

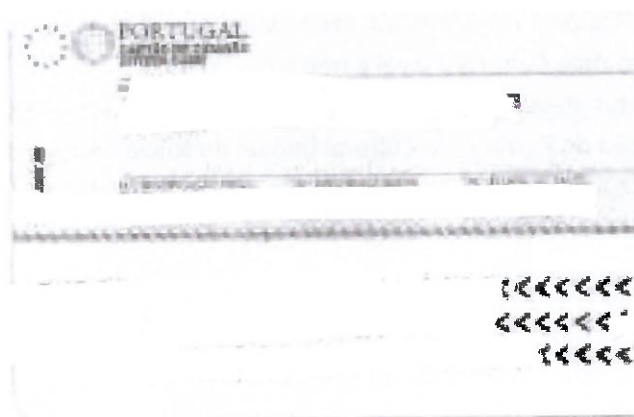
Angra do Heroísmo, novembro de 2021

Ana Salvador
(OA18912)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

DOC IDENTIFICAÇÃO





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

DECLARAÇÃO DA OA



CERTIDÃO

NÚMERO	EMIÇÃO	VALIDADE	Validação de Documento
14375/2021	22-11-2021	22-11-2021 a 22-02-2022	Nº Membro OA: Código de Validação: SDCC12FCD0DD00 Para verificar a autenticidade deste documento accede a www.ordemdosarquitectos.pt , opção "Validação de Documentos" e introduza o número de membro e o código de validação acima indicados.

A Ordem dos Arquitectos, associação pública profissional, ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Arquitectos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, na redacção da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto de 2015, certifica que:

Ana Isabel Salvador

com o número de identificação civil [REDACTED] se encontra inscrito(a) nesta ordem profissional com o número de membro [REDACTED] desde 19/10/2010.

Gonçalo Byrne, arquitecto
Presidente do Conselho Directivo Nacional

ENQUADRAMENTO LEGAL PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO:

- Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho e artigo 44.º, n.º 2 e n.º 3, da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto, primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, (i) elaborar e apreciar estudos, projectos e planos de arquitectura, e (j) intervir em estudos, projectos, planos e actividades de consultoria, gestão, fiscalização e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas à edificação, urbanismo, concepção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das actividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente;

- Anexo I da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função de coordenador de projecto em obras até ao valor correspondente à classe 4 de alvará,

- Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função de director de obra em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará, com as excepções previstas no dito anexo,

- Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função de director de fiscalização de obra, em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará, com as excepções previstas no dito anexo,

- Anexo IV da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função como técnico responsável pela condução da execução de trabalhos de especialidades em obras de classe 8 de alvará, nas seguintes subcategorias da categoria Edifícios e património construído: Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias, Estuques, pinturas e outros revestimentos, Carpintarias, Trabalhos em perfis não estruturais, Instalações sem qualificação específica, Restauro de bens imóveis histórico-artísticos, Armaduras para betão armado, Colagens, Impermeabilizações e isolamentos.

- Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de Agosto, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho elaborar estudos de comportamento térmico;

- Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de Outubro preencher as fichas de segurança e elaborar projectos de segurança contra incêndios em edifícios (conforme decisão do Acórdão n.º 319/2018, de 10 de Julho);

- Artigo 18.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho elaborar planos de segurança e saúde;

- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro e Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março - plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

- Portaria n.º 113/2015, de 22 de Abril - elaborar planos de acessibilidades.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA



Seguro de Responsabilidade Civil de Arquitectos

Apólice nº (Policy nº) 202238274 / Allianz

Certificado de Seguro (Certif. Insurance nº) Nº de Inscrição 18912

Tomador do Seguro (Policy holder)

ORDEM DOS ARQUITECTOS

Nome do Segurado (Assured's Name)

Ana Isabel Salvador, ARQ.

Termo da anuidade (Termination of risk)

Limite de Indemnização (Indemnity Limit)

Responsabilidade Civil Exploração (Third Party Liability)

EUR 25 000,00, por sinistro e anuidade

Responsabilidade Civil Profissional (Professional Indemnity)

EUR 25 000,00, por sinistro e anuidade

Coberturas (Scope of Cover)

De acordo com as Condições Particulares, Especiais e Gerais aplicáveis a este contrato.

Âmbito Territorial (Territorial Scope)

Portugal.

Franquia (Deductible)

Franquia 10% dos prejuízos indemnizáveis, num mínimo de EUR 125,00

Lisboa, 29 de dezembro de 2020

CONTACTOS

Linha Arquitectos: 21 318 62 02

Email: arquitectos@secose.pt





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

CALENDARIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA

Ana Isabel Pais Salvador, Arquiteta, moradora na [REDACTED] freguesia da [REDACTED] concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte nº [REDACTED] inscrita na Ordem dos Arquitetos sob o nº [REDACTED], estima que as obras de construção civil que a Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital - Direção Regional da Cultura pretende levar a efeito, para Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", sito na zona da Vegia, concelho de Vila do Corvo, Ilha do Corvo, tenham a duração de **06 meses (seis meses)**.

Angra do Heroísmo, novembro de 2021

Ana Salvador
(OA18912)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

ESTIMATIVA ORÇAMENTAL

Ana Isabel Pais Salvador, Arquiteta, moradora na [REDACTED] freguesia da [REDACTED] concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte nº [REDACTED] inscrita na Ordem dos Arquitetos sob o nº [REDACTED] declara, para os devidos efeitos, que a obra de construção civil que a Secretaria Regional da Educação e Cultura - Direção Regional da Cultura pretende levar a efeito para Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", sito na zona da Vegia, concelho de Vila do Corvo, Ilha do Corvo, foi estimada em **23.550,00 €** (vinte e três mil, quinhentos e cinquenta euros).


Angra do Heroísmo, novembro de 2021

Ana Salvador
(OA18912)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

CADERNETA PREDIAL URBANA

 AT autoridade tributária e aduaneira	CADERNETA PREDIAL RÚSTICA Modelo A <small>SERVIÇO DE FINANÇAS - CORVO</small>
IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO	
DISTRITO: 20 - HORTA CONCELHO: 01 - CORVO FREGUESIA: 01 - CORVO	
SECÇÃO: ARTIGO MATRICIAL Nº: 4335 ARV:	
NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO	
Vigia	
CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO	
Norte: Domínio público Sul: Domínio público	
Nascente: Domínio público Poente: Domínio público	
ELEMENTOS DO PRÉDIO	
Ano de inscrição na matriz: 1939 Valor Patrimonial Inicial: €0.40	
Valor Patrimonial Actual: €1.26 Determinado no ano: 1989	
Área Total (ha): 0.006200	
Descrição: Terreno de uma Eira	
TITULARES	
Identificação fiscal: 167142100 Nome: ANTONIO ALBERTO PIMENTEL DA SILVA	
Morada: R DO REGO, CORVO, 9980-022 CORVO	
Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: OUTRO Entidade: HAB. HERD. 13/2018 CORVO	
Criado via Internet em 2020-11-13	

O Chefe de Finanças

(Arsénio da Silva dos Santos)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

CERTIDÃO CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL

Conservatória do Registo Predial de
Corvo

Freguesia Corvo

2870/20201116

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: FP-2275-45761.490101-002870

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RUSTICO
SITUADO EM: VEGIA

ÁREA TOTAL: 62 M2
ÁREA COBERTA: 62 M2

MATRIZ n.º: 4335

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terra composta por Eira.

Confrontações:

Norte, Sul, Nascente e Poente: Domínio Público

O(A) Oficial de Registos
Roberto José Medeiros Bastos

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Corvo

AP. 394 de 2020/11/16 10:42:26 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2020/11/16 10:42:26 UTC

CAUSA : Sucessão Hereditária

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** ANTÓNIO ALBERTO PIMENTEL DA SILVA

NIF 167142100

Divorciado(a)

Morada: Rua do Rego, s/n

Localidade: Corvo

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** GOULART RODRIGUES DA SILVA

NIF 129620840

Morada: Rua do Rego, s/n

Localidade: Corvo

** TERESA DE FÁTIMA PIMENTEL

NIF 202946932

Morada: Rua do Rego, s/n

Localidade: Corvo

O(A) Oficial de Registos
Roberto José Medeiros Bastos

C.R.P. Corvo

www.predialonline.mj.pt

Informação em Vigor

2021/07/22 11:43:03 UTC

www.casapronta.mj.pt

Página - 1 -



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Conservatória do Registo Predial de
Corvo

Freguesia Corvo

2870/20201116

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 22-07-2021 e válida até 22-01-2022

C.R.P. Corvo

www.predialonline.mj.pt

Informação em Vigor

2021/07/22 11:43:03 UTC

Página - 2 -

www.casapronta.mj.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

B

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

B- MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1. – INTRODUÇÃO.

A presente memória descritiva e justificativa refere-se ao Projeto de Arquitetura de Requalificação de Espaço Público e Construção da “Casa da Vegia”, estrutura física do Ecomuseu do Corvo, que se localiza na zona da *Vegia*, ilha do Corvo. Este trata, na sua essência, do arranjo urbanístico do local.

Este projeto, elaborado pela signatária, foi executado enquanto técnica superior arquiteta, em funções na Direção Regional da Cultura. Como tal, o projeto foi sendo desenvolvido internamente num regime de diálogo direto com o Dono de Obra – modo em que foram desenvolvidas as diversas fases anteriores.

Desta forma, este Projeto de Execução resulta da evolução da simbiose estabelecida entre o Dono de Obra e a Projetista, dispensando a apresentação formal, nomeadamente das fases de Estudo Prévio e Anteprojeto, que foram aprovadas com comentários e instruções internas da própria Direção Regional da Cultura e do Ecomuseu do Corvo (em março deste 2021).

Verificou-se, ao longo de todo o processo de produção do Projeto de Execução, o cumprimento das especificações expressas nas regras e normas legais em vigor e a conciliabilidade entre as diversas especialidades, tendo sido mantido diálogo direto com todos os especialistas das restantes disciplinas.

2. – CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA.

Geograficamente localizada a ocidente do arquipélago dos Açores, a ilha do Corvo é a menor das ilhas dos Açores, com uma superfície territorial de 17,13 km², uma única povoação (Vila do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Corvo) e 430 habitantes. É um espaço insular, terrestre e marítimo, com características ambientais de excelência, reconhecidas pela UNESCO, em 2007, através da atribuição da classificação de Reserva da Biosfera.

Enquadra-se, segundo as definições do RJUE¹, em “obras de construção”, conforme definido na alínea b) do artigo 2.º do referido diploma.

Relativamente à sua localização, segundo a Planta de Ordenamento do PDM da ilha do Corvo, o terreno de implantação encontra-se em frente urbana litoral, e segundo a sua Planta de Condicionantes, em Domínio Público Marítimo.

Importa apenas acrescentar que o terreno se encontra abrangido pela servidão administrativa que resulta do Conjunto de Interesse Público classificado² (Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo).

3. – OBJETIVOS DA OBRA.

O projeto da Requalificação do Espaço Público e a Construção da “Casa da Vegia”, estrutura física do Ecomuseu do Corvo, localizado na zona da *Vegia*, Vila do Corvo, ilha do Corvo, tem por objetivos de carácter mais alargado, por um lado, ampliar a rede física do Ecomuseu através da criação de elementos de viabilizem a interpretação do território, e por outro, requalificar um espaço publico, que embora inserido no núcleo classificado, se encontra descaracterizado.

São também objetivos desta intervenção a valorização dos elementos patrimoniais que existem no local, nomeadamente as eiras, evocando também a memória das que já desapareceram, conduzir à reabilitação da zona envolvente à *Vegia* e ainda criar um espaço de promoção e contemplação de paisagem.

¹ Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro

² Pela Resolução n.º 67/97, de 10 de abril



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

4. – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA PROPOSTA.

O lote em questão encontra-se inscrito na matriz predial sob o art.º 4335, freguesia e concelho do Corvo, Distrito da Horta, pertence à Região Autónoma dos Açores.

O terreno em causa encontra-se localizado dentro dos limites do conjunto Classificado de Interesse Público do Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo.

5. – CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE.

A implantação da intervenção localiza-se num terreno na zona sul do núcleo classificado de interesse público da Vila do Corvo, ilha do Corvo. Alberga um pequeno volume de carácter dissonante e ilegal, que se prevê a sua demolição (que se pode verificar na figura 1), e é limitado, a Norte por caminho, a Sul por um lote pertencente a Rosa Vitória avelar, a nascente por lote de Herdeiros de Francisco do Nascimento, e a poente, pela encosta/arriba (Figura 1).



Figura 1: Localização do edifício em questão. [Google maps]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

É caracterizado por constituir uma zona de contemplação de paisagem, um miradouro natural para o cais e para a encosta nascente da ilha, podendo, também, a partir deste local, observar-se todo o núcleo urbano antigo.

Em termos de edificado urbano, na proximidade imediata da zona de intervenção verifica-se um edifício habitacional (com particularidades dissonantes relativamente às características dos edifícios habitacionais do núcleo classificado), dois volumes isolados, de arrumos, e ainda um edifício de restauração e serviços. Encontram-se ainda localizados também, nas imediações, duas eiras: uma que comunica diretamente com o local de intervenção, e outra, mais afastada e numa cota mais baixa.

6. – FOTOGRAFIAS DO EXISTENTE.



Figura 2: Fotografia do local - zona envolvente próxima. [Foto: autora]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA



Figura 3: Fotografia do local - zona de implantação. [Foto: autora]

7. – INDICAÇÕES DO DONO DE OBRA / PROGRAMA PRELIMINAR.

O projeto foi desenvolvido, paralelamente, num regime de diálogo direto com o Dono de Obra, e por outro, no âmbito do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo, sendo que o mesmo se encontra idealizado, e enquadrado, no “Projeto de valorização dos pavimentos dos Caminhos, Canadas, Grotas e outros espaços de ligação do conjunto classificado de interesse público – Núcleo Urbano antigo de Vila do Corvo”³.

Desta forma, mas particularizando ao que a esta intervenção diz respeito, foram previamente elaborados, entre os projetistas e o Dono de Obra, um conjunto de objetivos programáticos a atingir com o projeto de Requalificação do Espaço Público e Construção da “Casa da Vegia”, esta última, como estrutura do Ecomuseu do Corvo.

³ Projeto elaborado pelo GAT do Ecomuseu do Corvo, no âmbito do referido Protocolo de Colaboração entre as duas entidades, tendo sido efetuada a solicitação do apoio técnico a 13 de agosto de 2019, pelo Município do Corvo, com resposta favorável da Sra. Diretora Regional a 8 de outubro desse ano. O projeto com alvo de despacho favorável de S. Exa. o Secretário Regional da Educação e Cultura, a 29 de novembro de 2019, tendo sido o mesmo comunicado à Câmara Municipal do Corvo, através do ofício SAI-DRAC/2019/5002, datado de 06/12/2019.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Propõe-se, numa primeira análise, requalificar o espaço da *Vigia* e promover ações que têm como objetivo a adequação, melhoramento e qualificação das condições urbanas, ambientais, espaciais e estéticas da zona da *Vigia*, localizada no extremo sul do núcleo classificado urbano antigo da Vila do Corvo, sendo que também se pretende, de forma global:

- a) Promover obras de requalificação do espaço, promovendo vitalidade urbanística a um local exterior público, que se pretende que seja de estar e lazer, dotando-o com as devidas condições de acessibilidade, para usufruto da população local e também dos turistas;
- b) Dotar a zona sul, zona com cota mais baixa do Núcleo Classificado com uma estrutura edificada - Casa da *Vigia* - que, para além de ser um local de apreciação e contemplação de paisagem, tenha também um carácter de uso simbólico do espaço, nomeadamente através da instalação de uma maquete identificativa e interpretativa do núcleo urbano classificado.
- c) Criar uma estrutura edificada com volumetria simples, leitura contemporânea e características diferenciada das existentes na malha urbana do restante núcleo, que permita a contemplação permanente e uma zona de estar/lazer confortável, coberta, onde se poderá apreciar a referida maquete de bronze do núcleo, e ainda o próprio núcleo.
- d) Promover uma estrutura de “abrigo” coberta, dotando-a de iluminação adequada ao local.

8. - INTENÇÕES PROJETUAIS.

Como já referido anteriormente, a envolvente próxima do lote é constituída por uma zona verde, algo descaracterizada, um volume pré-existente de carácter ilegal, e alguns edifícios pontuais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Refere-se, primeiramente, que se entende como necessária e justificada a demolição do volume referido e pré-existente no local da intervenção (ver Figura 1), dado que o mesmo tem características claramente dissonantes, quer pelas suas características construtivas, pela sua não legalidade e ainda pela sua expressão arquitetónica, pelo que a proposta de demolição vai no sentido da regularização urbanística (de acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 32.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro).

A estrutura que se prevê construir surge também no sentido da reorganização de todo o espaço que se encontra descaracterizado, para além de que a sua construção, dado que se encontra implantado junto à anterior volumetria, não irá alterar significativamente a sua orologia, como poderá ser verificado nas peças desenhadas, nomeadamente nos desenhos n.ºs 4.1 e 4.2.

Assim, com o projeto de Requalificação do Espaço Público e Construção da “Casa da Vegia” pretende-se revitalizar e melhorar o espaço urbano do núcleo classificado, e implantar, no local uma estrutura escultórica, onde ficará abrigada a maquete interpretativa do núcleo urbano antigo da Vila do Corvo, dentro dos objetivos estabelecidos no contexto do Ecomuseu do Corvo.

A “Casa da Vegia” é constituída por dois panos verticais e uma cobertura inclinada, de apenas um pano, em betão aparente.

Relativamente aos panos verticais, um encontra-se voltado a sul e possui uma abertura rasgada verticalmente simulando uma porta, e ainda um banco (revestido a pedra) acoplado a esta. O outro pano encontra-se voltado a nascente, e inclui também uma abertura, simulando esta uma janela.

Quanto ao pavimento do local, propõe-se a execução de paralelepípedos em basalto, alternando a calçada de pedra grada com pedra miúda, com estereotomia conforme peças desenhadas, sem fazer escavações, mantendo as cotas conforme indicação das peças desenhadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

A utilização deste material, para além de ir ao encontro do disposto na subalínea i. da alínea h) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A⁴, de 27 de outubro, permite a manutenção da permeabilidade do solo, assegurando as atuais características do local.

Importa apenas acrescentar que existem, no local, duas árvores – salgueiros-, que serão mantidos. Eles encontram-se a nordeste e sudeste do local de implantação do volume da estrutura, sendo que o primeiro se localiza numa cota mais baixa, e o segundo, a uma cota mais elevada em relação à cota do pavimento do volume a construir. Pretende-se promover o acesso a estas árvores, através da execução de escadas, em pedras de basalto.

Todas as alterações, que resumidamente se referem nesta memória descritiva, devem ser complementadas com as respetivas peças desenhadas, condições técnicas e mapa de acabamentos.

9. - ÁREAS:

Área de intervenção 57.50 m²
Área de implantação do volume coberto “Casa da Vegia” 13.48 m²

10. – PROJETOS DE ESPECIALIDADES.

10.1. - Projeto de águas e esgotos.

Não aplicável.

10.2. – Projeto de estrutura.

Elaborado por técnico da especialidade.

⁴ Regime Específico de Proteção e Valorização do Património Cultural Imóvel do Núcleo Antigo de Vila do Corvo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

10.3. - Projeto de Instalação Elétrica.

Elaborado por técnico da especialidade.

10.4. - Estudo Geotécnico.

Não aplicável dado as alterações que se preveem mínimas, tendo em conta o local pré-existente. Acrescenta-se que este projeto teve em conta os resultados da avaliação das condições geológicas e de estabilidade da Arriba Nascente à Vila do Corvo, Nota Técnica 46/2015, realizada pelo LREC, em maio de 2015.

10.5. - Plano de Segurança Contra Incêndios.

Não aplicável.

10.6. – Drenagem Pluvial.

Elaborado por técnico da especialidade.

10.7. – Projeto de Informação e Telecomunicações.

Não aplicável.

10.8. - Plano de Ventilação (AVAC).

Não aplicável.

10.9. - Plano de Comportamento Acústico.

Não aplicável.

10.10. – Projeto de Certificação Energética.

Não aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

11. - DIVERSOS.

Em tudo o que for omissa, serão adotadas as melhores soluções, de acordo com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Posturas Municipais e demais legislações em vigor.

Angra do Heroísmo, novembro de 2021

Assinado por: **ANA ISABEL DA SILVA SALVADOR**

Num. de Identificação:

Data: 2021.11.29 15:45:52-01'00'

Ana Salvador

(FCTUC, Ordem dos Arquitetos Nº 18912)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA



CONDIÇÕES TÉCNICAS

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA “CASA DA VEGIA”

Ecomuseu do Corvo

Zona da Vegia, Vila do Corvo, Ilha do Corvo

Execução

novembro 2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

ÍNDICE

CONDIÇÕES TÉCNICAS – GENERALIDADES.....	4
CONDIÇÕES TÉCNICAS – MATERIAIS GERAIS	13
CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS E MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.....	14
01- PAVIMENTOS EM CALÇAD DE CUBOS DE BASALTO	15
02- PAVIMENTOS EM BLOCOS DE BASALTO (ESCADAS)	17
03- PARAMENTOS DE BETÃO APARENTE	19
04- ALVENARIAS DE BLOCOS DE CIMENTO (MUROS)	21
05- ALVENARIA DE PEDRA ARRUMADA À MÃO (MUROS)	22
06- CAPEAMENTO EM BASALTO (MUROS)	23
07- PINTURAS DE PAREDES E TETOS	25



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

O presente documento identifica e descreve os diversos trabalhos necessários para a execução em obra, do projeto de Requalificação de Espaço Exterior Público e Construção da “Casa da Vegia” – Ecomuseu do Corvo, pertencente à Direção Regional da Cultura.

O documento encontra-se organizado em capítulos autónomos, que descrevem e fornecem informação técnica sobre a execução de cada tipo de trabalho, assim como as características pretendidas para diversos materiais especificados em projeto.

Salienta-se que todas as eventuais referências efetuadas no presente documento, a marcas de produtos são meramente indicativas, pretendendo assim referenciar um conjunto de características que se consideram necessárias para a realização de cada um dos trabalhos em que são mencionadas.

Em casos de dificuldades extraordinárias na obtenção de materiais que reúnam as características prescritas em projeto, deverá a Entidade Executante propor alternativas à Fiscalização, para análise. E apenas após aprovação escrita por parte da Fiscalização é que o trabalho/ material poderão ser alterados e utilizados em obra.

Nos casos em que o presente documento, não defina de forma clara as técnicas construtivas a adotar, deverão ser seguidas e respeitadas as boas práticas construtivas, e todas as normas e regulamentos aplicáveis de acordo com a legislação em vigor; documentos de homologação, bem como as recomendações dos fabricantes dos materiais, devidamente aprovados pela Fiscalização.

Qualquer contradição entre os elementos de projeto será solucionada pela Fiscalização através de contacto com a equipa projetista para esclarecimento.

No caso de não ser possível contactar a equipa projetista para esclarecimento das divergências entre os vários documentos do projeto, deverão ser seguidas as seguintes regras:

1. As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras relativamente à disposição relativa das suas diferentes partes, localização e características dimensionais;
2. Em termos de características e tipo de material prevalecem os materiais descritos e orçamentados no mapa de quantidades da empreitada.

Nenhum trabalho deve ser executado sem que a Entidade Executante tenha esclarecido previamente qualquer dúvida que haja sobre o mesmo.

Para esclarecimento de qualquer dúvida a Entidade Executante deverá consultar a Fiscalização.

Qualquer trabalho realizado pela Entidade Executante com base em elementos deficientes/ errados, ou com alteração de elementos de projeto sem aprovação prévia por parte da Fiscalização, será feito à sua responsabilidade, sem qualquer tipo de prejuízo para o dono de obra.

Nenhum material poderá ser aplicado na obra sem prévia autorização dos projetistas e da fiscalização.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

CONDIÇÕES TÉCNICAS – GENERALIDADES

1. DESENHO E PEÇAS ESCRITAS DO PROJETO

Fazem parte integrante destas Condições Técnicas as seguintes peças escritas e desenhadas do processo:

Peças escritas:

- Mapa de medições;
- Memória descritiva do projeto de arquitetura.

Peças desenhadas:

- Desenhos do projeto patenteados a concurso e outras peças desenhadas que surjam durante a execução da obra, após aprovação do Dono da Obra e aceitação pelo Empreiteiro.

2. RECOLHA E RECEÇÃO DE MATERIAIS

2.1. Objetivos

Definição das condições gerais da escolha, receção e aceitação dos materiais a aplicar nas obras e na execução dos trabalhos.

2.2. Disposições Regulamentares

2.2.1. Normas Portuguesas

NP 916 – Colheita de amostras. Terminologia

2.3. Boletins de Receção

Quando da receção de cada lote, deverá ser elaborado pelo Empreiteiro um boletim de receção, no qual deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação da obra;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- Designação da obra;
- Designação do material ou do elemento;
- Número de lote;
- Proveniência;
- Data de entrada na obra;
- Decisão de receção;
- Visto da Fiscalização.

Ao boletim de receção deverão ser anexados os seguintes documentos:

- Certificado de origem;
- Guia de remessa;
- Boletins de ensaio.

Os boletins de receção e anexos deverão ser integrados no livro de registo da obra.

2.4. Garantia de Qualidade

2.4.1. Trabalho

Apenas deverá ser fornecido trabalho de primeira qualidade. Não deve ser aceite trabalho que não obedeça às normas em vigor.

Só deverá ser empregue pessoal especializado nas operações em causa.

Antes de distribuir a quaisquer trabalhadores trabalhos abrangidos por estas Especificações, o Empreiteiro deverá fornecer à Fiscalização os nomes do pessoal que irá empregar, juntamente com documentação comprovativa das respetivas habilitações e experiência no trabalho a levar a efeito.

2.4.2. Equipamentos e Materiais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Todo o equipamento e materiais a incorporar na obra, a menos que tenha sido decidido diferentemente com aprovação da Fiscalização, deverão ser novos e isentos de defeitos ou imperfeições e deverão ser o mais recentemente produzidos pelos fabricantes normalmente produtores desses equipamentos e materiais.

2.4.3. Inspeção

A responsabilidade pela inspeção dos materiais e pelo seu fabrico ou manufatura pertence ao Empreiteiro. Contudo, a Fiscalização reserva-se o direito de inspecionar o seu fabrico ou produção em qualquer altura durante a execução do trabalho, para se assegurar de que os materiais e trabalhos estejam de acordo com as Especificações e as melhores práticas oficiais.

A inspeção do trabalho por parte da Fiscalização não deverá retirar ao empreiteiro a total responsabilidade pela precisão e qualidade do trabalho em todos os pormenores; todos os erros ou falhas que sejam verificados durante o fabrico ou produção e quaisquer materiais considerados deficientes deverão ser corrigidos pelo Empreiteiro à sua custa.

2.4.4. Verificação de Dimensões e Níveis

O Empreiteiro será responsável pela coordenação e correta execução do trabalho no local da obra, seja qual for a sua natureza.

O Empreiteiro deverá tomar conhecimento de todos os pormenores do trabalho e das condições de execução, verificar todas as dimensões e níveis no campo e comunicar à Fiscalização qualquer discrepância, antes de levar a efeito qualquer trabalho.

2.4.5. Alterações

Os desenhos pormenorizados de alterações propostos devem ser entregues à Fiscalização para aprovação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Uma vez estas alterações aprovadas pela Fiscalização, o Empreiteiro deverá elaborar e submeter à aprovação um projeto suficientemente pormenorizado e devidamente justificado, num prazo que não exceda os trinta dias da data da comunicação da aprovação.

O Empreiteiro deverá continuar contratualmente responsável pelo bom acabamento dos trabalhos e pela sua conclusão dentro do prazo ou prazos fixados no Contrato.

A verificação e aprovação de uma variante pela Fiscalização, não deverá dispensar o Empreiteiro das suas obrigações contratuais e o Empreiteiro deve estar convicto de ter garantido o projeto adequado ao objetivo visado para a parte ou partes da empreitada para as quais o Empreiteiro apresentou a variante.

2.4.6. Requisitos de Segurança

O Empreiteiro deverá fornecer todos os sinais de alarme, barreiras de segurança e equipamento de combate a incêndios, etc. quando necessário ou quando ordenado pelo Dono da Obra, a fim de garantir a segurança do pessoal e veículos em todos os locais de trabalho.

2.4.7. Supervisão do Fabricante

O Empreiteiro deverá exigir ao fabricante do equipamento mais importante adquirido que forneça os serviços de um técnico qualificado para inspecionar, verificar, ajustar e operar o equipamento instalado, imediatamente antes ou no momento em que o equipamento é posto ao serviço.

Esta inspeção, verificação, ajustamento e operação não deverá dispensar o Empreiteiro da sua responsabilidade em fornecer o equipamento devidamente instalado e pronto a operar.

2.4.8. Origem dos Produtos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

As origens dos produtos especificados em cada cláusula destas Especificações sugerem um nível de qualidade que deverá ser considerado como uma base de escolha do material pelo Empreiteiro.

3. CONDICIONAMENTO DE EXECUÇÃO

O Empreiteiro deverá inteirar-se junto das diferentes entidades, nomeadamente a Câmara Municipal do Corvo e do Dono da Obra, dos condicionamentos de execução da obra. Não será aceite nenhuma alteração dos preços unitários fornecidos pelo Empreiteiro e duração da empreitada por alegada alteração das condições de execução da obra.

4. ESTALEIRO

4.1. Objetivo

Definição das condições de execução do estaleiro.

4.2. Critérios de Medição

O custo do estaleiro (construção, manutenção e outros encargos), incluindo todos os materiais e trabalhos inerentes está individualizado no capítulo de Arquitetura para a especialidade de estruturas.

4.3. Descrição

- a) O Empreiteiro obriga-se a cumprir toda a legislação respeitante à construção, do pessoal nos estaleiros e segurança no trabalho, incluindo o fornecimento de dispositivos de proteção;
- b) Os trabalhos da empreitada não poderão ser iniciados sem que as instalações referidas nos números anteriores estejam construídas ou montadas e em condições de serem habitadas ou utilizadas;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- c) Todos os trabalhos necessários para a execução da obra, nomeadamente as redes provisórias de alimentação e distribuição de águas, eletricidade, telefone e esgotos, bem como as vias de acesso, caminhos de circulação e vedação, são do encargo exclusivo do Empreiteiro;
- d) Concluída a empreitada, os materiais empregues nestas instalações provisórias são pertença do Empreiteiro;
- e) Após a conclusão da obra, o Empreiteiro deverá regularizar e reconstruir se necessário todas as zonas afetadas pelo trabalho e levantamento do estaleiro e de outras obras provisórias.

5. TRABALHOS PREPARATÓRIOS

5.1. Objetivo

Definição das condições de execução dos trabalhos preparatórios da empreitada, nomeadamente, levantamentos topográficos das áreas de trabalho, implantação dos trabalhos, etc.

5.2. Critério de Medição

São da responsabilidade do Empreiteiro e constituem seu encargo exclusivo.

A unidade de medição da escavação é o m³ de solo escavado calculado pelos perfis teóricos do levantamento topográfico, considerando que se trata de um terreno de qualquer natureza, sem empolamento e no seu custo inclui-se:

- Escavação com meios mecânicos ou outros, sujeitos à aprovação da Fiscalização;
- Elevação e transporte dos produtos escavados a vazadouro, a qualquer distância;
- Encargos com vazadouro, indemnizações camarárias e reparações de vias;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- Quaisquer outros encargos inerentes ao processo de escavação, elevação, transporte e arrumação dos produtos escavados.

5.3. Levantamento Topográfico da Área dos Trabalhos

- a) O Empreiteiro deverá executar, logo após a adjudicação um levantamento geral da zona afetada pelas obras, o qual servirá nomeadamente, para a quantificação dos trabalhos de movimento de terras. Este levantamento deverá ser submetido à aprovação da Fiscalização;
- b) Todas as cotas altimétricas serão referidas à mesma cota altimétrica base indicada no projeto;
- c) O Empreiteiro fica responsável pelas estacas e marcas colocadas, devendo mandar substituir as que, por qualquer motivo, desapareçam. Será também responsável pelos prejuízos que possam resultar da eventual deslocação das estacas e marcas colocadas;
- d) O Empreiteiro fornecerá todo o equipamento e pessoal habilitado necessário para levar a efeito o trabalho;
- e) Este levantamento, uma vez aprovado, servirá de base a todas as medições dos trabalhos que envolvam movimentação de terras.

5.4. Piquetagem

- a) O Empreiteiro deverá executar marcos que servirão de pontos principais de referência. Estes marcos destinam-se a efetuar a implantação da obra.
- b) A localização dos marcos bem como a sua forma e dimensões serão definidos pela Fiscalização.
- c) Os marcos deverão ficar concluídos e coordenados de forma a permitirem a implantação atempada da obra.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- d) Para a definição de cotas altimétricas das estruturas o Empreiteiro deverá recorrer a pontos de referência fixos, localizados fora da obra e não suscetíveis de sofrer assentamentos ao longo do tempo;
- e) Antes de iniciar qualquer das fases de um trabalho, o Empreiteiro deverá proceder à implantação do seu traçado e piquetagem, com base em alinhamentos e cotas de referência fornecidos pelo Dono da Obra. O material topográfico necessário a estes trabalhos será fornecido pelo Empreiteiro;
- f) O plano de implantação e piquetagem será submetido, pelo Empreiteiro à Fiscalização que o aprovará ou modificará no prazo de 5 dias úteis;
- g) O Empreiteiro terá um prazo de 5 dias para verificação no local e apresentação, se for caso disso, de observações assinalando as deficiências que eventualmente encontre, deficiências essas que serão objeto de uma verificação contraditória com o Dono da Obra;
- h) O Empreiteiro obriga-se a conservar as estacas e referências de base, bem como a recolocá-las à sua custa em condições idênticas, quer em posição definitiva, quer numa outra, se as necessidades do trabalho o exigirem, depois de o Dono da Obra ter concordado com a modificação da piquetagem.

5.5. Implantação dos Trabalho

- a) A implantação de toda a obra será feita de harmonia com as indicações do projeto e a partir dos pontos principais de referência definidos, sendo da inteira responsabilidade do Empreiteiro a demarcação e implantação certa de todos os trabalhos a executar. Na escolha dos pontos principais de referência dever-se-á ter em atenção o desenvolvimento da obra e os movimentos de terra necessários, de forma a que todas as implantações a executar em obra se possam sempre relacionar aos pontos principais de referência inicialmente tomados;
- b) A tolerância nas implantações e cotas altimétricas é de 5mm;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- c) A implantação pormenorizada da obra compete ao Empreiteiro que deverá rever todo o sistema de cotas do projeto, nomeadamente eixos de estrutura e elementos de construção, e proceder à sua conjugação com os desenhos de arquitetura, redes de fluídos e arruamentos;
- d) Se não comunicar oportunamente, nos termos do Caderno de Encargos, qualquer omissão, erro ou descoordenação, o Empreiteiro assume inteira responsabilidade pelos mesmos, não lhe cabendo qualquer direito a reclamação;
- e) A implantação pormenorizada referida na alínea c) será necessariamente verificada pela Fiscalização;
- f) A Fiscalização, poderá em qualquer ocasião, proceder à verificação das demarcações e implantações efetuadas, sem que daí resulte diminuição das obrigações e responsabilidades do Empreiteiro;
- g) Os pontos principais de referência, tal como definidos no projeto, são os eixos estruturais e cotas altimétricas de implantação.

5.6. Obstáculos

Os trabalhos de desvio de qualquer obstáculo à execução da obra, nomeadamente canalizações e cabos enterrados, não serão objeto de medição específica. Todos estes trabalhos são da responsabilidade do Empreiteiro e constituem seu encargo exclusivo, não sendo por isso objeto de medição específica.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

CONDIÇÕES TÉCNICAS – MATERIAIS GERAIS

1.1. Introdução.

Pretende-se que a obra seja de boa qualidade, executada por técnicos da especialidade.

1.2. Estruturas.

As fundações e estruturas serão executados de acordo com o projeto de especialidade, com acabamento em betão aparente, de cofragem lisa.

1.3. Cobertura.

A coberturas a executar será de acordo com o projeto de estruturas, com acabamento em betão aparente, de cofragem lisa.

1.4. Tetos.

O teto, que corresponde à parte inferior da cobertura, será executado de acordo com o projeto de estruturas, com acabamento em betão aparente, de cofragem lisa.

1.5. Paramentos.

As paredes a executar serão de acordo com o projeto de especialidade, com acabamento em betão aparente, de cofragem lisa.

1.6. Pavimentos.

Existem 3 tipos de Pavimentos:

PAV1- Pavimento em pedra de basalto (calçada grada), (11x11x11cm);

PAV2- Pavimento em pedra de basalto (calçada miúda), (6x6x6cm);

PAV3- Pavimento em lancil de betão, de 12cm de largura.

1.7. Escadas.

As escadas serão executadas em blocos de pedra de basalto, conforme desenhos de peças desenhadas.

1.8. Bancos.

Os bancos serão executados em pedra de basalto arrumada à mão, com capeamento em lajeta de pedra de basalto bujardado, com 6 cm de espessura.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS E MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

O presente documento identifica e descreve os diversos trabalhos necessários para a execução em obra, relativa ao projeto de requalificação do espaço público e construção da “Casa da Vigia”.

O documento encontra-se organizado em capítulos autónomos, que descrevem e fornecem informação técnica sobre a execução de cada tipo de trabalho, assim como as características pretendidas para diversos materiais especificados em projeto.

Salienta-se que todas as eventuais referências efetuadas no presente documento, a marcas de produtos são meramente indicativas, pretendendo assim referenciar um conjunto de características que se consideram necessárias para a realização de cada um dos trabalhos em que são mencionadas.

Em casos de dificuldades extraordinárias na obtenção de materiais que reúnam as características prescritas em projeto, deverá a Entidade Executante propor alternativas à Fiscalização, para análise. E apenas após aprovação escrita por parte da Fiscalização é que o trabalho/ material poderão ser alterados e utilizados em obra.

Nos casos em que o presente documento, não defina de forma clara as técnicas construtivas a adotar, deverão ser seguidas e respeitadas as boas práticas construtivas, e todas as normas e regulamentos aplicáveis de acordo com a legislação em vigor; documentos de homologação, bem como as recomendações dos fabricantes dos materiais, devidamente aprovados pela Fiscalização.

Qualquer contradição entre os elementos de projeto será solucionada pela Fiscalização através de contacto com a equipa projetista para esclarecimento.

No caso de não ser possível contactar a equipa projetista para esclarecimento das divergências entre os vários documentos do projeto, deverão ser seguidas as seguintes regras:

1. As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras relativamente à disposição relativa das suas diferentes partes, localização e características dimensionais;
2. Em termos de características e tipo de material prevalecem os materiais descritos e orçamentados no mapa de quantidades da empreitada.

Nenhum trabalho deve ser executado sem que a Entidade Executante tenha esclarecido previamente qualquer dúvida que haja sobre o mesmo.

Para esclarecimento de qualquer dúvida a Entidade Executante deverá consultar a Fiscalização.

Qualquer trabalho realizado pela Entidade Executante com base em elementos deficientes/ errados, ou com alteração de elementos de projeto sem aprovação prévia por parte da Fiscalização, será refeito à sua responsabilidade, sem qualquer tipo de prejuízo para o dono de obra.

Nenhum material poderá ser aplicado na obra sem prévia autorização da fiscalização e da projetista.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

01- PAVIMENTOS EM CALÇADAD DE CUBOS DE BASALTO

1 - GENERALIDADES

Neste artigo estão compreendidos os trabalhos e fornecimentos necessários a uma perfeita execução de assentamento de pedra calçada de cubos de basalto de 0,05 x 0,05 x 0,05 cm (proporcionalmente +/- 2cm), assim como o assentamento de pedra calçada de cubos de basalto de 0,10 x 0,10 x 0,10 cm (proporcionalmente +/- 2cm).

Antes de serem aplicados em obras o empreiteiro deverá submeter uma amostra tipo para apreciação e aprovação por parte da Fiscalização e Projetista. A calçada proposta deverá ser homogénea em termos de coloração/ acabamento e não apresentar qualquer tipo de imperfeição ou defeito, tendo em conta o acabamento pretendido.

2 – UNIDADES E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Revestimentos e acabamentos – m2 de superfície de pavimento

3- CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

a) Aplicação sobre caixa compactada

Antes de iniciar o assentamento, deverá o empreiteiro apresentar à Fiscalização e Projetista o esquema de estereotomia assim como o programa de trabalhos a executar, no qual se indiquem com clareza a dimensão dos elementos e que terão que ser aprovadas.

Não obstante, e depois de convenientemente preparada e compactada a caixa, procede-se ao espalhamento e regularização da camada de sub-base, constituída por bagacina selecionada com 0.20m de espessura depois do recalque.

A almofada para o assentamento será de areia com 0.06m de espessura mínima, e será constituída por uma camada de argamassa de cimento e areia ao traço 1:4, em fiadas transversais e paralelas, de largura conveniente e de harmonia com o tempo de duração da plasticidade da argamassa.

Sobre a base assim preparada vão-se assentando as pedras convenientemente alinhadas e com a estereotomia previamente aprovada, sendo depois batidas cuidadosamente a maço de madeira ou processo mecânico, com o peso não inferior a 12 kg, de forma a fazer refluir a argamassa por entre as juntas das pedras até atingir a face superior, nunca sobrepondo esta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Desde que seja notada qualquer pedra fendilhada, esta deverá ser retirada imediatamente e substituída por outras, assente com argamassa fresca, se esta for a base de assentamento.

O trabalho será dado por concluído quando se verificar que a superfície da calçada se apresenta estável, uniforme e desempenada, respeitando as pendentes e cotas assinaladas em projeto, e depois de polvilhada com água para que a areia e o cimento das juntas se constituírem como argamassa pobre.

A circulação deverá ficar interdita durante as 24/48 horas seguintes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

02- PAVIMENTOS EM BLOCOS DE BASALTO (ESCADAS)

1 - GENERALIDADES

Neste artigo estão compreendidos todos os trabalhos e fornecimentos necessários a uma perfeita execução / assentamento de blocos de pedra de Basalto em escadas, conforme previsto em projeto, com espessura média de 25 cm e com as dimensões indicadas nas peças desenhadas.

Antes de serem aplicados em obras o empreiteiro deverá submeter uma amostra tipo para apreciação e aprovação por parte da Fiscalização. Os blocos de basalto propostos deverão apresentar todas as faces visíveis regulares e os bordos em quina viva e sem vergadas pretas nem variações de coloração acentuada ou textura no mesmo pano de pavimento.

2 – UNIDADES E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Revestimentos e acabamentos – m2 de superfície de pavimento

3- CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

a) Aplicação sobre terra vegetal

Depois de convenientemente preparada e compactada a base em terra vegetal, vão-se assentando as pedras convenientemente alinhadas, sendo depois batidas cuidadosamente a maço de madeira ou processo mecânico, com o peso não inferior a 12 kg, de forma a fazer refluir a terra por entre as pedras até atingir a altura necessária para agarrar as pedras sem que as mesmas oscilem com a sua utilização por peões.

Desde que seja notada qualquer pedra fendilhada, esta deverá ser retirada imediatamente e substituída por outras, assente nas condições descritas acima.

O trabalho será dado por concluído quando se verificar que as pedras se apresentam estáveis, uniformes e desempenadas, respeitando os pendentos assinalados em projeto.

b) Aplicação sobre betonilha em escadas exteriores

A superfície de assentamento - massames, betonilhas - deve ter sido concluída, pelo menos, com trinta dias de antecedência.

Antes de aplicar os blocos de basalto devem estar realizados todos os trabalhos relacionados com a formação de pendentos e impermeabilização das escadas de acordo com os desenhos de projeto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

A superfície de assentamento deverá ser rugosa de forma a permitir um melhor assentamento/aderência da argamassa de assentamento. Se necessário deverá ser aplicado um salpico sobre a betonilha ainda em fase de presa, de forma a aumentar a rugosidade da superfície.

Os ensaios de verificação da estanquicidade das tubagens de águas e de esgotos, que interessam aos locais de assentamento, estarão aprovados pela Fiscalização.

Os locais de aplicação estarão limpos e livres de outros materiais, que não são necessários à execução dos revestimentos e a superfície de assentamento será bastante rugosa, para garantir boa aderência à argamassa de assentamento das lajetas se necessário será aferroada ou picada.

A argamassa de assentamento será executada com cimento e areia ao traço 1:4 (em peso). Pode ser admitida, com a aprovação da Fiscalização, a adição de cal afagada até 10% do peso do cimento, para melhorar a plasticidade da argamassa.

A areia a utilizar terá uma granulometria compreendida entre 0,08 mm e 2,5 mm. Os inertes e o cimento serão bem misturados, antes da adição da água e depois de amassados, até à obtenção da consistência plástica.

As argamassas serão preparadas à medida das necessidades da realização do assentamento e, serão aplicadas imediatamente a seguir à sua amassadura. A utilização de argamassas secas ou que tenham iniciado a presa não é permitida.

Quando necessário, no refechamento das juntas, será aplicada uma pasta de cimento com uma argamassa de 800 kg a 900 kg de cimento por metro cúbico de areia muito fina. (passada ao peneiro de 0,08 mm). A pasta de cimento ou a argamassa utilizada no refechamento das juntas, estará fluída a fim de penetrar bem nas juntas. A sua preparação obedece às mesmas condições da argamassa de assentamento.

A aplicação da pasta ou da argamassa de refechamento das juntas será realizada antes da argamassa de assentamento ter terminado a presa, a fim de assegurar a aderência necessária. Para isso, serão tomadas as disposições necessárias para não prejudicar o trabalho já realizado e não levantar os ladrilhos já assentes. A pasta ou a argamassa de refechamento das juntas será pigmentada da mesma cor dos cubos.

O trabalho será dado por concluído quando se verificar que a superfície da calçada se apresenta estável, uniforme e desempenada, respeitando as pendentes assinaladas em projeto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

03- PARAMENTOS DE BETÃO APARENTE

1 - GENERALIDADES

Com exceção dos casos especiais referidos no Projeto ou no Caderno de Encargos, os acabamentos das superfícies moldadas deverão satisfazer ao especificado nas cláusulas seguintes.

Para efeito de irregularidades, estas classificam-se aqui em bruscas e suaves. As bruscas caracterizam-se como sendo as saliências e rebardas causadas pela colocação dos elementos de cofragem, deficiências das suas ligações, deslocamento dos elementos da cofragem, ou por quaisquer outros defeitos de cofragens, e medem-se diretamente. As restantes, são as suaves, que serão medidas por meio de uma cércea, que será uma régua reta, de comprimento de metro.

Consideram-se três classes de acabamento, A1, A2 e A3, nomeadamente:

CA1: acabamento irregular, sem qualquer limite para as saliências. As depressões, bruscas ou suaves, serão inferiores a 2,5 cm.

CA2: as irregularidades bruscas não devem exceder 0,5 cm e as suaves 1,0 cm.

CA3: as irregularidades bruscas não devem exceder 0,1 cm e as suaves 0,5 cm. A superfície apresentará cor e textura uniformes e será isenta de manchas devidas a materiais estranhos ao betão.

As diversas classes de acabamento terão as seguintes aplicações salvo indicação em contrário:

Classe A1: Superfícies em contacto com o terreno ou com maciços de betão, e elementos de fundação, moldados em obra.

Classe A2: Superfícies que se destinam a revestimentos com argamassa ou materiais análogos ou que, não tendo qualquer revestimento, fiquem permanentemente ocultas.

Classe A3: Superfícies de betão aparente ou com revestimentos muito delgados.

A classe de acabamento exigida em todas as superfícies de betão do edifício da “Casa da Vigia” é a classe A3.

No caso da necessidade de reparações, estas deverão garantir superfícies de cor e textura uniformes.

Quando, após a descofragem do betão, se verificar que o acabamento obtido não satisfaz ao especificado, competirá ao Adjudicatário propor a técnica a utilizar na sua reparação, a qual terá de ser aprovada pelo projetista e pelo Dono da Obra.

2 – UNIDADES E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Paramentos – m2 de superfície



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

3 – CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

O acabamento dos elementos em betão aparente deverá ser o resultante da cofragem de contraplacado marítimo, ou equivalente, garantindo sempre uma superfície lisa, homogénea e desempenada, devendo a sua estereotomia ser submetida previamente à projetista.

As cofragens, nas superfícies de betão aparente, deverão ser executadas com uma disposição de juntas regrada das juntas entre elementos e dispositivos de fixação, e de forma a obter um paramento completamente desempenado. Por forma a garantir quer a qualidade formal que se pretende, de cor homogénea, textura e estereotomia.

Na sua execução, nas cofragens deverá ser garantida a estanquidade dos moldes, por forma a impedir a perda de leitada, assim como das suas juntas.

Para evitar algum tipo de escorrências, deformações ou perdas de leitada, as juntas de betonagem devem ser cuidadosamente vedadas, pelo que deverão ser aplicados mástiques e fitas de borracha macia na selagem de painéis topo a topo, assim como silicones aplicados exteriormente entre juntas de painéis.

Nos betões destinados a ficar à vista, deverão ser garantidas tanto a compacidade e impermeabilidade, como uniformidade de aspeto, e eventualmente recorrendo a adjuvantes impermeabilizantes e plastificantes a aprovar previamente pela Fiscalização e Dono de obra.

Não devem ser utilizados os óleos de descofragem que possam originar manchas de gordura, mas antes produtos à base de parafinas incolores, aplicados com auxílio de pistolas de pintura.

A altura de queda livre do betão durante a sua colocação deve ser reduzida (inferior a 1,5 m) de forma a evitar-se a sua segregação e desagregação.

Toda a obra de betão aparente que não respeite as presentes condições técnicas especiais e modo de execução dos trabalhos, e que não seja aceite pela Fiscalização ou pela Projetista, será demolida e refeita às custas do Adjudicatário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

04- ALVENARIAS DE BLOCOS DE CIMENTO (MUROS)

1 - GENERALIDADES

Neste artigo estão compreendidos todos os trabalhos e fornecimentos necessários a uma perfeita execução, salientando-se especialmente os seguintes:

- Fornecimento dos blocos de cimento, argamassa pré doseado e respetivo assentamento;
- Ligações da parede de blocos de cimento às estruturas confiantes;
- Abertura e tapamento de roços para passagem de canalização de águas, esgotos, gás, eletricidade, telefones, etc.;
- Fornecimento e execução da ressalva dos vãos, qualquer que seja a solução adotada (verga de betão armado, arca de blocos de cimento, etc.).

2 - UNIDADES E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Alvenarias - m² de superfície de alvenaria.

3 - CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

Na execução das paredes deverão utilizar-se blocos com dimensões e formatos adequados à espessura das paredes previstas, em conformidade com documento de homologação de laboratório acreditado.

Na construção das paredes não resistentes ter-se-á o cuidado de não empregar os elementos sem os mergulhar em água durante alguns segundos, não se devendo assentar nenhuma fiada sem previamente se humedecer a fiada precedente.

A argamassa estender-se-á em camadas mais espessas do que o necessário a fim de que, comprimidos os blocos contra as juntas e leitos, a argamassa ressuma por todos os lados

A espessura das juntas não deverá exceder 0,02m em juntas horizontais e 0,01m em juntas verticais e a argamassa de assentamento a empregar, salvo indicação em contrário, será com a adição de cal hidráulica ao traço 1:1:8.

Na aceitação ou rejeição de blocos seguir-se-á o critério definido no documento de homologação de laboratório acreditado.

Na construção das paredes de blocos não serão deixados furos à vista. A ligação das paredes à viga inferior e aos pilares laterais deverá ser feita de acordo com os desenhos de pormenor correspondentes, depois de bem aferroados estes elementos.

As superfícies dos panos de bloco deverão ficar bem desempenadas e apumadas para que os revestimentos possam ser executados com o mínimo de espessura compatível.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

05- ALVENARIA DE PEDRA ARRUMADA À MÃO (MUROS)

1 – GENERALIDADES

As paredes de alvenaria irregular de basalto serão executadas com perfeição e solidez, formando parede com espessura variável entre 20 cm e 35 cm, conforme peças desenhadas.

As pedras redondas, seixos rolados, pedras em decomposição e os enchimentos com pedras miúdas não serão permitidos em caso algum.

2 – UNIDADES E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Alvenarias - m2 de superfície de alvenaria.

3 – CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

Esta alvenaria será constituída por pedras que, pelas suas formas e dimensões assegurem um bom tratamento e perfeita execução do trabalho.

As pedras devem ter como dimensões médias 20 cm, 30 cm ou 35 cm e serão desbastadas nos leitos sobreleitos e faces vistas, que serão sensivelmente planas (e nas juntas horizontais, inclinadas para o exterior).

A alvenaria de pedra irregular poderá ser de pedra seca ou assente com argamassa pré doseada impermeabilizante (neste caso refundada 5cm e as pedras previamente molhadas, aplicando-se nas partes da obra indicado no projeto ou conforme as indicações da fiscalização.

Não devem apresentar espaços vazios nem pedras mal assentes ou oscilantes.

Nos ângulos reentrantes ou salientes não deverá haver juntas verticais, pelo que as pedras farão parte dos dois paramentos.

As pedras que formarem os topos visíveis dos muros ou paredes terão essa face plana com arestas retilíneas e em esquadria.

Os panos de paredes, exteriores às estruturas de betão armado, deverão ser bem ligados e travados à estrutura. Para isso os panos serão bem apertados e nas estruturas deverão deixar-se pontas de vão em aço inox, afastadas entre si o espaço correspondente a quatro elementos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

06- CAPEAMENTO EM BASALTO (MUROS)

1 – GENERALIDADES

Encontram-se compreendidos neste artigo todos os fornecimentos e trabalhos de execução dos capeamentos em basalto serrado, incluindo cortes, vedações e fixações, e todos os trabalhos necessários a uma execução cuidada e um perfeito funcionamento.

As peças deverão apresentar todas as faces visíveis regulares e os bordos em quina ligeiramente boleada – 2cm (não viva).

2 – UNIDADES E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Bancos – m2, conforme pormenores das peças desenhadas.

3 – CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

Tratando-se de superfícies com paramentos vistos, conforme discriminação no mapa de acabamentos, os acabamentos, inclinações e concordância entre peças serão extremamente cuidadas e sujeitas a aprovação da fiscalização.

Antes de iniciar o assentamento, deverá o empreiteiro apresentar à fiscalização o programa de trabalhos a executar, no qual se indiquem com clareza a dimensão dos elementos e que terão que ser aprovadas.

Se a superfície do coroamento não estiver regularizada, ou não estiver com as inclinações necessárias para permitir o assentamento do capeamento, com a espessura da argamassa indicada, será executada um meio fio de regularização antes do assentamento do capeamento, de argamassa de cimento e areia, ao traço 1:4 (em peso).

Os locais de aplicação estarão limpos e livres de outros materiais, que não são necessários à execução dos revestimentos e a superfície de assentamento será bastante rugosa, para garantir boa aderência à argamassa de assentamento do lajeado, se necessário será aferroada ou picada.

A argamassa de assentamento será executada com argamassas pré doseadas de cimento branco e areia ao traço 1:4 (em peso). Pode ser admitida, com a aprovação da Fiscalização, a adição de cal afagada até 10% do peso do cimento, para melhorar a plasticidade da argamassa.

As argamassas serão preparadas à medida das necessidades da realização do assentamento e, serão aplicadas imediatamente a seguir à sua amassadura. A utilização de argamassas secas ou que tenham iniciado a presa não é permitida.

As lajetas a assentar serão limpas, especialmente o tardo, e imersas em água ou profusamente molhadas se a sua dimensão ou peso não o permitirem, e serão postas a escorrer antes da sua aplicação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

A espessura da argamassa de assentamento poderá variar de 0,015m a 0,025m segundo o tipo de lajeado a utilizar e as lajes ou lajetas serão assentes antes da argamassa de assentamento ter feito presa.

As lajetas serão batidas com cuidado nas suas posições definitivas, de modo a expulsar todo o ar que se tenha introduzido entre eles e a superfície de assentamento. A leitança da argamassa refluirá através de todas as juntas, não podendo, no entanto, chegar à superfície, já que a mesma será seca. Excessos de argamassa nas juntas serão limpos com um instrumento metálico. A dimensão das juntas será de 0,005m.

O assentamento do capeamento deverá respeitar o previsto no projeto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

07- PINTURAS DE PAREDES E TETOS

1 - GENERALIDADES

Compreende este artigo a execução de todos os trabalhos e fornecimentos necessários a uma perfeita execução.

As pinturas devem ser, em regra, iniciadas pelo menos quinze dias após a conclusão das respetivas superfícies de assentamento.

As superfícies de assentamento devem estar limpas de resíduos de argamassas, poeiras e outras impurezas.

Todos os vãos devem ser rigorosamente definidos nas paredes, antes do início dos revestimentos.

Antes de iniciar a execução das pinturas, o Empreiteiro deve proceder a verificação do estado das superfícies a pintar e propor ao Dono da Obra a solução de qualquer problema que, eventualmente, dificulte a obtenção de uma boa qualidade na sua execução (humidade, alcalinidade ou qualquer outra particularidade).

O Empreiteiro deverá tomar as precauções necessárias para assegurar a proteção das superfícies que possam ser atacadas, manchadas ou alteradas pelas pinturas. O Empreiteiro deve submeter a aprovação do Dono da Obra, no período de preparação da execução dos trabalhos, as medidas que pretende adotar para atingir este objetivo.

As pinturas, assim como todos os produtos dos trabalhos preparatórios, devem satisfazer às condições de exposição das superfícies onde são aplicadas, nomeadamente exteriores, expostas as intempéries, atmosferas agressivas e forte desgaste;

2 – UNIDADES E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Pinturas de todo o edificado – m2 de paredes, cobertura e teto.

3 – CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

Em regra, as pinturas só podem ser executadas nas condições seguintes:

As bases de aplicação devem ser cuidadosamente limpas de poeiras, substâncias gordurosas, manchas e de todos os resíduos da realização dos trabalhos anteriores.

O teor de humidade e o acabamento das bases, e as condições de temperatura e higrométricas do meio ambiente devem satisfazer as prescrições de aplicação do fabricante das tintas, uma vez aprovadas pelo Dono da Obra.

As deficiências da base de aplicação - fissuras, cavidades, irregularidades e outras - devem ser reparadas, quer com o mesmo material do revestimento, quer com produtos de isolamento e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

barramento adequados as pinturas a aplicar. O Empreiteiro, antes do início dos trabalhos, deve obrigatoriamente submeter a aprovação do Dono da Obra as soluções que pretende executar.

O Empreiteiro deve preparar, de acordo com as indicações do Dono da Obra, as amostras das pinturas necessárias para a fixação das tonalidades definitivas das superfícies aparentes.

As demãos sucessivas terão tonalidades ligeiramente diferentes que, em regra, vão do mais claro ao menos claro.

A aplicação de tintas por pulverização só poderá ser realizada mediante aprovação do Dono da Obra.

O produto a utilizar será uma tinta aquosa formulada com base numa dispersão de resinas estireno-acrílicas.

Deverá formar uma película de grande dureza, resistente a lavagens frequentes e ao envelhecimento.

Como principal característica deverá apresentar grande resistência à alcalinidade provocada pelos constituintes do betão.

As superfícies a revestir devem estar secas, isentas de gorduras, pó, óleos e sujidades, pelo que antes da aplicação do produto se deverá proceder a uma limpeza que remova completamente todas as matérias estranhas. Essa limpeza deverá ser efetuada do modo que as partículas da superfície que estejam em desagregação sejam retiradas completamente.

Sempre que seja de reear afloramentos de sais solúveis contidos nos componentes do betão, tais como sulfatos, nitratos, etc., deverá proceder-se ao tratamento prévio das superfícies a revestir, com um produto isolante apropriado que neutralize e torne solúveis esses sais.

Primeira demão de impregnação - Esta primeira demão só será efetuada com uma diluição que permita uma boa penetração da tinta no betão, garantindo assim uma perfeita aderência de todo o sistema de pintura.

Esta primeira demão com diluição, poderá ser substituída pela aplicação de um primário com as mesmas características, fornecido pelo fabricante das tintas.

Duas demãos de tinta ou verniz com a diluição normal de aplicação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Generalidades:

Todas as emendas serão executadas de acordo com as melhores regras da arte, de forma que seja assegurado um bom comportamento e desempenho dos materiais.

A execução de todos os trabalhos necessários deverá ser seguida da respetiva limpeza final dos telhados e respetivas caleiras e restantes elementos constituintes, de argamassas, detritos e materiais sobrantes.

Para além do descrito, compete ao empreiteiro executar tudo o mais que, embora não descrito por omissão, seja desta especialidade e se torne indispensável para o perfeito acabamento da obra.

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA DA CIENCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"
ECOMUSEU DO CORVO – ZONA DA VEGIA

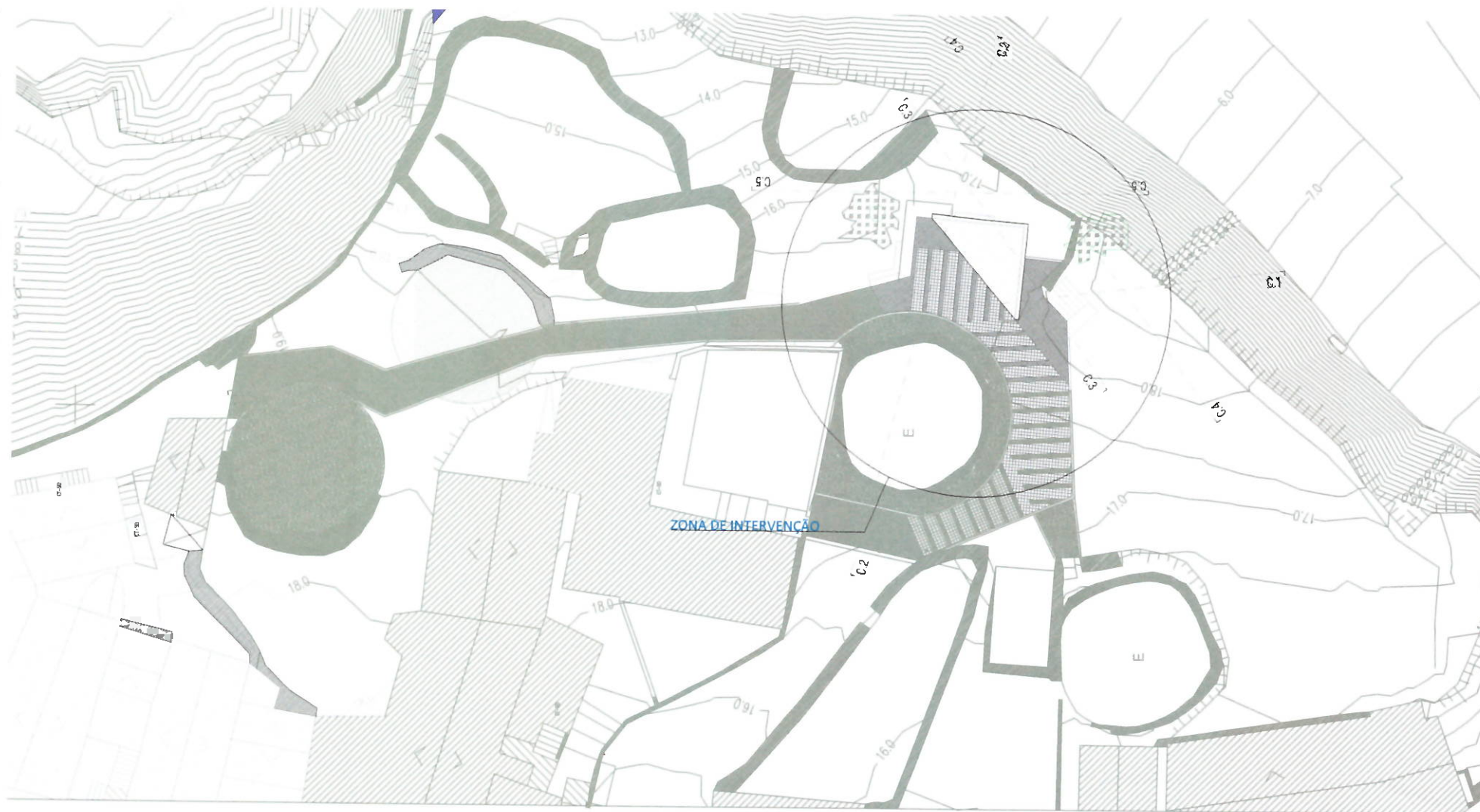
PROJETO DE EXECUÇÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
ESTIMATIVA DE CUSTO

ITEM	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (€uros)	IMPORTÂNCIA (€uros)	
					PARCIAL	TOTAL
IE	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
IE.1	ALIMENTAÇÃO DOS QUADROS ELÉCTRICOS					
IE.1.1	Tubagens:					
IE.1.1.1	Ø40	m ¹	44,0	€4,20	184,80 €	
IE.1.1.2	Ø50	m ¹	6,0	€5,40	32,40 €	
IE.1.1.3	Caixa de Passagem	un	3,0	€210,00	630,00 €	
IE.1.2	Cabos:					
IE.1.2.1	XV2x10	m ¹	44,0	€6,30	277,20 €	
IE.1.3	Equipamentos:					
IE.1.3.1	Quadro de contagem em nicho (inclui todos os trabalhos necessário de	un	1,0	€200,00	200,00 €	
IE.1.3.2	Quadro Geral de iluminação inclui interruptor horário para comando de iluminação exterior	un	1,0	€800,00	800,00 €	
IE.1.4	Diversos:					
IE.1.4.1	Sistema de Rede de Terras	Global	1,0	€200,00	200,00 €	
IE.1.4.2	Abertura e enchimento de vala, incluindo o levantamento e reposição do pavimento conforme o existente e todos os trabalhos necessários	m ³	20,0	€ 32,00	640,00 €	
IE.1.4.3	Ligação à Rede da Empresa Distribuidora, incluindo todos os trabalhos e equipamentos necessários	Global	1,0	€ 120,00	120,00 €	3 084,40 €

H. VARGAS

ENGENHARIA

ITEM	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (€uros)	IMPORTÂNCIA (€uros)	
					PARCIAL	TOTAL
IE.2	ILUMINAÇÃO					
IE.2.1	Armaduras: Nota: Está incluído no fornecimento das armaduras, todos os acessórios necessários, tais como transformadores, curvas para linhas continuas, caixas de encastrar, etc.					
IE.2.1.1	P1	un	1,0	€307,00	307,00 €	
IE.2.1.2	P2	un	2,0	€1 129,20	2 258,40 €	
IE.2.1.3	P3	un	3,0	€440,00	1 320,00 €	
IE.2.1.4	P4	un	7,0	€254,40	1 780,80 €	
IE.2.3	Cabos e Tubagens:					
IE.2.3.1	XV 3G2,5	m ¹	58,0	€3,20	185,60 €	
IE.2.3.2	Ø25	m ¹	55,0	€1,10	60,50 €	
IE.1.4	Diversos:					
IE.2.2.7	Caixa de derivação	un	5,0	€5,00	25,00 €	5 937,30 €
	NOTAS:					
1 -	A abertura das valas ou roços e seu refechamento, bem como todas as fixações, acessórios de mudança de direcção e outros, estão incluídos nos preços das tubagens.					
2 -	O fornecimento e montagem incluindo todos os trabalhos inerentes (roços em pavimentos e paredes, fixações à vista com abraçadeiras e outras, remates nos atravessamentos de paredes ou lajes, escavações, pintura e ensaios) ainda que não especificados mas conducentes ao cumprimento do Projecto e das Condições Técnicas, bem como à boa execução e funcionamento da obra, referentes aos seguintes artigos estão incluídos nos preços dos artigos.					
	TOTAL IE					€9 021,70
TOTAL :					€ 9 021,70	



Assinado por: HELENA MARGARIDA ENES

GARCIA DE VARGAS

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2021.10.20 07:45:05+00'00'

PROJETISTA
H. VARGAS



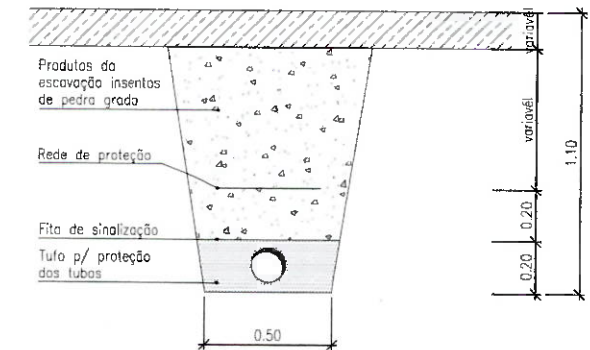
08.20.71
HV.15

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"
ECOMUSEU DO CORVO - ZONA DA VEGIA

LICENCIAMENTO
PROJETO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
IMPLANTAÇÃO

IE 01
ESCALAS:
1:200

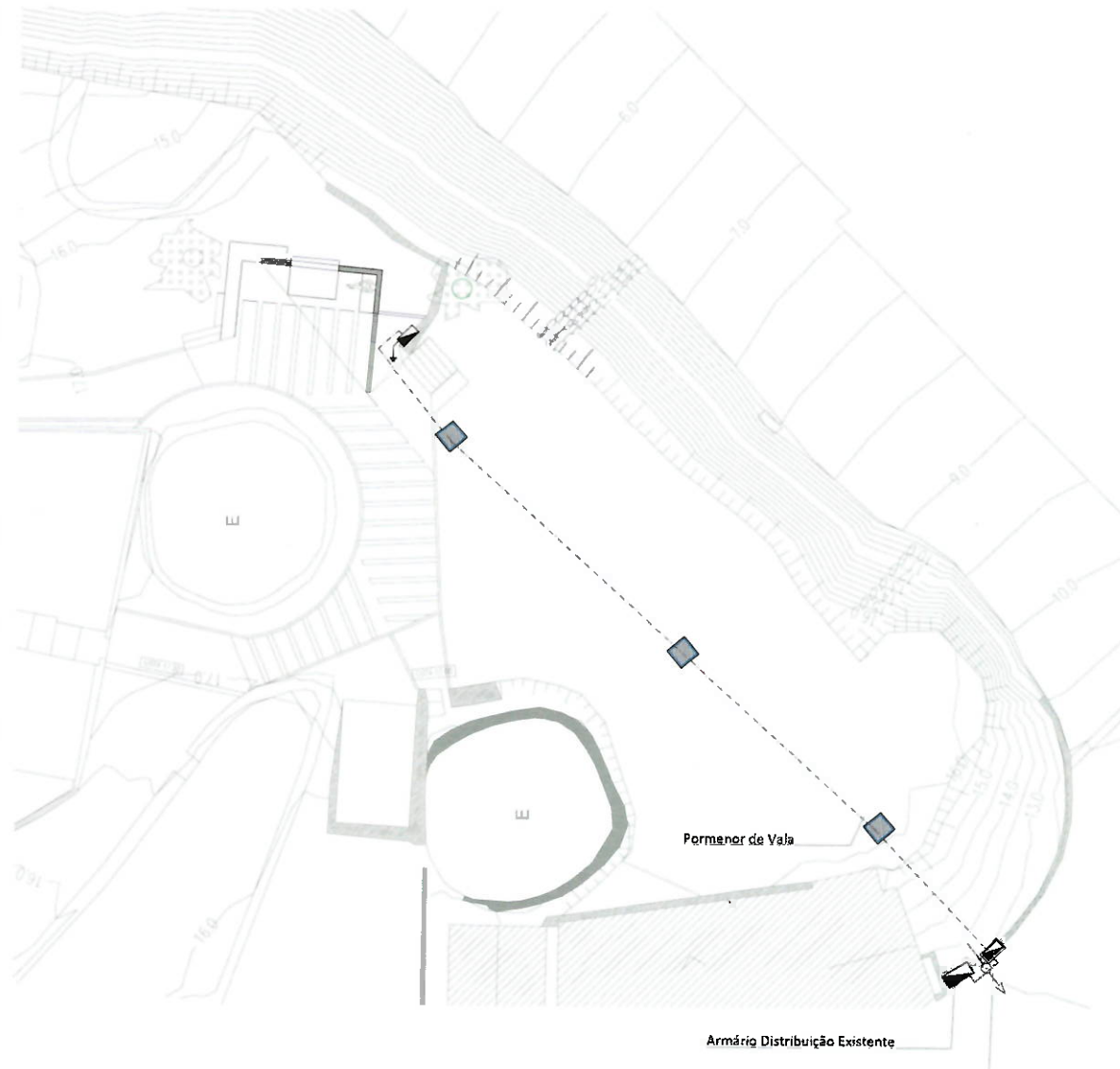
ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA



PORMENOR TIPO VALA 1:20

SIMBOLOGIA:

- QUADRO ELÉTRICO EM NICHOS
- QUADRO DE CONTAGEM EM NICHOS
- TERRA DE PROTEÇÃO
- CAIXA DE PASSAGEM



PROJETISTA

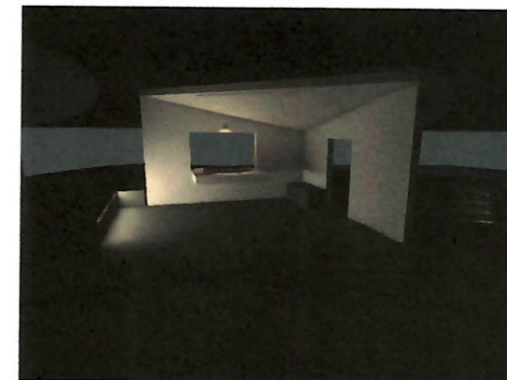
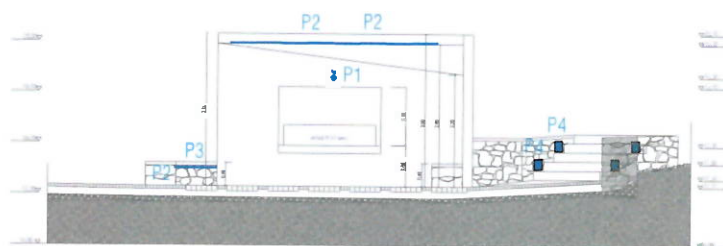
H. VARGAS
ENGENHARIA

08/2021
HV.15





SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"
ECOMUSEU DO CORVO - ZONA DA VEGIA

EXECUÇÃO
PROJETO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA

IE02
ESCALAS
1:200



SIMBOLOGIA:

-  P1 - PROJETO DO TIPO MICROTECHNO SPOT 27°, 423 LM, 3000 K, REF. S.3594W DA SIMES OU EQUIVALENTE
-  P2 - ARMADURA PARA LINHA CONTINUA 1000MM, 725 LM, 3000 K, REF. S.2351.W.14 DA SIMES OU EQUIVALENTE
-  P3 - ARMADURA PARA LINHA CONTINUA ,724 LM, 3000 K, REF. S.2351W.14 DA SIMES OU EQUIVALENTE
-  P4 - ARMADURA PARA MURETE ,DO TIPO STEP, 16 LM, 3000 K, REF. S.4655W DA SIMES OU EQUIVALENTE

PROJETISTA:

H. VARGAS
ENGENHARIA

08/2021
HV15

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

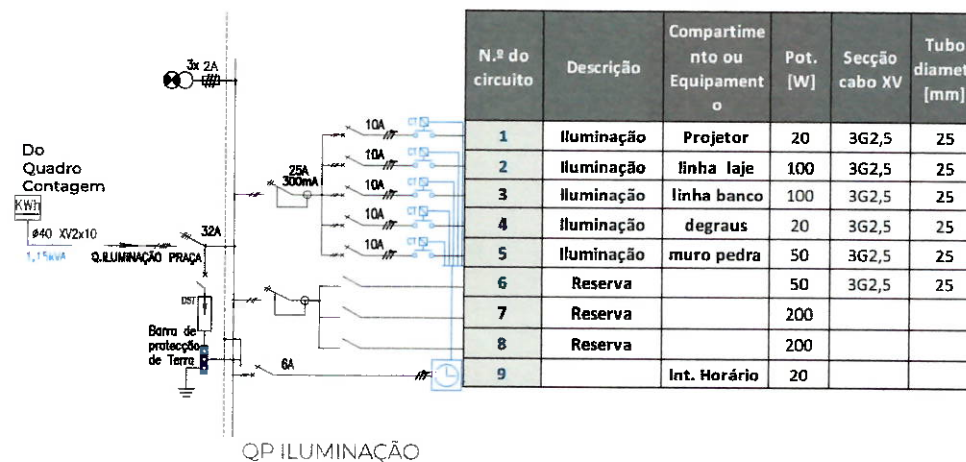
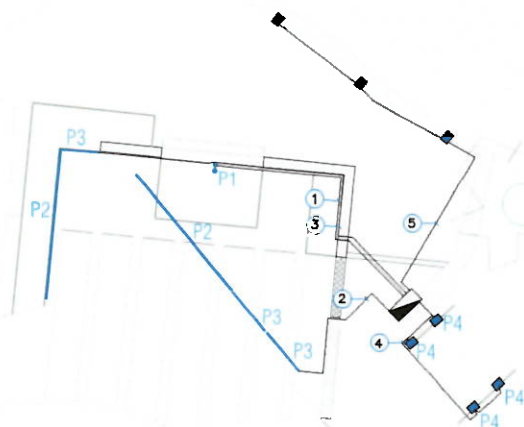
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VÊGIA"
ECOMUSEU DO CORVO - ZONA DA VÊGIA

EXECUÇÃO

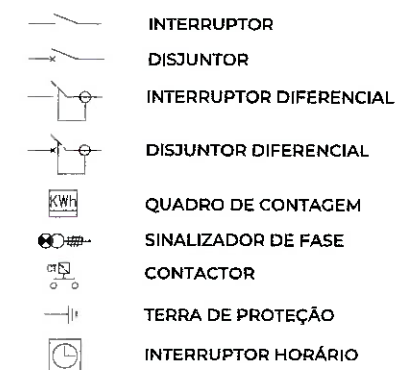
PROJETO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
ILUMINAÇÃO

IE03

ESCALAS
1:100



SIMBOLOGIA:



NOTA: OS TRANSFORMADORES FICARÃO ALOJADOS NO QUADRO ELETRICO

Assinado por: HELENA MARGARIDA ENES
GARCIA DE VARGAS
Num. de identificação: [redacted]
Data: 2021.10.20 07:45:10+00'00'

PROJLTI STA
H. VARGAS
ENGENHARIA



08/2021
HV15

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"
ECOMUSEU DO CORVO - ZONA DA VEGIA

LICENCIAMENTO
PROJETO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
CIRCUITOS DE ILUMINAÇÃO

IE03
ESCALAS:
1:100



DECLARAÇÃO

O Conselho Diretivo da Região Açores da Ordem dos Engenheiros declara que a Engenheira Helena Margarida Enes Garcia de Vargas está como Membro Efetivo, nesta associação pública profissional, sendo portadora da Cédula Profissional n.º [REDACTED] titular do curso de Engenharia Electrotécnica e de Computadores pelo(a) Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa em 20-02-1999, agrupado na(s) Especialidade(s) de Eletrotécnica desde 11-02-2000, com o título de qualificação de Sénior, está na efetividade dos seus direitos como Engenheira.

Validade

Mais se declara que se encontra na efetividade dos seus direitos como engenheiro, bem como na sua capacidade para exercer as seguintes funções:

- Elaboração de Projeto de instalações elétricas de acordo o art.º 19 da Lei 14/2015, de 16 de fevereiro, e Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, relativamente a obras da Categoria, I, II, III e IV estabelecidas nos quadros n.º 1 e n.º 2 do Anexo III da Lei n.º 40/2015.
- Execução de instalações elétricas de acordo com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro e com a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, relativamente a obras da 4.ª Categoria, em todas as Subcategorias.
- Exploração de instalações elétricas de acordo com o artigo 20.º da Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro.

A presente declaração destina-se a ser exibida perante as entidades competentes, apenas para efeitos da prática do(s) ato(s) de engenharia nela descritos e é válida pelo prazo de 1 ano.

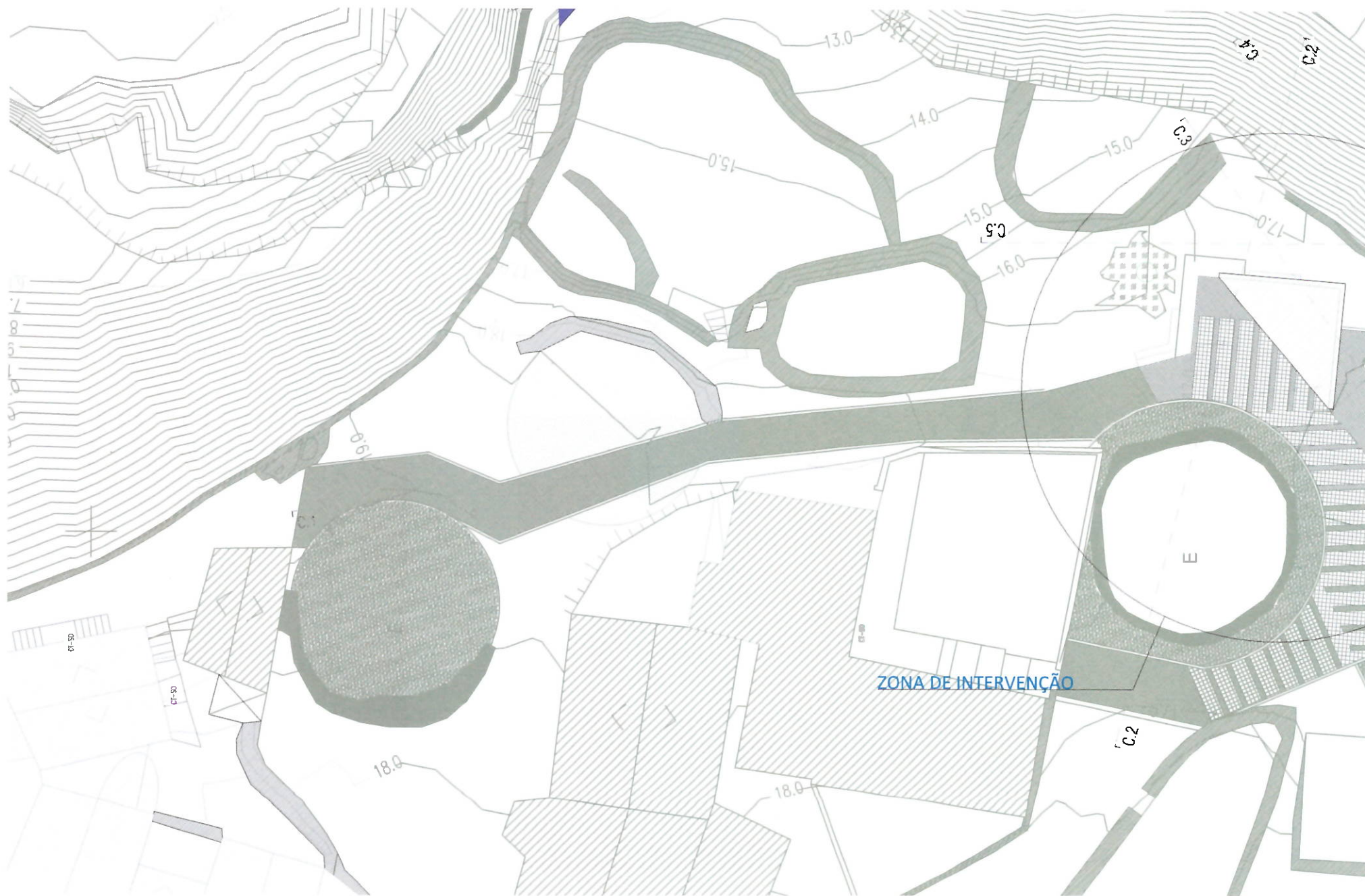
Assinatura

Ponta Delgada, 4 de janeiro de 2021.

Teresa Maria Soares Costa
A Presidente em exercício

Elementos de validação
Código: 9Y72N66S
Ref.º: IE3001
Declaração n.º: RA2333/2021

www.ordemengenheiros.pt





Data
21 de junho de 2021

Contribuinte n.º

Apólice n.º

Linha Exclusiva
21 794 30 20 | 22 608 11 20
dias úteis,
das 8h30 às 19h00

engenheiros@ageas.pt
www.ageas.pt/engenheiros

Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Ordem dos Engenheiros

Estimado/a Sr/a.,

A **Ordem dos Engenheiros**, contratualizou com a **Ageas Portugal**, em 1 de julho de 2018, o seguro de Responsabilidade Civil Profissional para todos os membros da Ordem.

Neste enquadramento e como membro da Ordem, confirmamos a sua adesão ao referido seguro cujo **n.º de apólice é 8410179815**.

Informamos ainda, que o capital seguro é de 50.000,00 € por membro, sinistro e anuidade.

Junto enviamos a declaração comprovativa da respetiva adesão, bem como as Condições Particulares e Especiais.

Como a sua satisfação é a nossa prioridade, este acordo tem como principal objetivo proporcionar-lhe ainda mais benefícios, ao reforçar a relação de parceria entre as duas entidades.

Caso necessite de alguma informação adicional, não hesite em contactar-nos.

Continuaremos a fazer por merecer diariamente a sua confiança.

Conte connosco,

Orkun Gucuk
Diretor da Técnica e Operações

Gustavo Barreto
Diretor de Marketing e Distribuição

Elementos de validação (Ordem dos Engenheiros)

Código: T7F7TGJ7 | Ref.ª: GM0004B | Declaração n.º: RA2680/2021



Data
21 de junho de 2021

Contribuinte n.º
000000000

Apólice n.º

Linha Exclusiva
21 794 30 20 | 22 608 11 20
dias úteis,
das 8h30 às 19h00

engenheiros@ageas.pt
www.ageas.pt/engenheiros

Declaração de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional Membros da Ordem dos Engenheiros

A Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A. declara, para os devidos efeitos, que foi realizado o contrato de seguro para os membros da Ordem dos Engenheiros, com as seguintes características:

- Ramo: Responsabilidade Civil Profissional
- Tomador de Seguro: Ordem dos Engenheiros
- N.º Apólice: 8410179815
- Início: 01 de julho de 2018
- Termo: 30 de junho de 2022
- Pessoa Segura: Helena Margarida Enes Garcia de Vargas
- N.º de Cédula Profissional: 000000000
- Âmbito da Cobertura: conforme Condições Particulares e Especiais anexas.
- Capital: 50.000 € por membro, sinistro e anuidade

Informa-se que o seguro identificado regula-se pela Lei do Contrato de Seguro e, segundo o artigo 59.º, a garantia de cobertura de riscos é válida após o recebimento do valor total a pagar pela mesma.

Prevalecerão sempre os termos e condições da apólice 8410179815.

Pela Ageas Portugal,

Orkun Gucuk
Diretor da Técnica e Operações

Gustavo Barreto
Diretor de Marketing e Distribuição

Elementos de validação (Ordem dos Engenheiros)

Código: T7F7TGJ7 | Ref.ª: GM0004B | Declaração n.º: RA2680/2021

ALIN

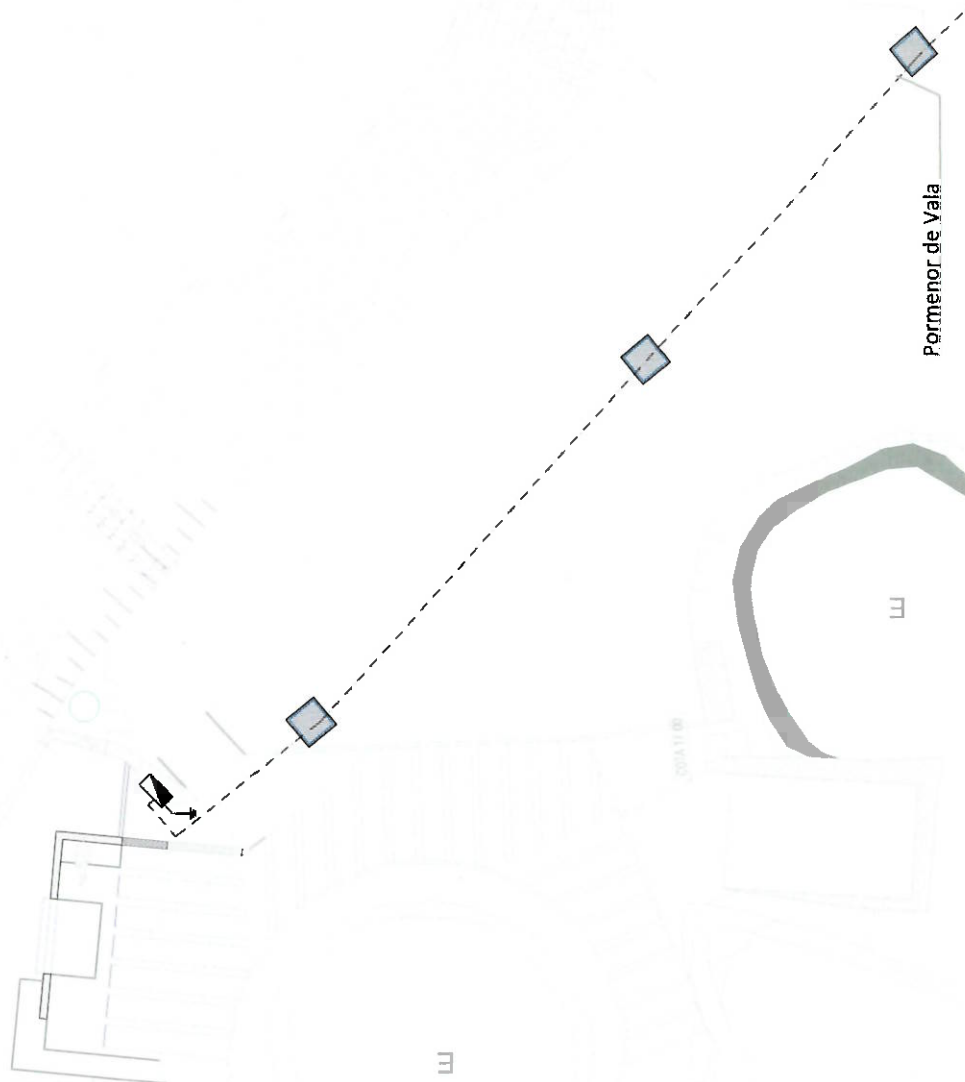


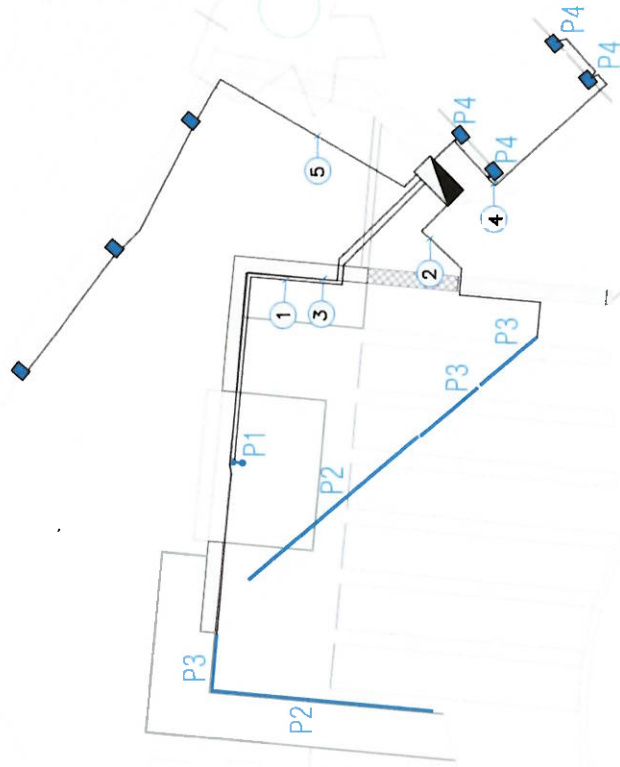
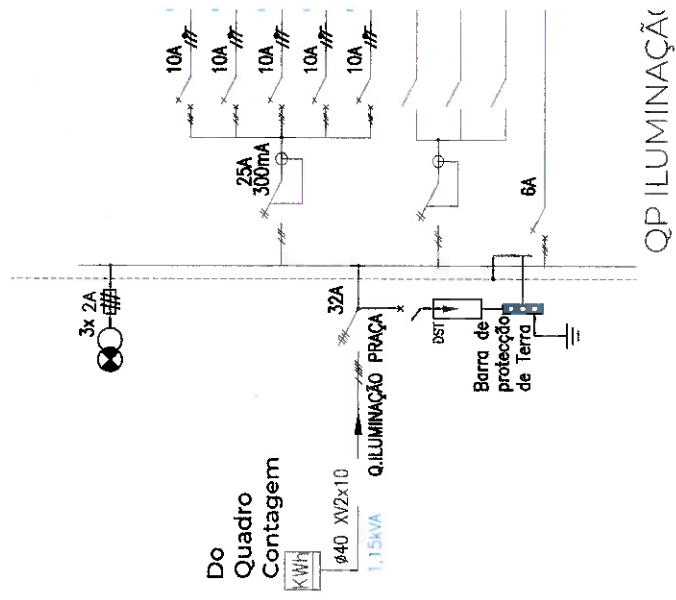
Produ
escav
de pe

Rede

Fita e
Tufo
dos t

PORME
1:20





TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR

(artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2019/A, de 27 novembro)

1 Técnico responsável pelo projeto

Nome: Helena Margarida Enes Garcia de Vargas
 N.º BI/C: NIF: ;
 Telefone: E-mail:
 N.º DREn: N.º OE: N.º OET:
 Morada:
 C. Postal:

2 Promotor / Entidade Exploradora

Nome: Direção Regional da cultura NIF:
 Endereço: R. da Conceição, 7, Angra do Heroísmo C. Postal: 9700-054
 Telefone: E-mail:

3 Tipo de Projeto

☐ Projeto Normal ⁽¹⁾ ☒ Projeto Simplificado ⁽¹⁾

4 Identificação da Instalação elétrica

☒ Instalação nova ⁽¹⁾ ☐ Modificação de instalação existente: Proc.º 31- ____/____ (____/____/____) E)
 DREn: ⁽¹⁾

Designação: REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA CASA DA VIGIA

Lugar/Rua: ZONA DA "VEGIA" VILA DO CORVO

Freguesia:

Concelho: Vila do Corvo Corvo

Lat.: 39.671420, Long.: 31.111190 Coordenadas GPS (Google Earth) -

Tipo de estabelecimento: Espaço público com iluminação Decorativa

Eu, acima identificado, autor do projeto junto, declaro que nele se observam as disposições regulamentares em vigor, bem como outra legislação aplicável.

Assinado por: **HELENA MARGARIDA ENES GARCIA DE VARGAS**
 Num. de identificação: ..
 Data: 2021.10.04 14:08:41+00'00'



(assinatura do técnico responsável pelo projeto)

¹⁾ Assinalar o "☐" com uma cruz, quando aplicável.



H. VARGAS
ENGENHARIA

**PROJETO DE LICENCIAMENTO
DE
INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS**

**SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA DA CIENCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA**

**REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E
CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"**

ECOMUSEU DO CORVO – ZONA DA VEGIA

ÍNDICE

MEMÓRIA DESCRITIVA	3
1. INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2. ILUMINAÇÃO DECORATIVA	3
3. QUADROS ELÉTRICOS E ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA	4
CALCULOS JUSTIFICATIVOS	5

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. INTRODUÇÃO

A presente memória descritiva e justificativa refere-se ao à Instalação elétrica destinada à iluminação decorativa da Requalificação de Espaço Público e construção da "Casa da Vegia" sito na Vila do Corvo.

O projeto foi elaborado tendo em atenção os Regulamentos e Normas seguintes:

- o Regras Técnicas das Instalações Elétricas de baixa Tensão
- o Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.
- o Normas Portuguesas aplicáveis, as recomendações técnicas da CEI e demais regulamentação aplicável.

Estão incluídos no presente projeto os seguintes trabalhos:

- o Alimentação de energia elétrica ao Quadro Elétrico de Iluminação ;
- o Iluminação Decorativa;

Na execução destes trabalhos deverá haver atenção para as infraestruturas elétricas subterrâneas já existentes, devendo o adjudicatário informar-se localmente com a Empresa Distribuidora.

2. CARACTERÍSTICAS DA INSTALAÇÃO

O presente projeto de instalações elétricas de serviço particular, inclui as seguintes intervenções:

- o Alimentação em Baixa Tensão ao Quadro Elétrico de Iluminação Decorativa;
- o Instalação Elétrica da iluminação decorativa do espaço exterior a requalificar

3. ILUMINAÇÃO DECORATIVA

A iluminação exterior inclui:

- o Iluminação da maquete;
- o Iluminação geral através de linha continua a instalar na laje da "Casa da Vegia";
- o Iluminação do murete através de linha continua;
- o Iluminação dos degraus e murete através de armaduras de encastrar.

4. QUADROS ELÉTRICOS E ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA

A Alimentação de energia do Quadro Elétrico previsto no presente projeto será feita em Baixa Tensão por Ramal subterrâneo .

A potência instalada destinada a iluminação decorativa, será de 1,15 kVA.

O Quadro Elétrico será saliente e terá um Índice de Proteção mínimo IP65 .

Para comando da Iluminação exterior, o quadro elétrico projetado deverá ser dotado de um interruptor horário. Este quadro será dotado de uma terra de proteção.

5. TERRA DE PROTEÇÃO

Imediatamente a montante do Quadro a instalar será criada terra de proteção de toda a instalação a jusante. Será constituída por eléctrodos de terra sob a forma de chapa de aço ou de cobre (tanto quanto necessários), por forma a que a global de contacto não exceda o valor recomendado (10 Ω).

Intercalada entre o Quadro e o eléctrodo de terra existirá uma caixa adequada para conter um ligador amovível, de modo a permitir o controlo periódico da medição da resistência de terra.

6. CANALIZAÇÕES

As canalizações serão todas subterrâneas, constituídas por cabos do tipo XV, protegidos por tubo, nas secções e diâmetros indicados nas Peças Desenhadas, dispostas em vala.

Nas canalizações serão utilizados tubos flexíveis, nas curvaturas e mudanças de direcção serão colocadas câmaras de visita, podendo sofrer ajustes na fase de execução. Os tubos ficarão a uma profundidade mínima de enterramento de 0,6 m nos passeios, conforme pormenor de vala indicado nas Peças Desenhadas.

A ligação das massas à terra será efetuada pelo condutor de proteção incluído em todas as canalizações e ligado ao circuito geral de terras através dos quadros.

A Responsável,

Eng.^a Helena Vargas
(Inscrito na Ordem dos Engenheiros com o N.º38670)

CALCULOS JUSTIFICATIVOS

		Disjuntor	N.º do circuito	Descrição	Compartimen- to ou Equipamento	Pot. [W]	Secção cabo XV	Tubo diametr [mm]
			1	Iluminação	Projeto	20	3G2,5	25
			2	Iluminação	linha laje	100	3G2,5	25
			3	Iluminação	linha banco	100	3G2,5	25
			4	Iluminação	degraus	20	3G2,5	25
			5	Iluminação	muro pedra	50	3G2,5	25
			6	Reserva		50	3G2,5	25
			7	Reserva		200		
			8	Reserva		200		
			9		Int. Horário	20		
				P total [W]		760		
				I [A]		3,3		
				P x coef		760		

Coef. S.	1
P [w]	760
I [A]	3

Origem	Destino	Ib[A]	In[A]	Inf[A]	I2[A]	Iz[A]	Cabo	[I2<1,45 Iz]	[I2<1,4 5 Iz]
Contage m	QGERA L	3	25	28	36	80	XV3G10	sim	sim

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR

(Artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2019/A, de 27 de Novembro)

1 - Requerente/Entidade Exploradora				
Nome:	Direção Regional da Cultura	NIF/NIPC:		Telefone:
Morada:	R. da Conceição, Angra do Heroísmo	C. Postal:	9700-054	E-Mail:

2 - Técnico Responsável pelo Projeto				
Nome:	Helena Margarida Enes Garcia de Vargas	NIF/NIPC:		N.º BI/CC:
Morada:		C. Postal:		Telefone:
				E-Mail:

Instalação:				
Descrição Sumária:	Requalificação de Espaço Público e Construção da Casa da "Vegia"			Proc.º DREn Existente ⁽¹⁾ :
Ilha:	Corvo	Concelho:	Corvo	Freguesia:
Lugar/Rua:	Zona da Vegia			Coordenadas GPS ⁽²⁾ :
				39.671420, 31.111190

Tipo de Instalação	Potência Total Prevista (kVA) ⁽³⁾ :
Redes Particulares de MT/AT	-
Subestações / Postos de Seccionamento / Postos de Transformação de Consumo	-
Instalação de utilização em MT/AT	-
Instalações com Produção Própria	-
Redes Particulares de BT	-
Instalação de Utilização em BT	1,15

⁽¹⁾ Indicar o nº de proc.º só no caso de aditamentos, ampliações ou modificações de instalações existentes.

⁽²⁾ Coordenadas GPS Google Earth.

⁽³⁾ Indicar apenas as potências previstas para nos casos aplicáveis.

Declaro que a informação apresentada identifica corretamente a instalação elétrica.

Assinado por: **HELENA MARGARIDA ENES GARCIA DE VARGAS**
Num. de Identificação:
Data: 2021.10.04 14:14:28+00'00'



(Data e assinatura do técnico responsável)

FICHA ELETROTÉCNICA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR

(Artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2019/A, de 27 de Novembro)

1 - Requerente/Entidade Exploradora			
Nome:	Direção Regional da Cultura	NIF/NIPC:	135587204
Telefone:			
Morada:	C. Postal:	E-Mail:	elmirosilva@sapo.pt

2 - Técnico Responsável			
Nome:	Helena Margarida Enes Garcia de Vargas	NIF/NIPC:	[REDACTED]
N.º BI/CC:	[REDACTED]	N.º Inscr.:	[REDACTED] (Opção)
Morada:	[REDACTED]	C. Postal:	[REDACTED]
Telefone:	[REDACTED]	E-Mail:	[REDACTED]

3 - Localização do imóvel			
Ilha:	Corvo	Concelho:	Corvo
Freguesia:	Corvo		
Entrada ⁽¹⁾ principal (Lugar/Rua):	E1	Zona da Vegia	Coordenadas ⁽⁷⁾ GPS: 39.671420, 31.111190
Outra Entrada ⁽¹⁾ do Imóvel:			Coordenadas ⁽⁷⁾ GPS:

Inserir linha

4 - Caracterização do imóvel			
Descrição do Imóvel:	Outros	Instalação:	Nova
Classificação das instalações ⁽²⁾ :	Recintos de espetáculos e divertimentos públicos ao ar livre	Total Ramais:	0

5 - Instalação Elétrica													
Total Previsto (kVA)			Tipo da Instalação (3)	Entrada do Imóvel	Ramal N.º	NIP ⁽⁴⁾ (existente)	CPE ⁽⁵⁾ (existente)	Andar	Fração	Tipo utilização individual ⁽⁶⁾	Entrada	Fator de Simultaneidade	Potência a Alimentar (kVA)
Geradores Socorro / Emergênc.	Postos Transf. MT / AT	Alim. em S.T. (RESPA)											
		1,15	C							Outros, (caracterizar brevemente)	Mono	1,00	1,15
													0,00
													0,00
													0,00

Inserir linha

Tipo de Instalação	Potência Total Instalada (kVA)		
	Geradores Socorro / Emergênc.	Postos Transf. MT / AT	Alim. em B.T. (RESPA)
Tipo A: Instalações com produção própria
Tipo B: instalações alimentadas em MT/AT
Tipo C: instalações alimentadas em BT	1,15

Declaro que a informação apresentada caracteriza a
Assinado por: **HELENA MARGARIDA ENES GARCIA DE VARGAS**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2021.10.04 14:15:05+00'00'



(Data e assinatura do técnico responsável)

Visto do Distribuidor

- (1) Localização (Rua e numeração de porta ou Lugar) do(s) ponto(s) de entrega ao imóvel (ramais de alimentação). Caso a instalação de utilização seja alimentada por um ramal
- (2) Conforme Anexo I do Despacho n.º 1/2018 da DGEG.
- Para instalações do "Tipo A", de socorro ou segurança, indicar a "Entrada", "Ramal N.º", "NIP" e "CPE" da instalação de utilização a que está associado.
- (4) NIP - Número de Identificação do Prédio. Caso ainda não esteja atribuído, colocar "-".
- (5) CPE - Código do Ponto de Entrega (conforme art.º 229º do RRC). Caso ainda não esteja atribuído, colocar "-".
- (6) Conforme Anexo II do Despacho n.º 1/2018 da DGEG.
- (7) Coordenadas GPS (Google Earth)



PROJETA
H. VARGAS
ENGENHEIRA

08/2021
HV 15

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VELHA"
ECOMUSEU DO CORVO - ZONA DA VELHA

EXECUÇÃO
PROJETO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
IMPLANTAÇÃO

IE 01
ESCALAS
1:200

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA DA CIENCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"
 ECOMUSEU DO CORVO – ZONA DA VEGIA

PROJETO DE EXECUÇÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
ESTIMATIVA DE CUSTO

ITEM	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (€uros)	IMPORTÂNCIA (€uros)	
					PARCIAL	TOTAL
IE	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
IE.1	ALIMENTAÇÃO DOS QUADROS ELÉCTRICOS					
IE.1.1	Tubagens:					
IE.1.1.1	Ø40	m ¹	44,0	€4,20	184,80 €	
IE.1.1.2	Ø50	m ¹	6,0	€5,40	32,40 €	
IE.1.1.3	Caixa de Passagem	un	3,0	€210,00	630,00 €	
IE.1.2	Cabos:					
IE.1.2.1	XV2x10	m ¹	44,0	€6,30	277,20 €	
IE.1.3	Equipamentos:					
IE.1.3.1	Quadro de contagem em nicho (inclui todos os trabalhos necessário de	un	1,0	€200,00	200,00 €	
IE.1.3.2	Quadro Geral de iluminação inclui interruptor horário para comando de iluminação exterior	un	1,0	€800,00	800,00 €	
IE.1.4	Diversos:					
IE.1.4.1	Sistema de Rede de Terras	Global	1,0	€200,00	200,00 €	
IE.1.4.2	Abertura e enchimento de vala, incluindo o levantamento e reposição do pavimento conforme o existente e todos os trabalhos necessários	m ³	20,0	€ 32,00	640,00 €	
IE.1.4.3	Ligação à Rede da Empresa Distribuidora, incluindo todos os trabalhos e equipamentos necessários	Global	1,0	€ 120,00	120,00 €	3 084,40 €

H. VARGAS

ENGENHARIA

ITEM	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (€uros)	IMPORTANCIA (€uros)	
					PARCIAL	TOTAL
IE.2	ILUMINAÇÃO					
IE.2.1	Armaduras: Nota: Está incluído no fornecimento das armaduras, todos os acessórios necessários, tais como transformadores, curvas para linhas continuas, caixas de encastrar, etc.					
IE.2.1.1	P1	un	1,0	€307,00	307,00 €	
IE.2.1.2	P2	un	2,0	€1 129,20	2 258,40 €	
IE.2.1.3	P3	un	3,0	€440,00	1 320,00 €	
IE.2.1.4	P4	un	7,0	€254,40	1 780,80 €	
IE.2.3	Cabos e Tubagens:					
IE.2.3.1	XV 3G2,5	m ¹	58,0	€3,20	185,60 €	
IE.2.3.2	Ø25	m ¹	55,0	€1,10	60,50 €	
IE.1.4	Diversos:					
IE.2.2.7	Caixa de derivação	un	5,0	€5,00	25,00 €	5 937,30 €
	NOTAS:					
1 -	A abertura das valas ou roços e seu refechamento, bem como todas as fixações, acessórios de mudança de direcção e outros, estão incluídos nos preços das tubagens.					
2 -	O fornecimento e montagem incluindo todos os trabalhos inerentes (roços em pavimentos e paredes, fixações à vista com abraçadeiras e outras, remates nos atravessamentos de paredes ou lajes, escavações, pintura e ensaios) ainda que não especificados mas conducentes ao cumprimento do Projecto e das Condições Técnicas, bem como à boa execução e funcionamento da obra, referentes aos seguintes artigos estão incluídos nos preços dos artigos.					
	TOTAL IE					€9 021,70
TOTAL :					€ 9 021,70	

ECOMUSEU DO CORVO


Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"


Zona da Vegia



MAPA DE QUANTIDADES

Art.º	Designação	Un.	Quantidade
	<p>CONSIDERAÇÕES GERAIS</p> <p>Todos os artigos incluem o fornecimento e colocação em obra de todos os materiais, assim como todos trabalhos acessórios e complementares necessários para a boa execução dos trabalhos quer estejam ou não referidos na descrição desses artigos.</p> <p>Os fornecedores e marcas referidas no projeto são fornecedores e marcas de referência, não podendo no entanto os materiais e produtos apresentados serem de qualidade inferior.</p>		
I. ARQUITETURA			
1. Estaleiro			
1.1	Estaleiro de obra de modo a abranger todas as frentes de trabalho necessárias à sua execução:		
1.1	Trabalhos de montagem e construção de estaleiro nos termos do artº 350.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.	vg	1,00
1.2	Trabalhos de manutenção de estaleiro nos termos do artº 350.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.	vg	1,00
1.3	Trabalhos de desmontagem e demolição de estaleiro nos termos do artº 350.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.	vg	1,00
1.4	Desenvolvimento e implementação do Plano de Segurança e Saúde e o cumprimento das normas e regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho nos termos do artº 350.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.	vg	1,00
1.5	Desenvolvimento e implementação do Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolições, nos termos do Decreto-Lei 46/2008, de 12 de Março.	vg	1,00
1.6	Execução de limpeza geral cuidada de toda a Obra, de forma a garantir a sua entrega em perfeitas condições de higiene e de utilização imediata.	vg	1,00
2. Casa de partida			
2.1	Remoção de pavimento existente em diversos materiais, incluindo o transporte e deposição em local, dos materiais a reutilizar, a indicar pelo dono da obra ou para vazadouro autorizado	m ²	46,15
2.2	Escavação geral do terreno, de forma se encontrar as cotas do projeto, cerca de 20cm, para implantação do fundo da caixa do pavimento térreo e arruamentos, incluindo transporte do material a vazadouro autorizado.	m ³	4,548
2.3	Escavação geral do terreno, de forma se encontrar as cotas do projeto, cerca de 15cm, para implantação do fundo da caixa do pavimento térreo e arruamentos, incluindo transporte do material a vazadouro autorizado.	m ³	3,5115
2.4	Aplicação de calçada miúda, nova aquisição por conta do empreiteiro, estereotomia de acordo com os desenhos, incluindo preenchimento de juntas com pó-de-pedra traçado, ao traço 1:3, assente sobre uma almofada de 15cm de pó-de-pedra ao traço 1:3, compactação, rega, varrimento e todos os trabalhos necessários a um bom acabamento	m ²	45,67
2.5	Aplicação de calçada grada, removidos anteriormente ou de nova aquisição, estereotomia de acordo com os desenhos, incluindo preenchimento de juntas com pó-de-pedra traçado, ao traço 1:3, assente sobre uma almofada de 23cm de pó-de-pedra ao traço 1:3, compactação, rega, varrimento e todos os trabalhos necessários a um bom acabamento	m ²	22,74

<p align="center">ECOMUSEU DO CORVO Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia" Zona da Vegia</p> 			
MAPA DE QUANTIDADES			
Art.º	Designação	Un.	Quantidade
2.6	Fornecimento e aplicação de lancil de betão com 0.10m de largura, incluído movimentação de terras, fundação em betão, assentamento da peça pré-fabricada, incluindo todos os trabalhos necessários para uma boa execução de acordo com os desenhos de projeto.	ml	50,36
2.7	Execução de banco em alvenaria de blocos, revestido de pedra de basalto arrumada à mão com juntas com argamassa de assentamento e capeamento em lajeta de basalto bujadardo com 6cm de espessura, incluindo cimento cola, fundação em betão para assentamento dos blocos e de cinta no mesmo betão C16/20, e todos os trabalhos necessário para um bom acabamento, conforme pormenores do projeto de arquitetura, desenho 5.1 - pormenor P1	ml	6,53
2.8	Execução de banco em betão C16/20, revestido de pedra de basalto arrumada à mão com juntas com argamassa de assentamento e capeamento em lajeta de basalto bujadardo com 6cm de espessura, incluindo cimento cola, enchimento, e todos os trabalhos necessário para um bom acabamento, conforme pormenores do projeto de arquitetura, denho 5.3 - pormenor P3 das peças desenhadas	ml	1,6
2.9	Reabilitação do muro existente, revestindo a parte interior a pedra de basalto arrumada à mão argamassada, e acresceto da altura do muro com pedra de basalto arrumada à mão argamassada, com capeamento em lajetas de basalto bujadardo com	ml	10
2.10	Execução de muro em alvenaria de pedra de basalto arrumada à mão com juntas com argamassa de assentamento e capeamento em lajeta de basalto bujadardo com 6cm de espessura, incluindo cimento cola e todos os trabalhos necessário para um bom	ml	2,2
2.11	Fornecimento e aplicação de degraus em blocos de pedra de dimensões iguais às de projeto de arquitetura (0,30x0,30m), incluindo guia de assentamento em betão e todos os trabalhos necessários para um bom acabamento conforme projeto de arquitetura - pormenor P4	ml	13,2
2.12	Fornecimento e aplicação de soleira em lajeta de basalto bujadardo, com 5cm de espessura, com 1,2m x 0,2 m de dimensão, incluindo guia de betão e todos os trabalhos necessários para um bom acabamento	un	1
II. ESTRUTURA			
1. Movimentação de terras			
1.1	Escavação geral do terreno, de forma se encontrar as cotas do projeto, para implantação do fundo da caixa do pavimento térreo e arruamentos.	m³	7,875
1.2	Execução de aterros com solos provenientes da escavação, incluindo carga, transporte e espalhamento em camadas e compactação controlada ao teor ótimo de humidade, de modo ao solo de fundação atingir a capacidade resistente definida no projeto da especialidade de fundações e estruturas.	m³	4,635
2. Betão			
2.1	Fornecimento e aplicação de betão C12/15, incluindo espalhamento e vibração, em regularização de todos os elementos de fundações (sapatas e vigas de fundação), com 5 cm de espessura.	m²	8,1
2.2	Fornecimento e aplicação de betão B25 (C20/25), incluindo espalhamento e vibração em todos os elementos estruturais:		
2.2.1	Sapatas	m³	2,41
2.2.2	Viga de fundação	m³	0,83
2.3	Fornecimento e aplicação de betão B25 (C20/25) para ficar à vista, incluindo espalhamento e vibração em todos os elementos estruturais:		
2.3.1	Pilares	m³	0,5

<p align="center">ECOMUSEU DO CORVO Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia" Zona da Vegia</p> 			
MAPA DE QUANTIDADES			
Art.º	Designação	Un.	Quantidade
2.3.2	Paredes;	m ³	3,69
2.3.3	Vigas maquete	m ³	0,34
2.3.4	Vigas Cobertura	m ³	0,8
2.3.5	Laje Cobertura	m ³	2,3
2.3.6	Laje Maquete	m ³	0,64
3. Cofragem			
3.1	Fornecimento e execução de cofragem, incluindo descofragem e escoramento correto de todos os elementos estruturais:		
3.1.1	Sapatas	m ²	10,8
3.1.2	Viga de fundação	m ²	7,52
3.2	Fornecimento e execução de cofragem para betão à vista, incluindo descofragem e escoramento correto de todos os elementos estruturais:		
3.2.1	Pilares	m ²	10,08
3.2.2	Paredes;	m ²	38,74
3.2.3	Vigas maquete	m ²	2,88
3.2.4	Vigas Cobertura	m ²	4,02
3.2.5	Laje Cobertura	m ²	12,53
3.2.6	Laje maquete	m ²	1,7
4. Armadura			
4.1	Fornecimento e montagem de varões de aço do tipo A400 NR, incluindo corte, dobragem, empalmes e armação de todos os elementos estruturais:		
4.1.1	Sapatas	kg	120,00
4.1.2	Viga de fundação	kg	75,95
4.1.3	Pilares	kg	130,92
4.1.4	Paredes;	kg	491,73
4.1.5	Vigas maquete	kg	115,60
4.1.6	Vigas Cobertura	kg	136,36
4.1.7	Laje Cobertura	kg	218,00
4.1.8	Laje maquete	kg	26,00
5. Estrutura metálica			
5.1	Fornecimento, fabrico, transporte e montagem de todos os elementos constituintes da estrutura metálica, em aço do tipo S275JR, em perfis laminados a quente, incluindo chapas de ligação e de reforço, parafusaria electro zincada da classe 8.8, todas as operações de soldadura, corte e furação, bem como todo o tratamento de superfície próprio para ambientes marítimos com a respetiva decapagem, metalização e pintura, mais camada intermédia de tinta intumescente de proteção contra o fogo, de acordo com o projeto e condições técnicas.		
5.1.3	HEA 100	kg	118,07
III. ÁGUAS PLUVIAIS			
1.	Fornecimento e assentamento de tubo de PVC - U da classe de pressão 0.4 MPa em ramais de descarga, assentes em roço à cota do pavimento para atravessar os bancos de pedra de acordo com as peças desenhadas do projeto, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários.		
1.1	Ø 50mm	m	2

ECOMUSEU DO CORVO

Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Velha"

Zona da Velha



MAPA DE QUANTIDADES

Art.º	Designação	Un.	Quantidade



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

D

ÍNDICE DAS PEÇAS DESENHADAS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

GRUPO 0 – LOCALIZAÇÃO

Des. n.º 0.1 – Planta de Localização – Ilha do Corvo	1:30000
Des. n.º 0.2 – Planta de Ordenamento – Vila do Corvo	1:2000
Des. n.º 0.3 – Planta de Condicionantes – Vila do Corvo	1:2000
Des. n.º 0.4 – Planta de Condicionantes – Reserva Ecológica – Vila do Corvo	1:2000
Des. n.º 0.5 – Levantamento topográfico – Implantação	1:1000

GRUPO 1 - IMPLANTAÇÃO

Des. n.º 1.1 – Planta de Localização da Intervenção	1:200
Des. n.º 1.2 – Planta Topográfica do existente com proposta	1:200

GRUPO 2 - SITUAÇÃO EXISTENTE

Des. n.º 2.1 – Planta de Implantação do local de intervenção e Corte C1	1:200
Des. n.º 2.2 – Cortes C2, C3, C4 e C5	1: 200

GRUPO 3 - PROJECTO PROPOSTO

Des. n.º 3.1 – Planta de cobertura – Proposta de intervenção global (CMC e DRC)	1:200
Des. n.º 3.2 – Planta de Piso e C1 – Proposta de intervenção global (CMC e DRC)	1:200
Des. n.º 3.3 – Cortes C2, C3, C4 e C5 – Proposta de intervenção global (CMC e DRC)	1:200
Des. n.º 3.4 – Planta de Piso (materialidades) – Proposto	1:50
Des. n.º 3.5 – Planta cotada de Piso – Proposto	1:50
Des. n.º 3.6 – Planta cotada de Cobertura – Proposto	1:50
Des. n.º 3.7 – Cortes AA' e BB' – Proposto	1:50
Des. n.º 3.8 – Cortes CC' e FF' – Proposto	1:50
Des. n.º 3.9 – Cortes DD' e EE' – Proposto	1:50



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

GRUPO 4 – PROJECTO ALTERAÇÕES: AMARELOS (DEMOLIÇÕES) E VERMELHOS (CONSTRUÇÕES)

Des. n.º 4.1 – Planta de Piso e Corte C1 – Amarelos e Vermelhos 1:200

Des. n.º 4.2 – Cortes C2, C3, C4 e C5 – Amarelos e Vermelhos 1: 200

GRUPO 5 – PORMENORES CONSTRUTIVOS DA PROPOSTA

Des. n.º 5.1 – Pormenor Construtivo 1 1:150 e 1:20

Des. n.º 5.2 – Pormenor Construtivo 2 1:150 e 1:20


Des. n.º 5.3 – Pormenor Construtivo 3 1:150 e 1:20

Des. n.º 5.4 – Pormenor Construtivo 4 1:150 e 1:20

Des. n.º 5.5 – Pormenor Construtivo 5 1:150 e 1:20

Des. n.º 5.6 – Pormenor Construtivo 6 1:150 e 1:20



proj	Lélia Ferreira	Nome	Secretaria Regional da Educação e Cultura Região Regional da Cultura		especialidade	Águas Pluviais
col		Nome	Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegie" Ecomuseu do Cervo - Zona da Vegie		fase	
data	julho 2021		Planta de Localização		escalas	1/500
revisão					desenho n.º	1
					altura desenho n.º	



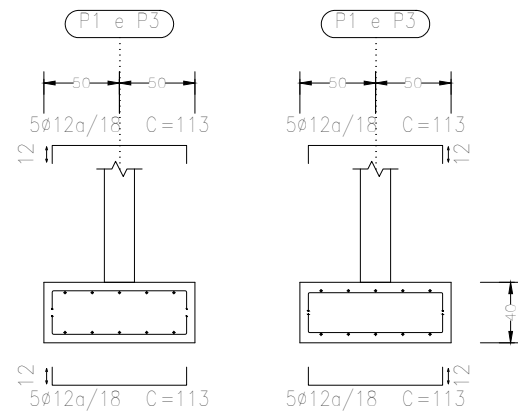
Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecemuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

proj	Lúcia Ferreira	Nome	Secretaria Regional da Educação e Cultura	especialidade	Aguas Pluviais
col		Nome	Direção Regional da Cultura	rose	
			Raqualificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Velha"	escalas	1/200
			Ecoturismo do Corvo - Zona da Velha	desenho n.º	2
data	julho 2021		Planta de Implantação	altera desenho n.º	
revisão					00.00.000

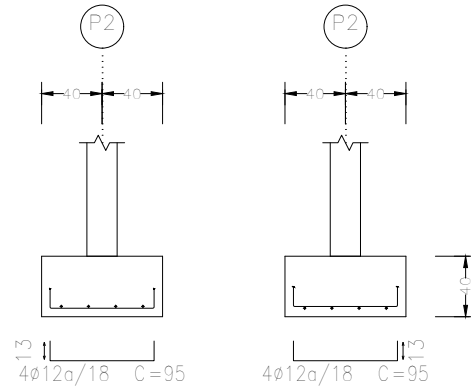




P1 e P3



P2



P4 e P5

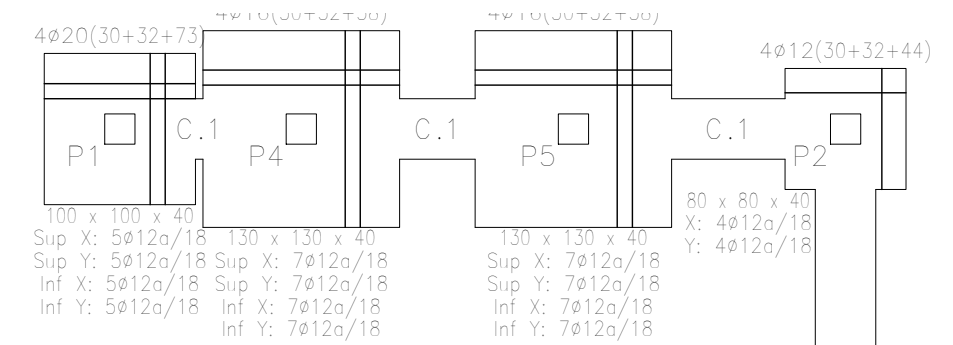
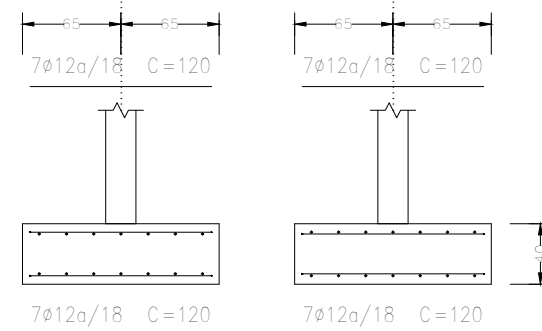
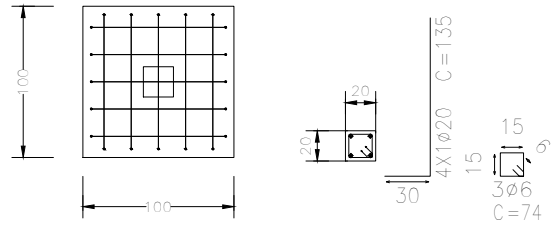
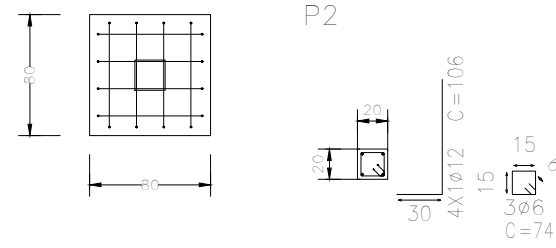


Tabela de vigas lintéis	
	C.1
	Arm. sup.: 2ø12
	Arm. inf.: 2ø12
	Estribos: 1xø8a/30

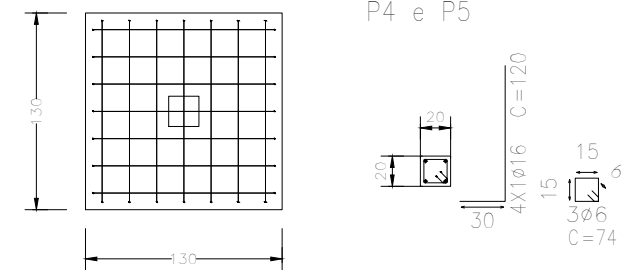
P1 e P3



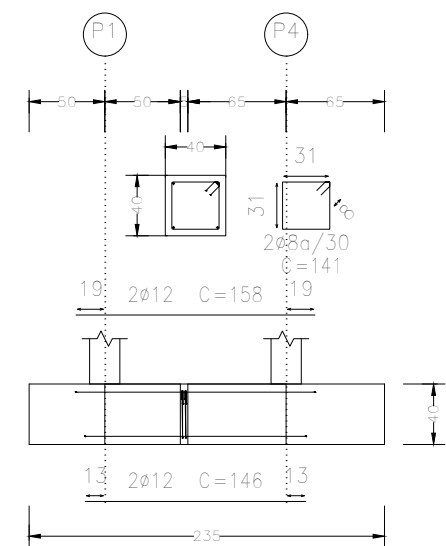
P2



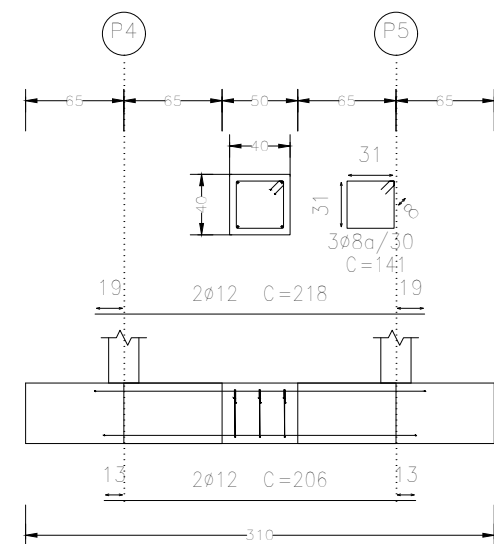
P4 e P5



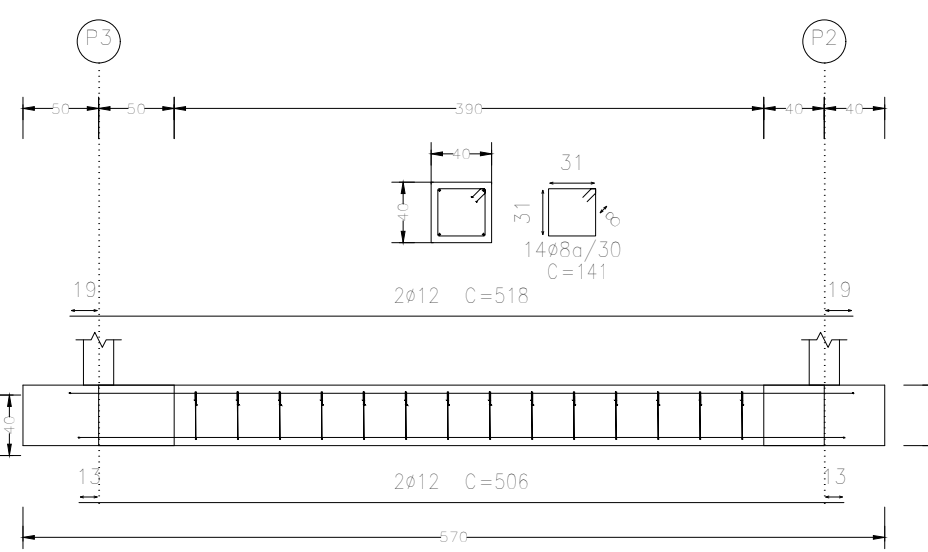
C.1 [P1 - P4]



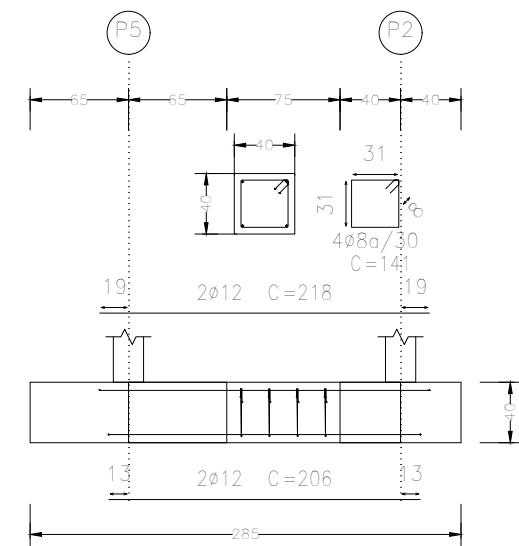
C.1 [P4 - P5]



C.1 [P3 - P2]



C.1 [P5 - P2]



QUADRO DE ELEMENTOS DE FUNDAÇÃO							Fundação Armadura longitudinal inferior Betão: B25 (C20/25) Aços em fundações: A400 Escala: 1:50
Referências	Dimensões (cm)	Altura (cm)	Armadura inf. X	Armadura inf. Y	Armadura sup. X	Armadura sup. Y	
P1 e P3	100x100	40	5ø12a/18	5ø12a/18	5ø12a/18	5ø12a/18	
P2	80x80	40	4ø12a/18	4ø12a/18			
P4 e P5	130x130	40	7ø12a/18	7ø12a/18	7ø12a/18	7ø12a/18	

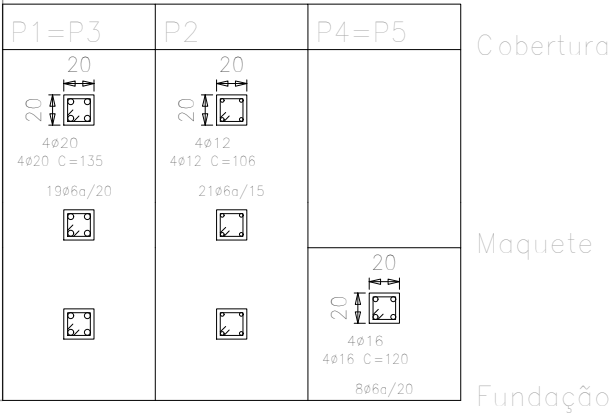
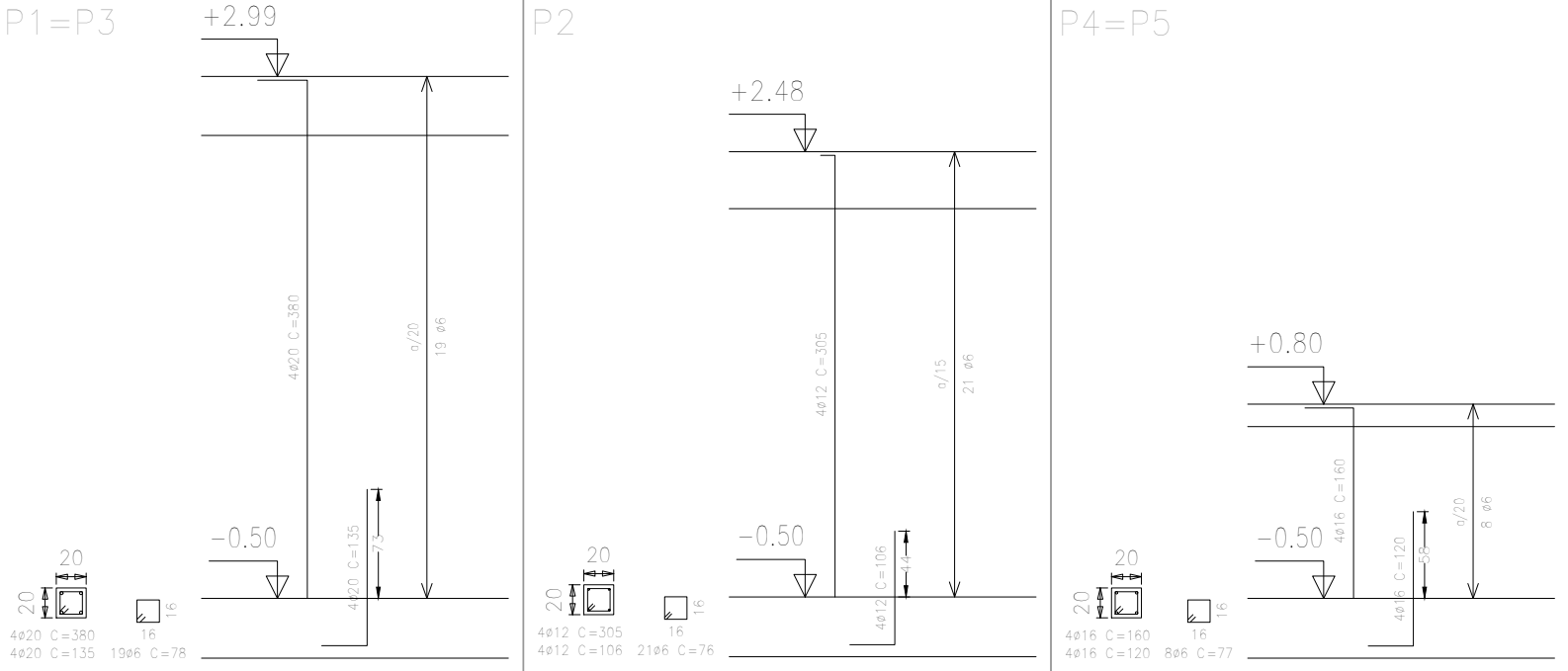
Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

P1=P3

P2

P4=P5

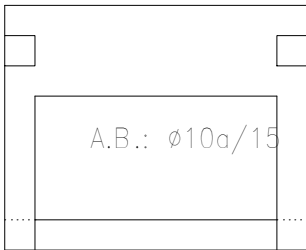
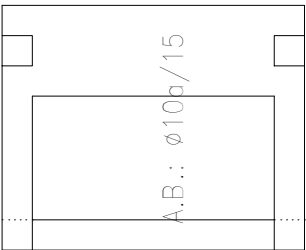
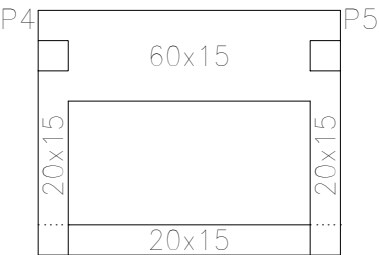
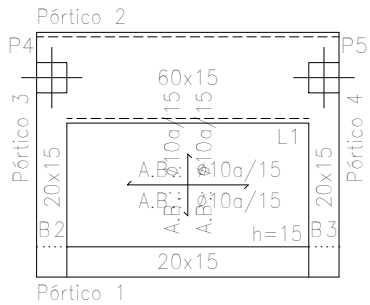
Quadro de pilares
Betão: B25 (C20/25)
Aço: A400
Escala: 1:50



Cobertura

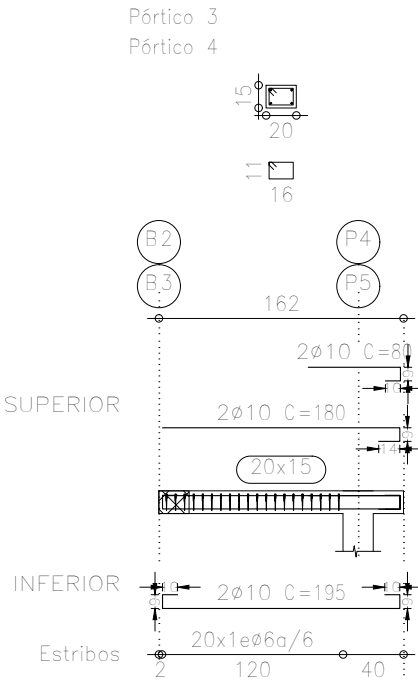
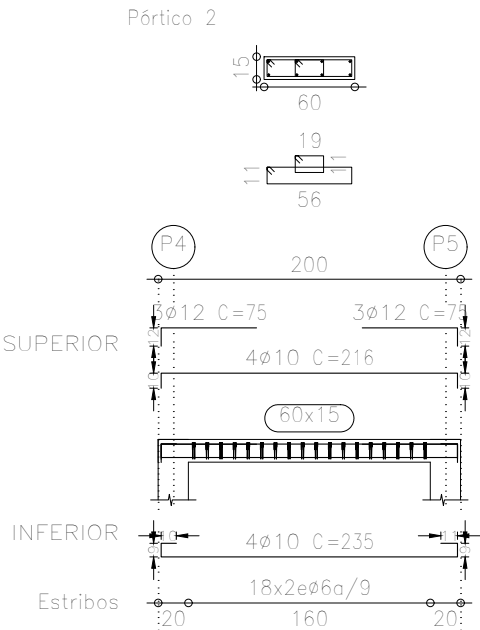
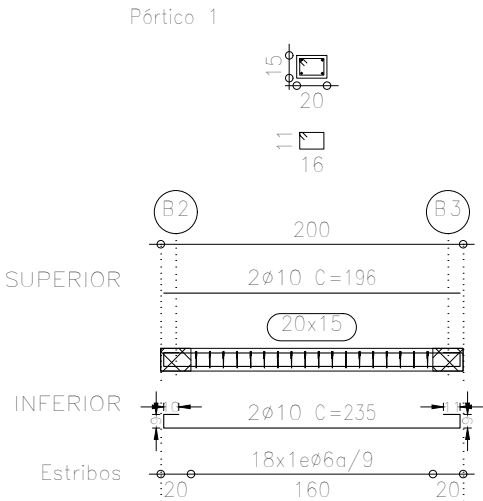
Maquete

Fundação

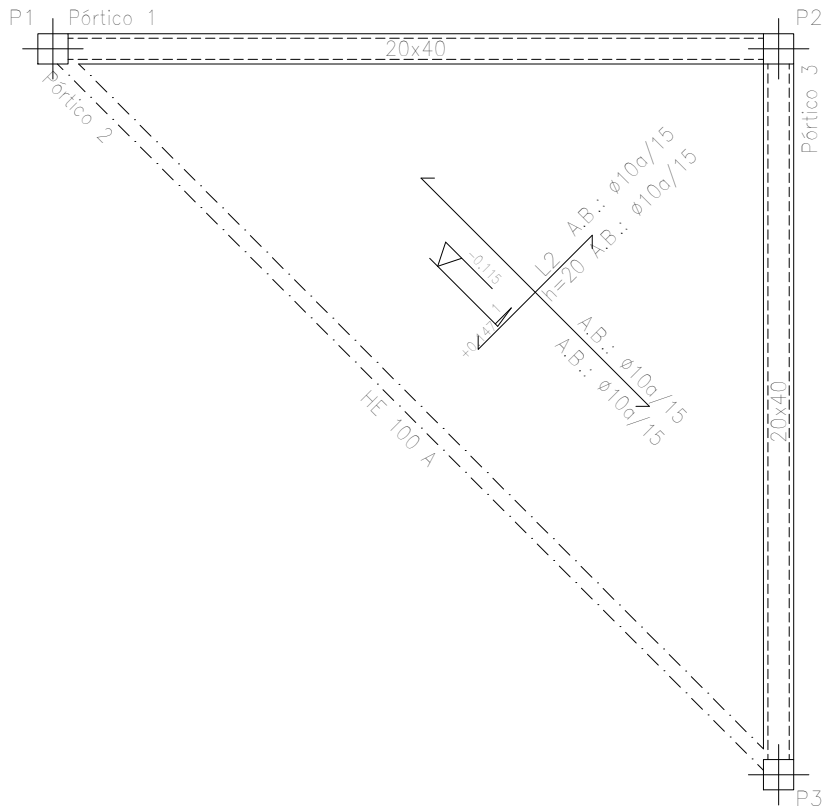


Maquete
Planta elementos estruturais
Betão: B25 (C20/25)
Aços em lajes: A400

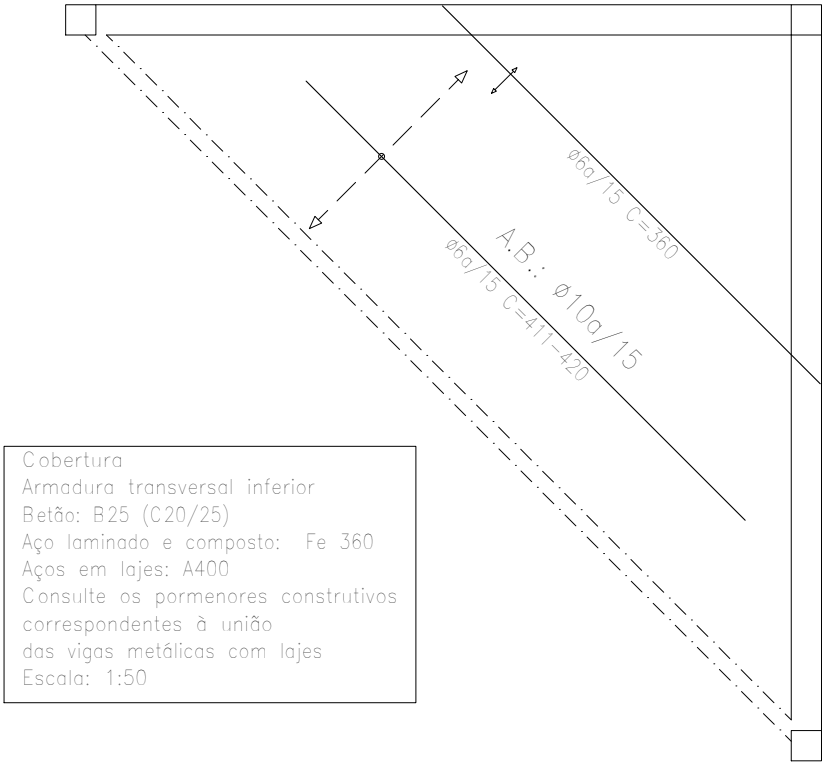
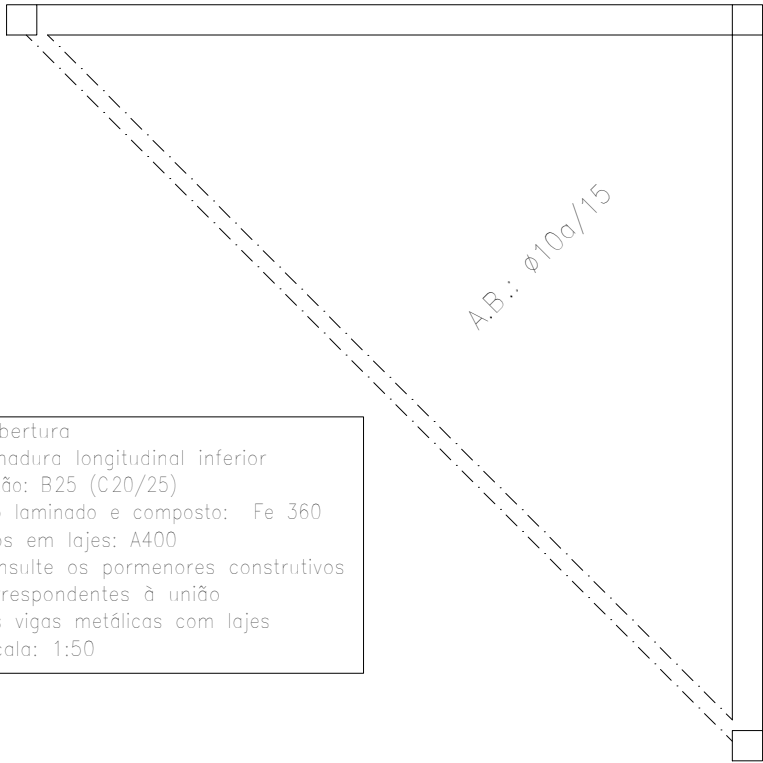
Armadura base em lajes maciças
Superior: ø10 sep. 15 cm Inferior: ø10 sep. 15 cm
Não detalhada no desenho
Escala: 1:50



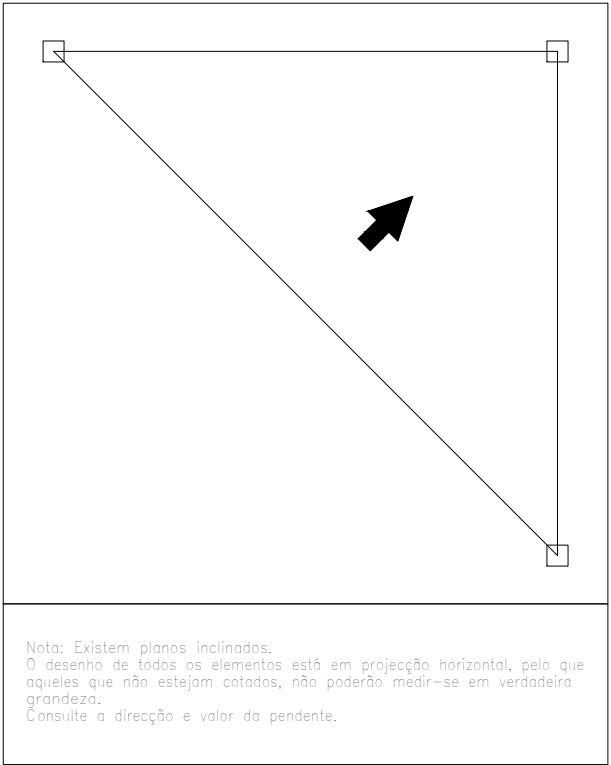
Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.



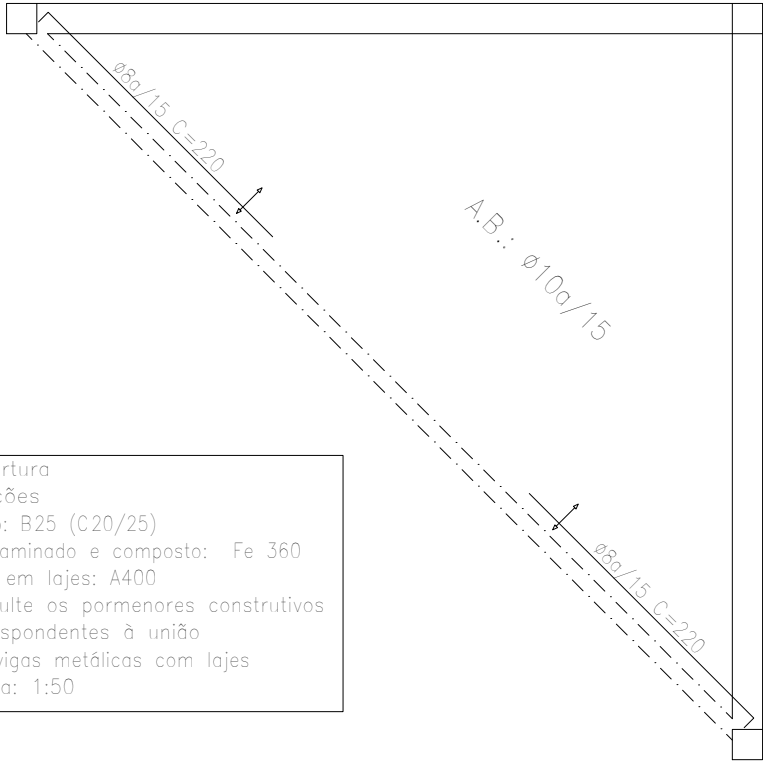
Cobertura
Armadura longitudinal inferior
Betão: B25 (C20/25)
Aço laminado e composto: Fe 360
Aços em lajes: A400
Consulte os pormenores construtivos
correspondentes à união
das vigas metálicas com lajes
Escala: 1:50



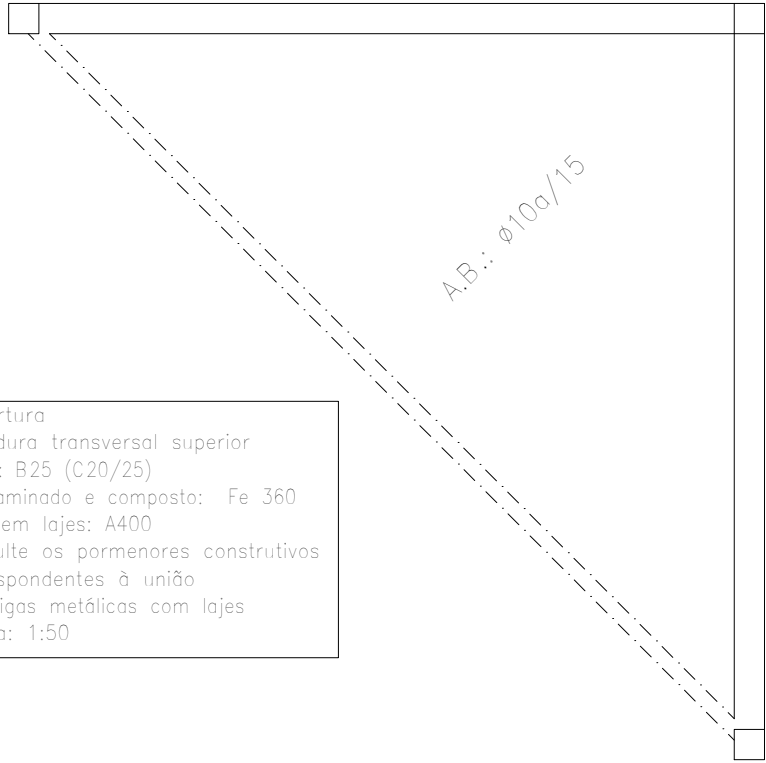
Cobertura
Armadura transversal inferior
Betão: B25 (C20/25)
Aço laminado e composto: Fe 360
Aços em lajes: A400
Consulte os pormenores construtivos
correspondentes à união
das vigas metálicas com lajes
Escala: 1:50



Nota: Existem planos inclinados.
O desenho de todos os elementos está em projecção horizontal, pelo que
aqueles que não estejam cotados, não poderão medir-se em verdadeira
grandeza.
Consulte a direcção e valor da pendente.



Cobertura
Ligações
Betão: B25 (C20/25)
Aço laminado e composto: Fe 360
Aços em lajes: A400
Consulte os pormenores construtivos
correspondentes à união
das vigas metálicas com lajes
Escala: 1:50



Cobertura
Armadura transversal superior
Betão: B25 (C20/25)
Aço laminado e composto: Fe 360
Aços em lajes: A400
Consulte os pormenores construtivos
correspondentes à união
das vigas metálicas com lajes
Escala: 1:50

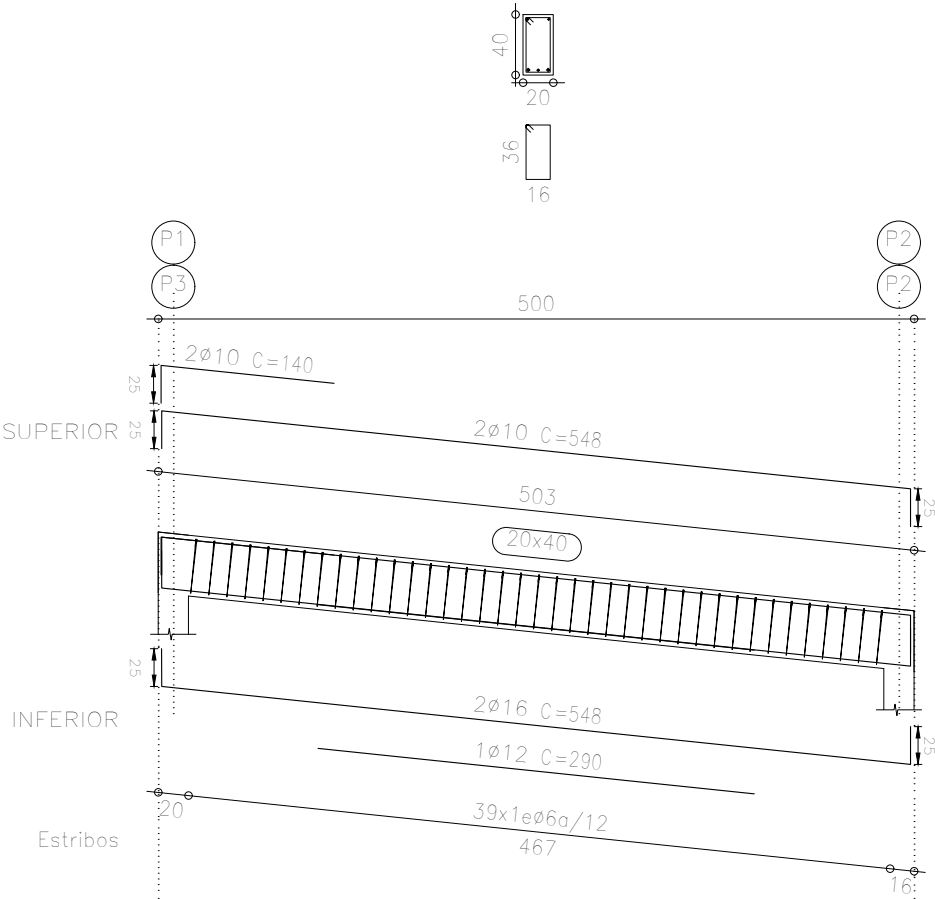
Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

Paredes

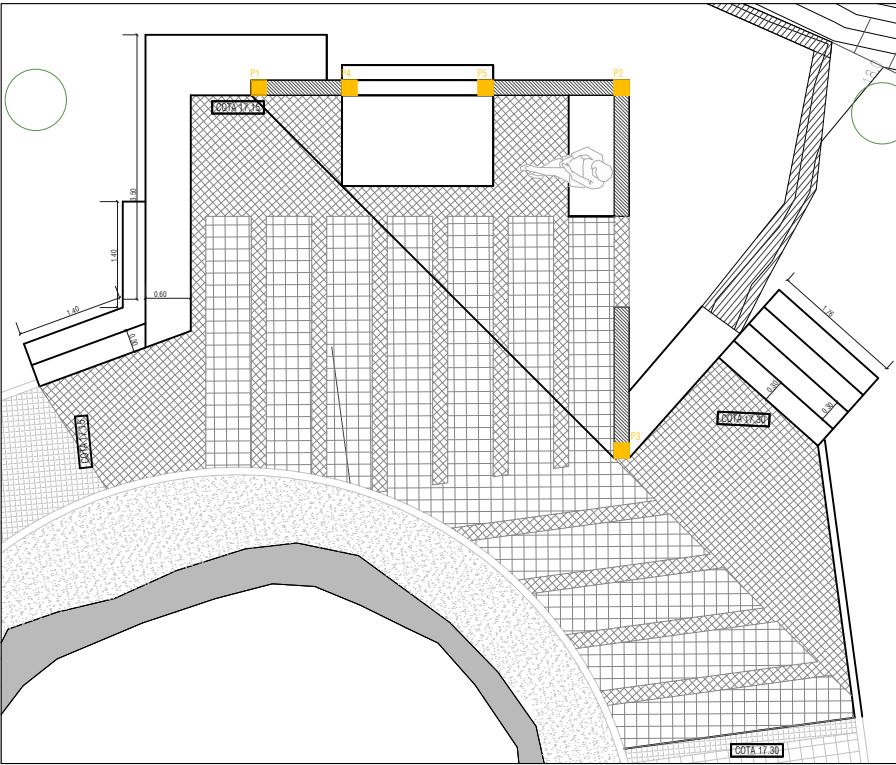
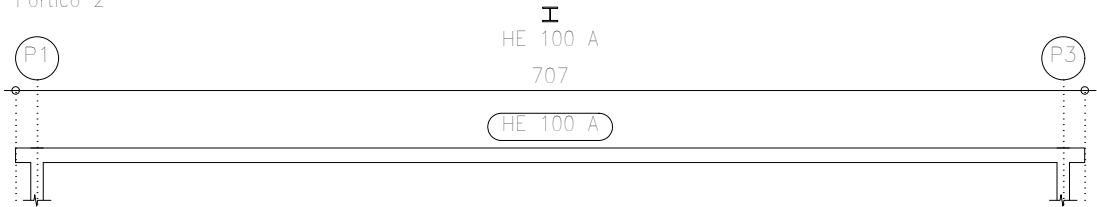
Betão: B25 (C20/25)
Aços em lajes: A400

Armadura base em paredes
interior: #Ø10 // 15 cm exterior: #Ø10 // 15 cm
Não detalhada no desenho

Pórtico 1
Pórtico 3



Pórtico 2



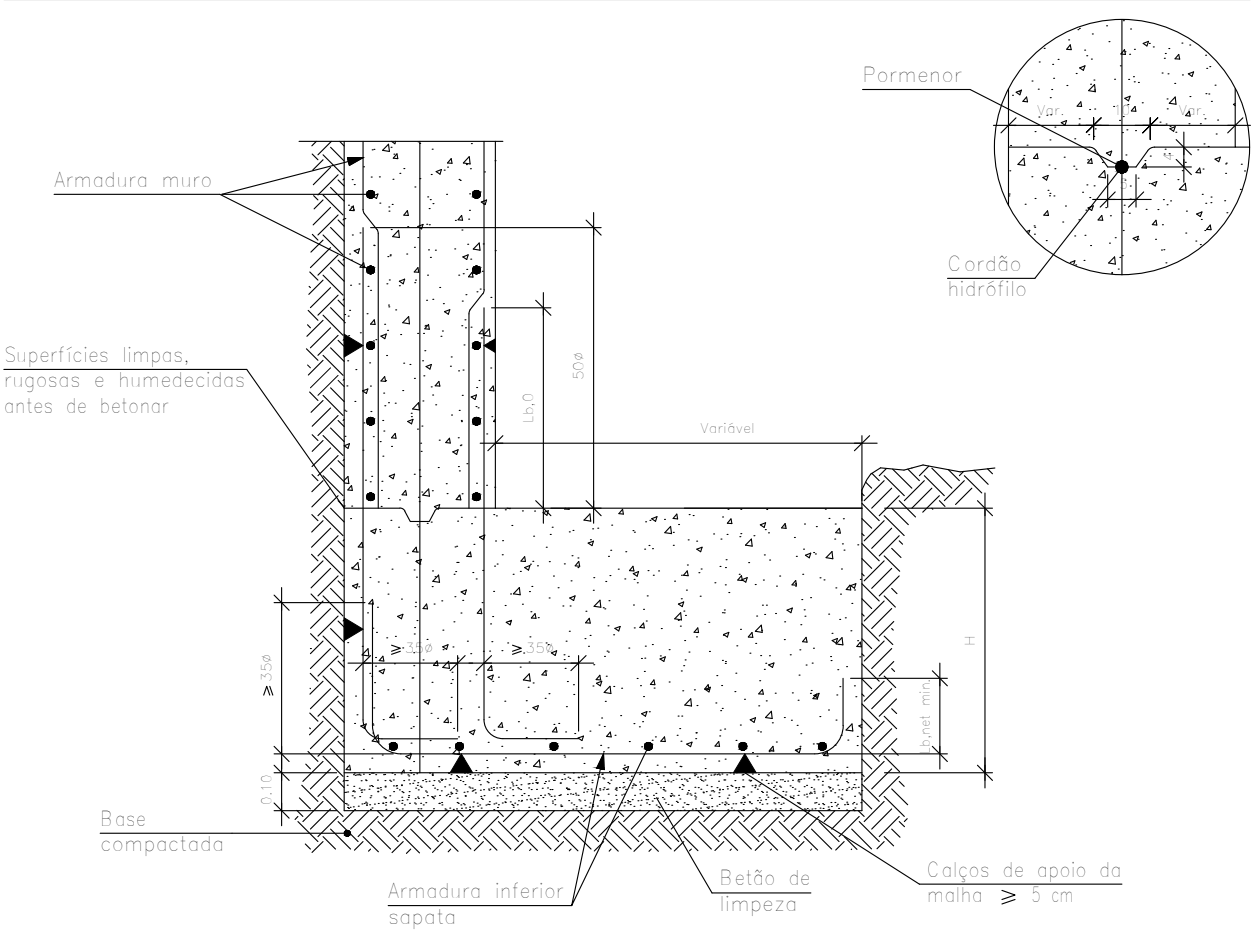
Cobertura

Desenho de vigas

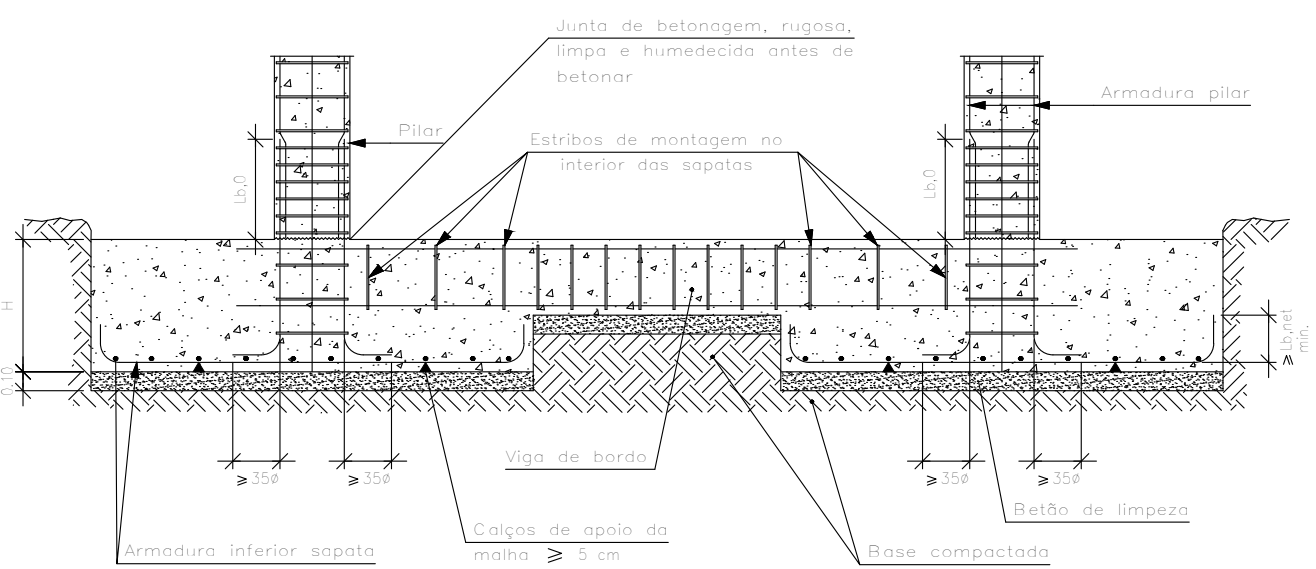
Betão: B25 (C20/25)
Aço laminado e composto: Fe 360
Aço: A400
Consulte os pormenores construtivos correspondentes à união das vigas metálicas com lajes
Escala: 1:50

Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

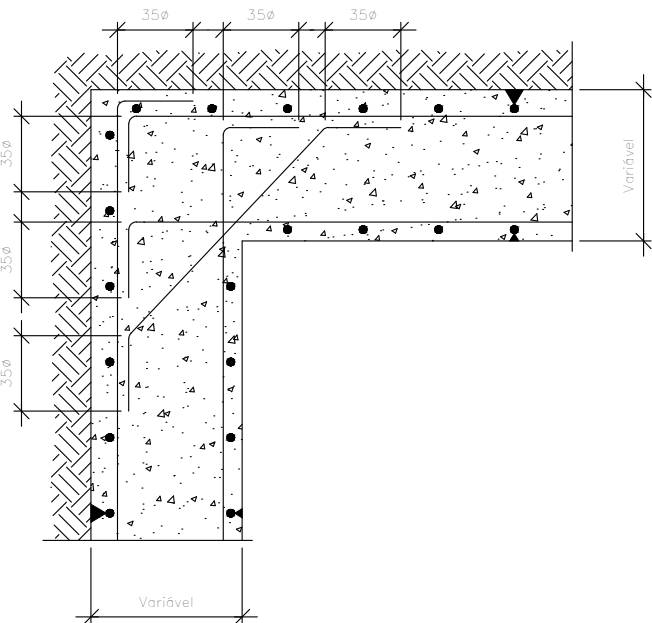
Arranque do muro em sapata corrida excêntrica.



Lintel de fundação entre sapatas.



Pormenor das armaduras horizontais no canto.



Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

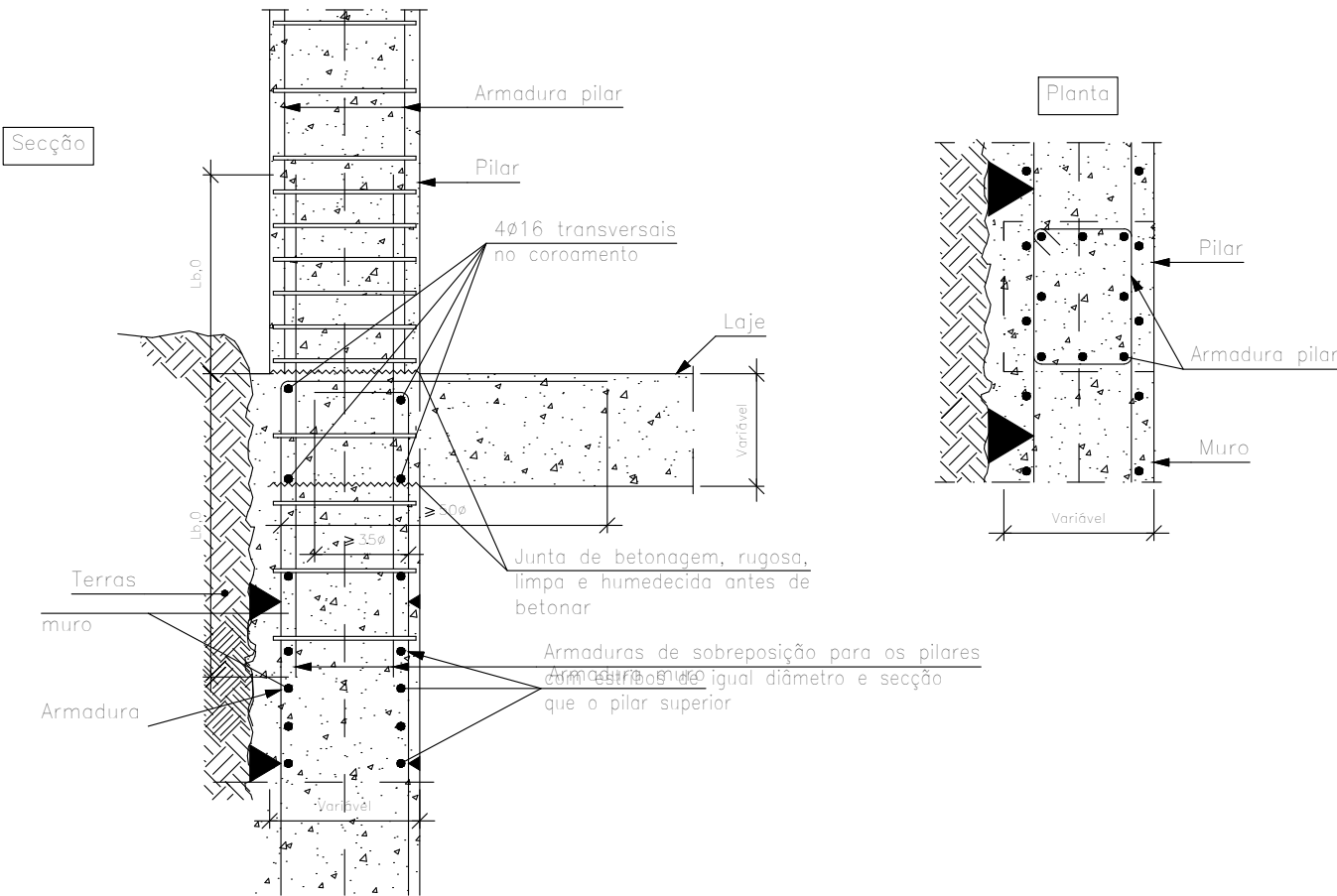
proj	Lélia Ferreira	Nome	Secretaria Regional da Educação e Cultura Direção Regional da Cultura
col		Nome	Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Végia" Ecomuseu do Corvo - Zona da Végia
data	Julho de 2021		Desenhos de pormenor
revisão			



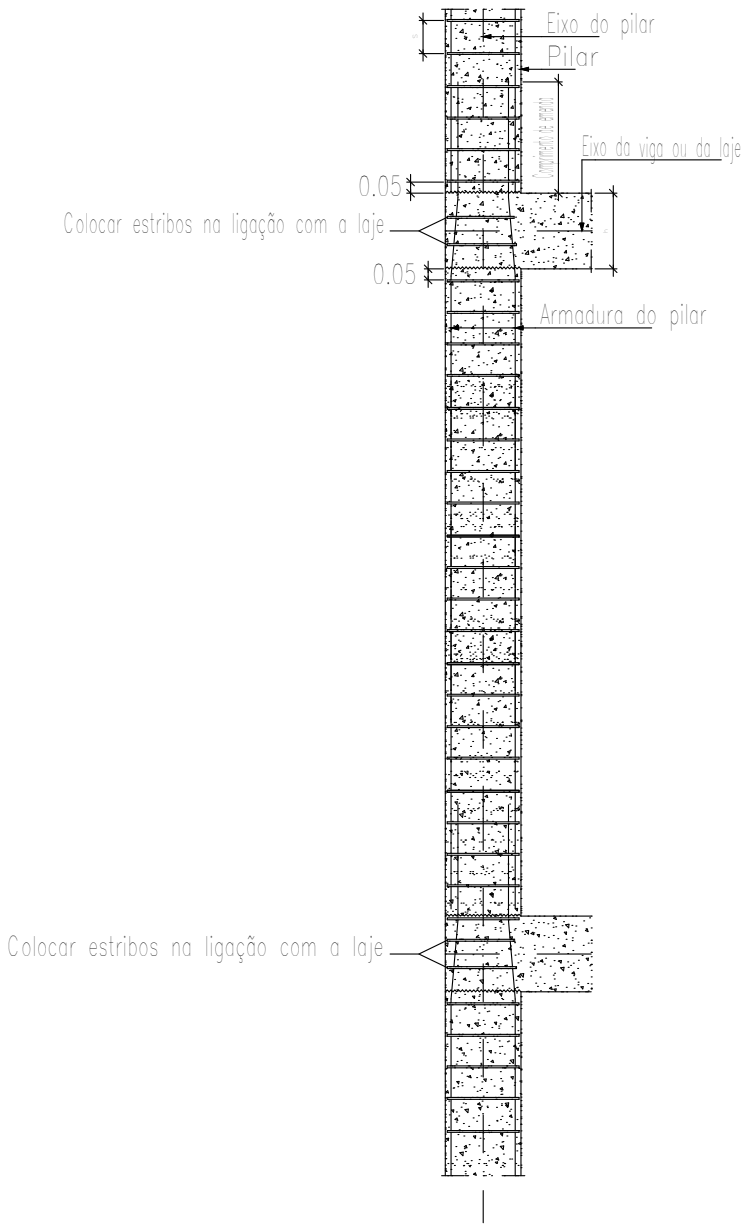
especialidade	Estabilidade
fase	
escalas	s/esc
desenho n.º	5
altera desenho n.º	00 00 000

Pilar embebido no muro de igual espessura.

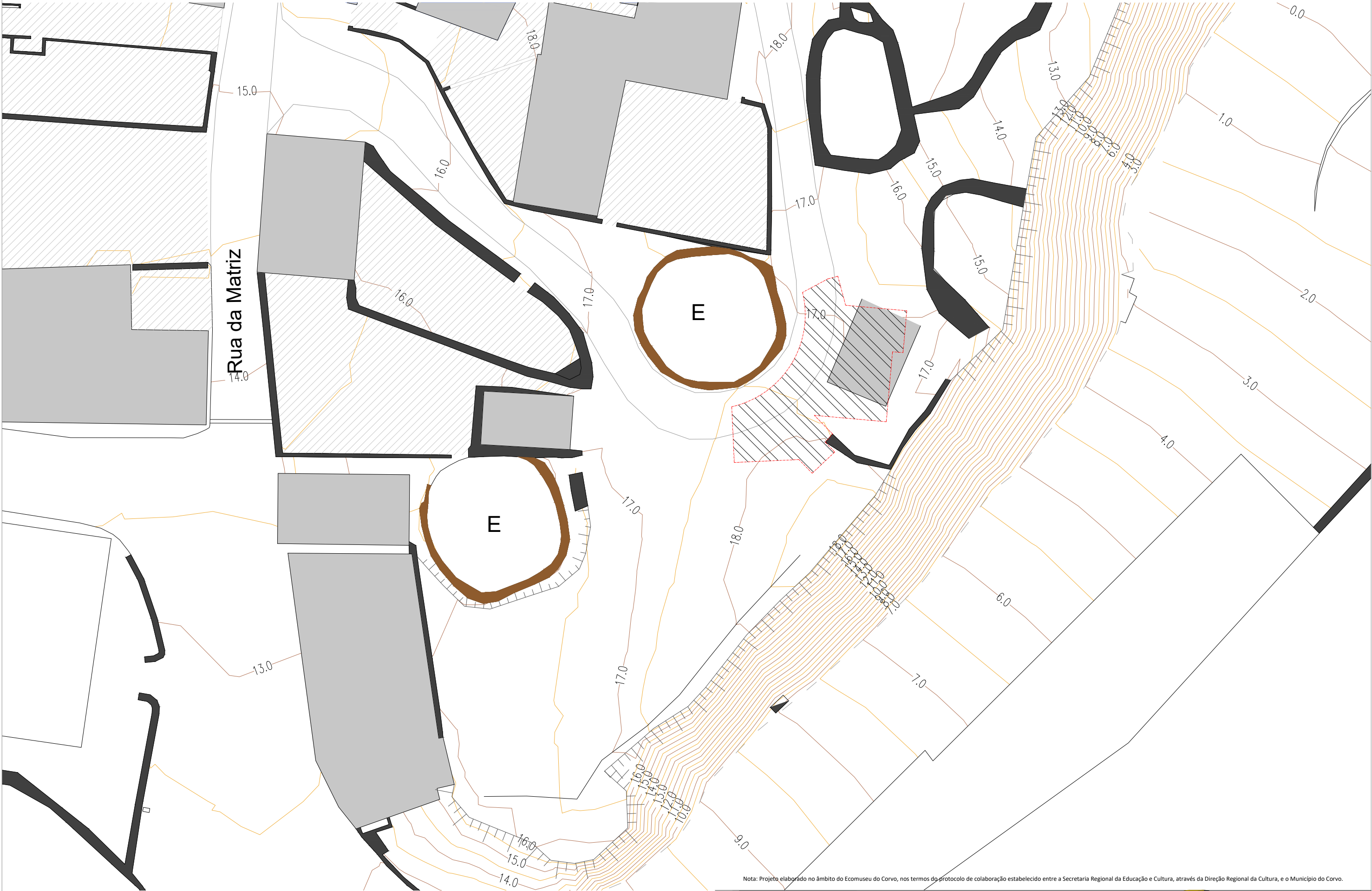
Betonagem contra o terreno.



Pormenor de estribos de pilares



Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.



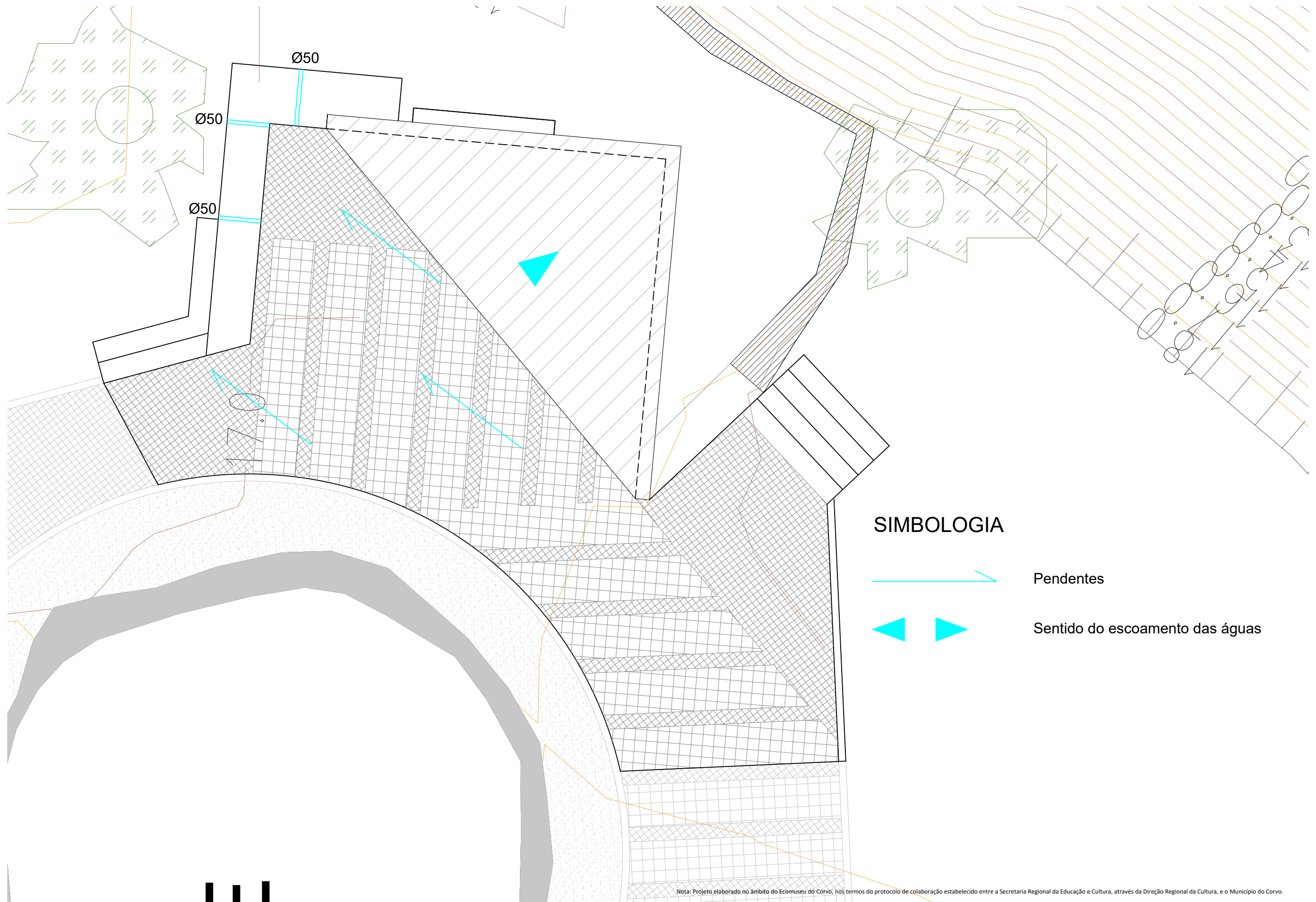
Nota: Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

proj Lélia Ferreira
col
data julho 2021
revisão

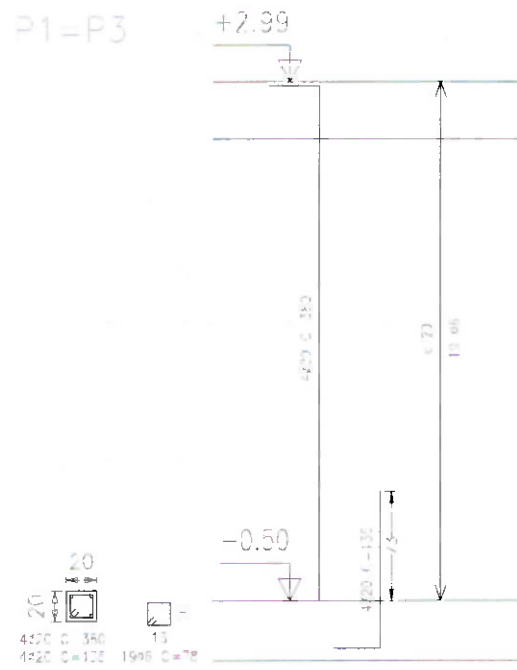
Nome Secretaria Regional da Educação e Cultura
Direção Regional da Cultura
Nome Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vegia
Planta de Implantação



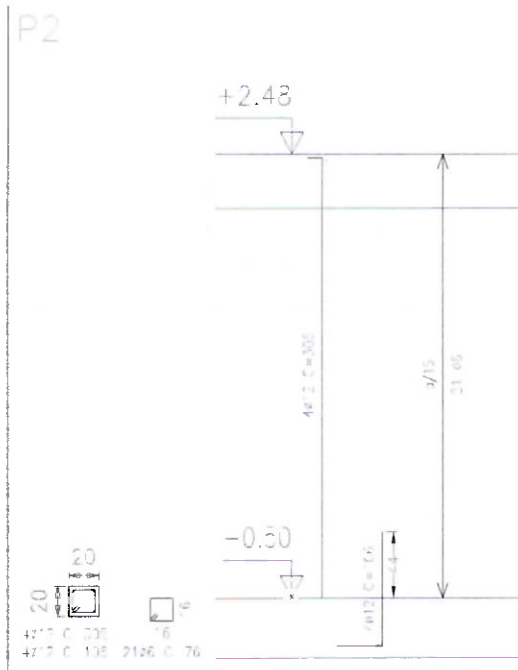
especialidade Águas Pluviais
fase
escalas 1/200
desenho n.º 2
altera desenho n.º 00.00.000



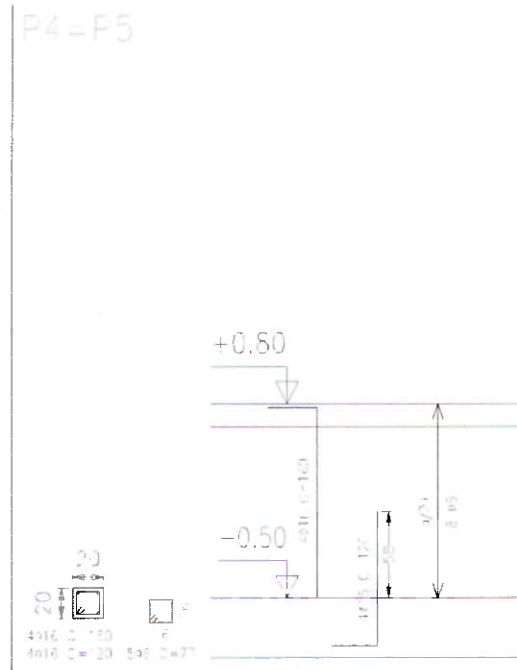
P1=P3



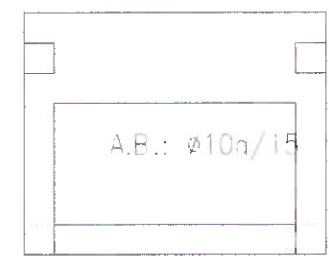
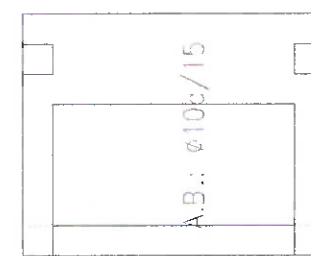
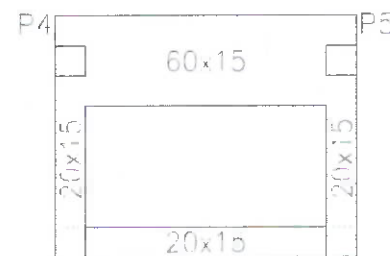
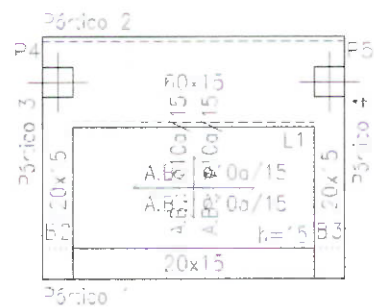
P2



P4=P5



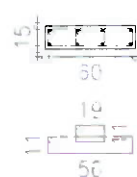
P1=P3	P2	P4=P5



Pórtico



Pórtico 2



(P4)

(P5)

Pórtico 3
Pórtico 4



(P3)

(P4)

Paredes

Seção: 325 (C20/25)

Aços em lajes: A400

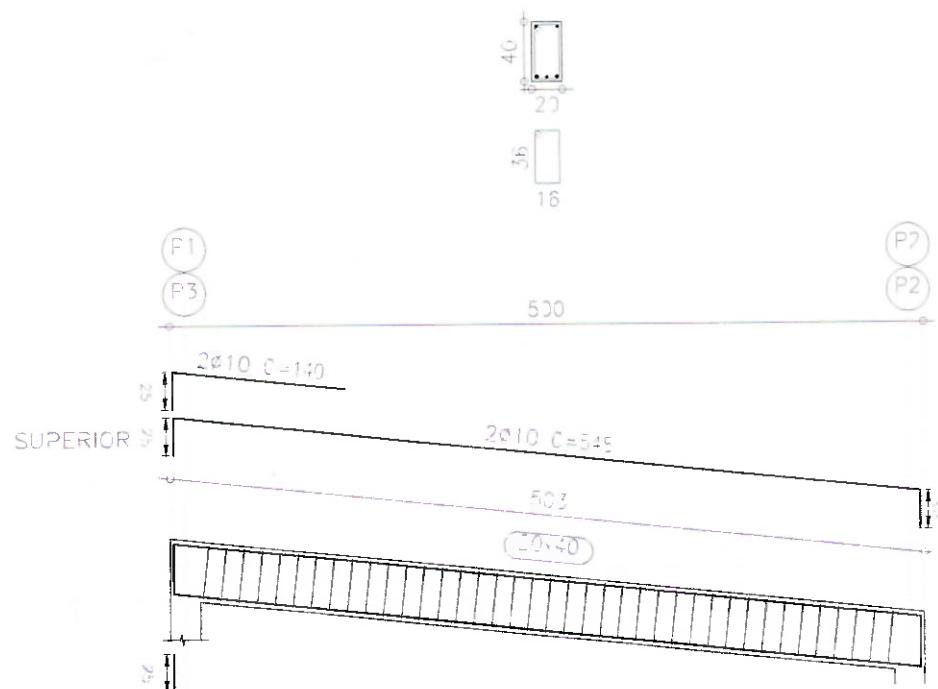
Armadura base em paredes

interior: $\#10 // 15 \text{ cm}$ exterior: $\#10 // 15 \text{ cm}$

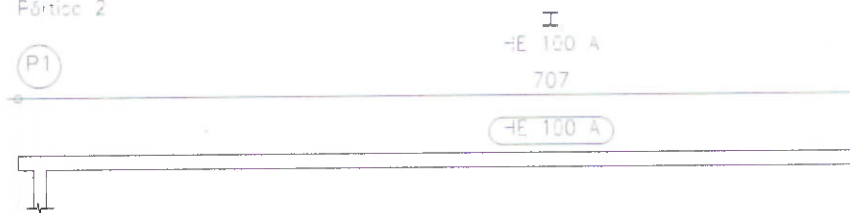
laço detalhada no desenho

Pórtico 1

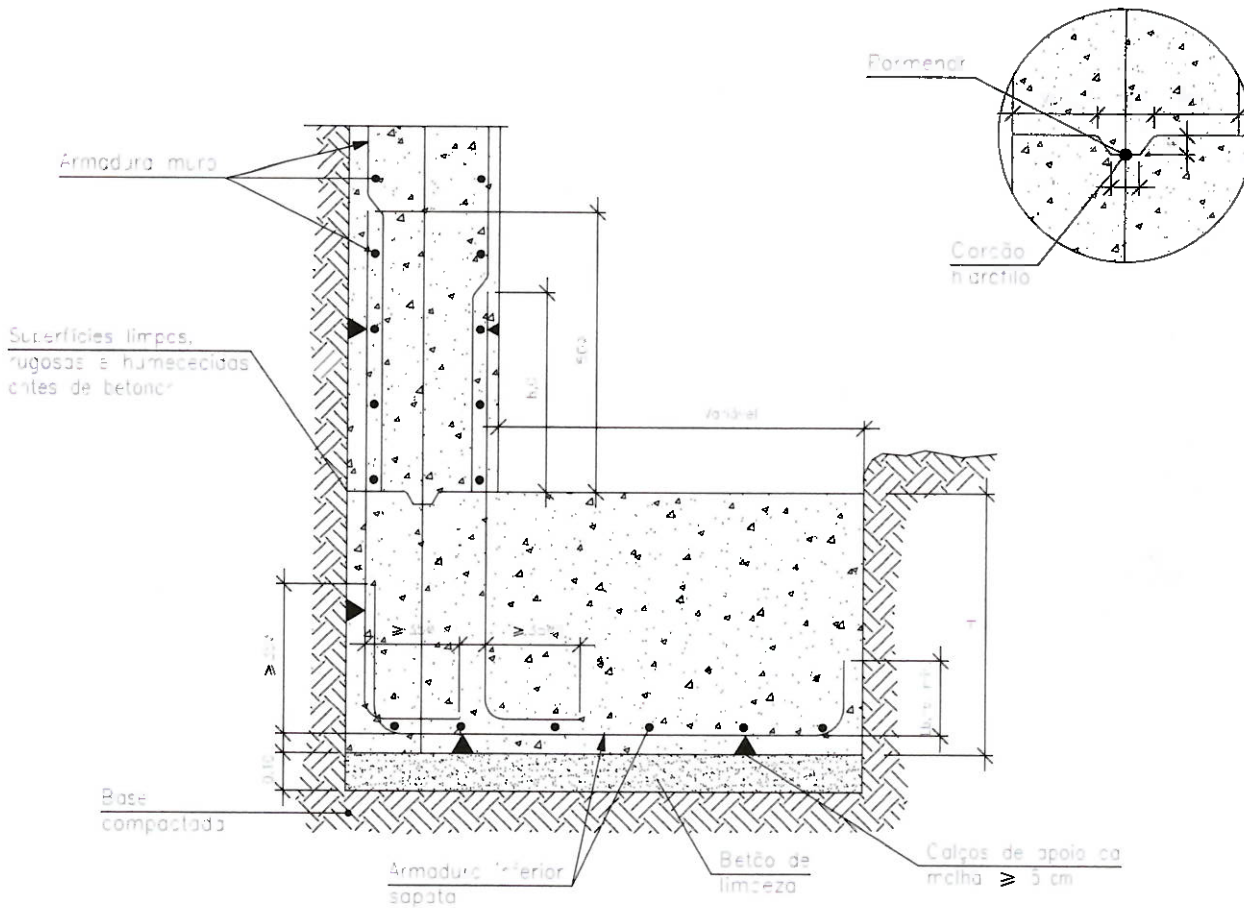
Pórtico 3



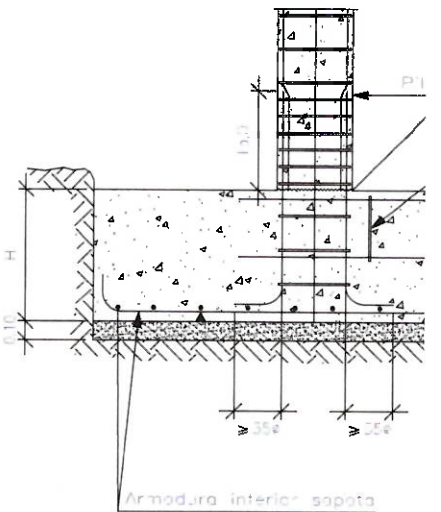
Pórtico 2



Arranque do muro em sapata corrida excêntrica.



Intel (c)

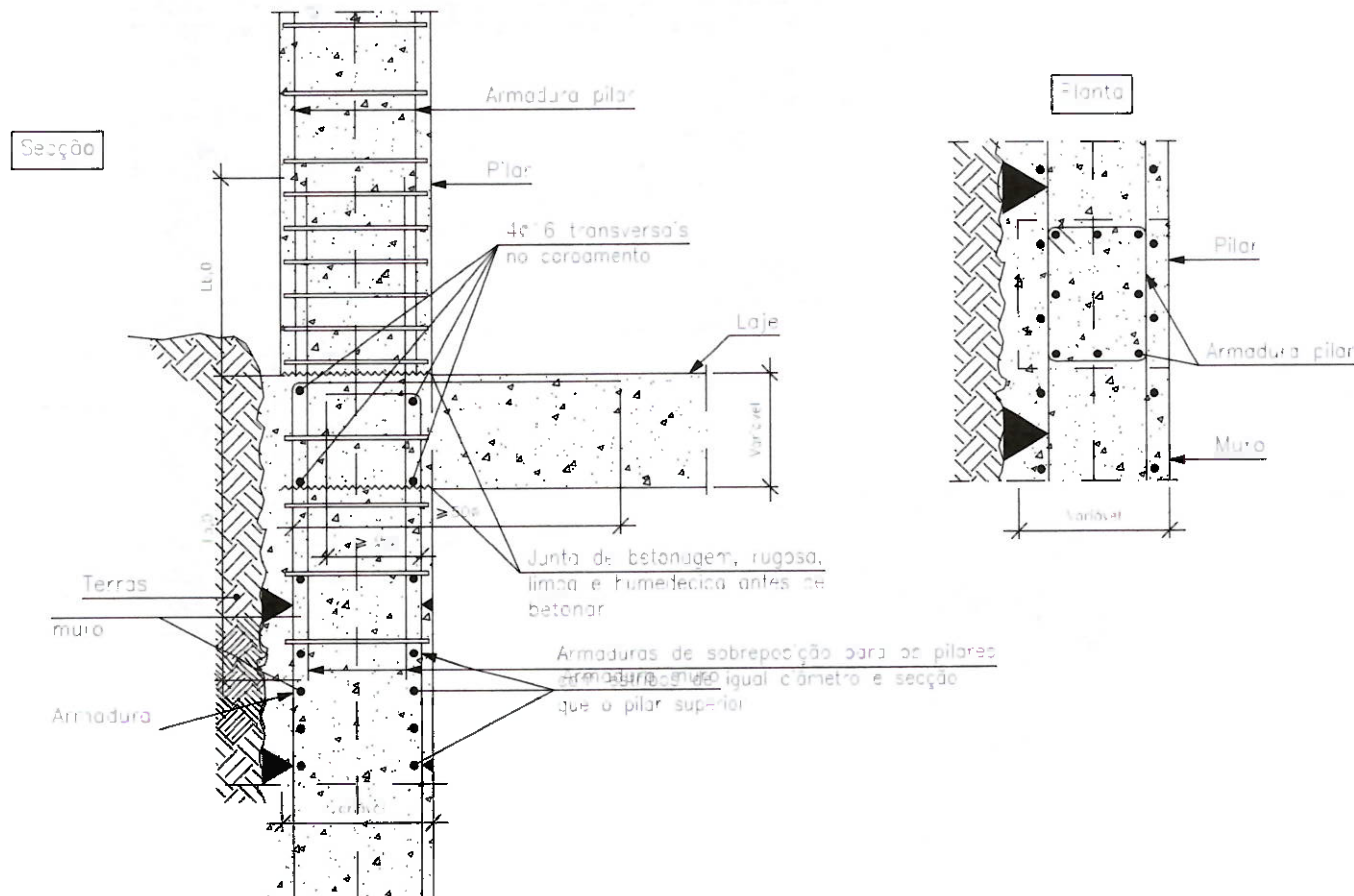


Detalhe das armaduras horizontais no canto.



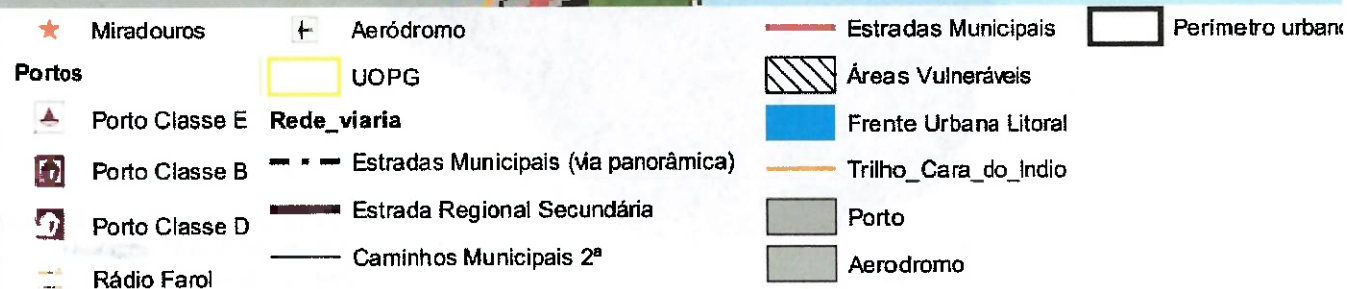
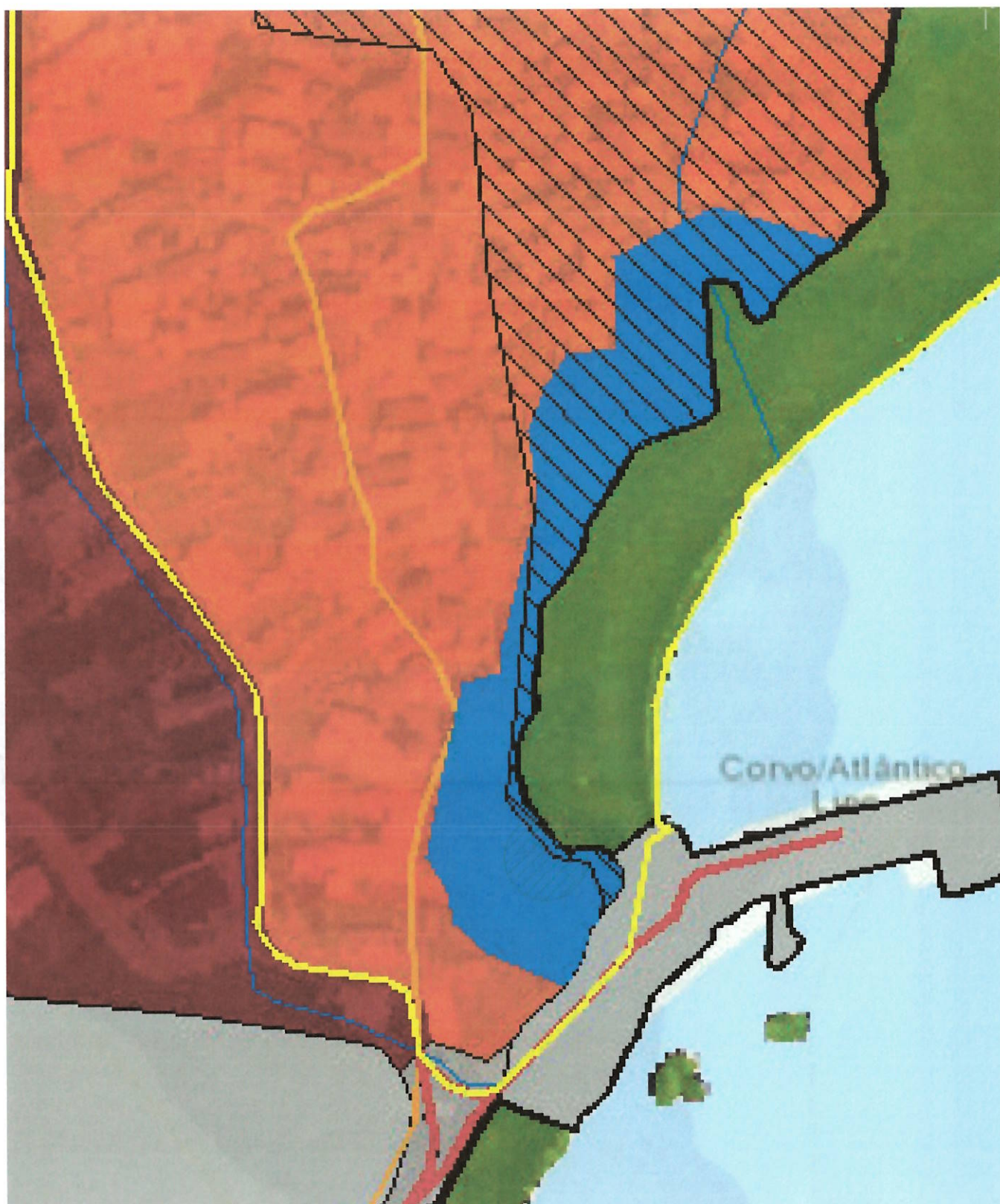
Pilar embebido no muro de igual espessura.

Betonagem contra o terreno.



Colocar estribos

Colocar estribos no



proj Ana Salvador, Arq.ª

Nome Secretaria Regional da Educação e Cultura
Direção Regional da Cultura

Nome Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vegia

data nov. 2021

Planta de Ordenamento - Vila do Corvo

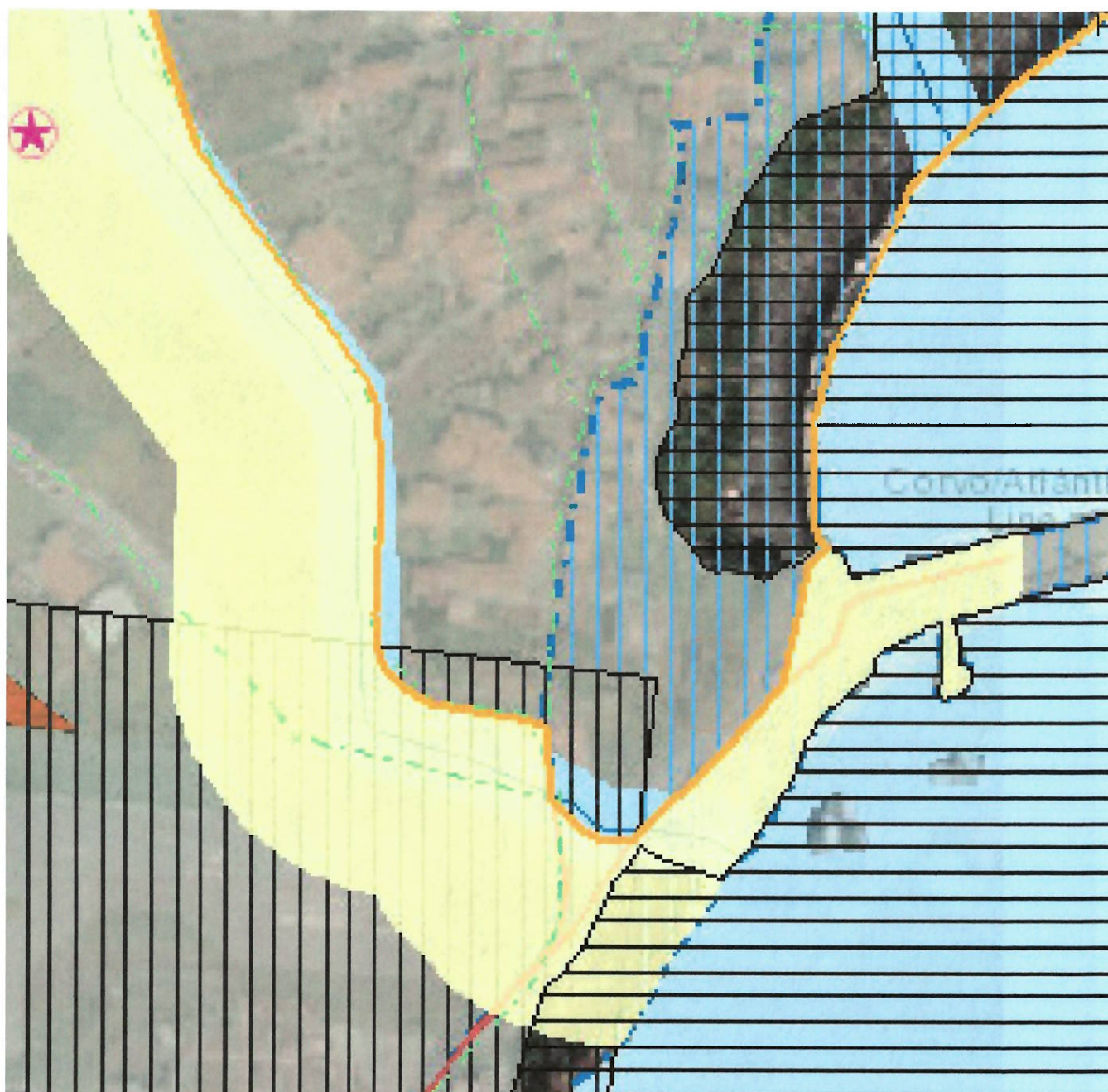


especialidade
fase
escalas
desenho n.º

Arquitetura

1:2000

0.2



	Reservatórios		Vértices Geodésicos
	Rádio Farol	Rede viária	
	ETAR		Estrada Regional Secundária
	ETA		Estradas Municipais
P_Condicionantes - Portos			Caminhos Municipais 2ª
	Porto Classe B		Rede elétrica
	Edifício escolar		Rede de abastecimento de água (adutoras)
	Antena telecomunicações		Zona de Proteção Especial Costa e Caldeirão
	Aeródromo		Aeródromo e Respetivas Zonas de Proteção
	Limite do Núcleo Antigo de Vila do Corvo		Zona Especial de Conservação Costa e Caldeirão
	Rede de drenagem de águas residuais		Domínio Público Marítimo
	Reserva Ecológica		Área de Jurisdição Portuária
	Moinhos de Vento		Área protegida para a gestão de habitats ou espécies
	Zona proteção núcleo		

proj Ana Salvador, Arq.ª

Nome

Secretaria Regional da Educação e Cultura
Direção Regional da Cultura

Nome

Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vegia

data

nov. 2021

Planta de Condicionantes - Vila do Corvo



especialidade

fase

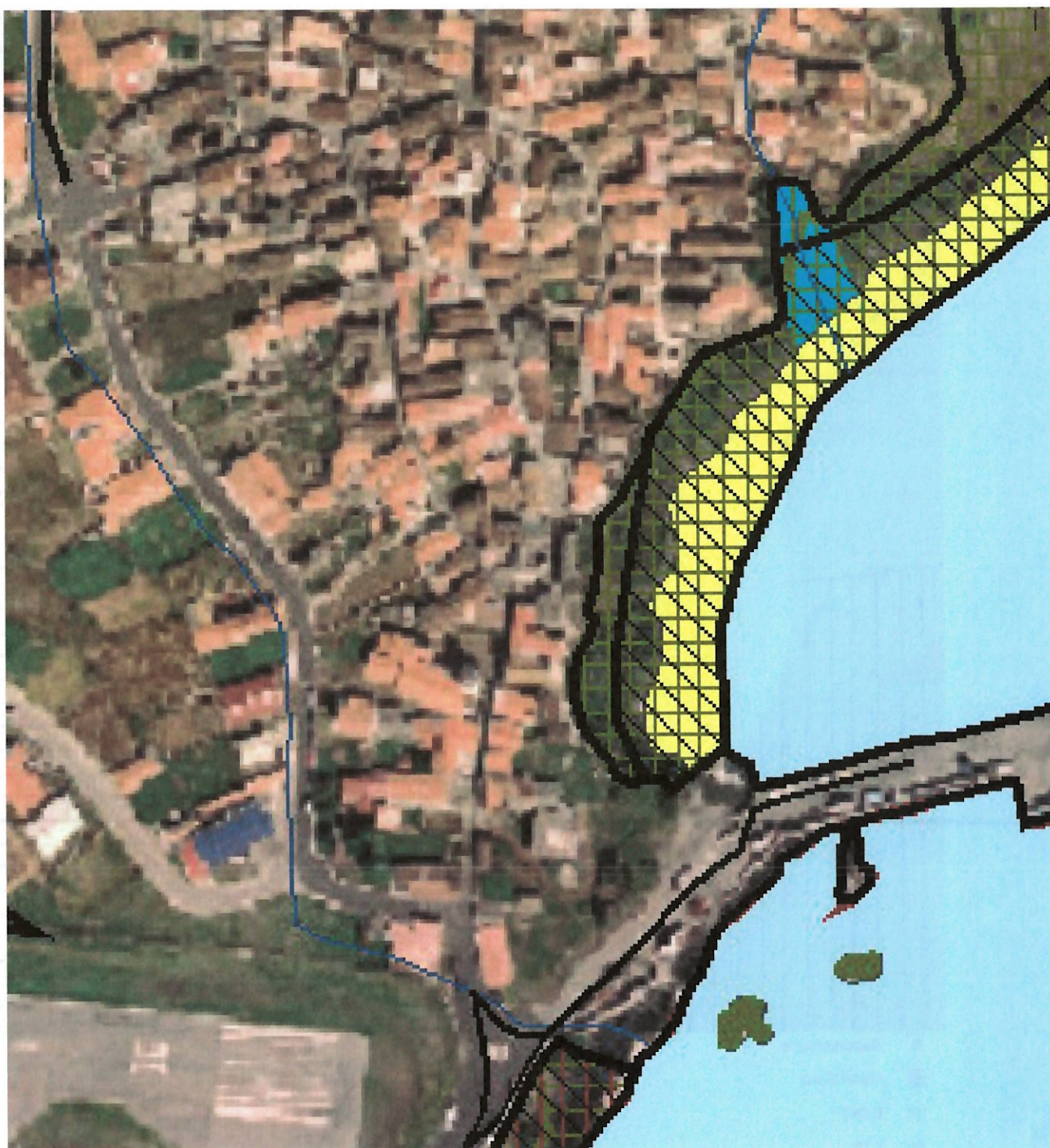
escalas

desenho n.º

Arquitetura

1:2000

0.3



Perímetro urbano	Áreas de instabilidade de vertentes
Rede viária	Praias
— Estrada Regional Secundária	Cursos de água e respetivos leitos e margens
— Estradas Municipais	Ilhéus e rochedos emersos no mar
— Caminhos Municipais 2ª	Faixa marítima de proteção costeira
Hidrografia	Ortofoto Corvo 2009
Zonas ameaçadas pelo mar	Red: Band_1
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	Green: Band_2
Faixa terrestre de proteção costeira	Blue: Band_3
Arribas e respetivas faixas de proteção	

proj Ana Salvador, Arq.º

Nome

Secretaria Regional da Educação e Cultura
Direção Regional da Cultura

Nome

Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vêgia"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vêgia

data

nov. 2021

Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica - Vila do Corvo



especialidade
fase
escalas
desenho n.º

Arquitetura

Exec.

1:2000

0.4



proj Ana Salvador, Arq.ª

Nome Secretaria Regional da Educação e Cultura
Direção Regional da Cultura

Nome Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vegia

data nov. 2021

Levantamento topográfico - Implantação



especialidade

fase

escalas

desenho n.º

Arquitetura

1:1000

0.5



CHAVE MÓVEL
.....



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA “CASA DA VIGIA”
ECOMUSEU DO CORVO

Zona da Vigia, Vila do Corvo, Ilha do Corvo

Peças Escritas
Projeto de Águas Pluviais

julho 2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

ÍNDICE

I. PEÇAS ESCRITAS

1. Documentos

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de Águas Pluviais
- Comprovativo da Inscrição na Ordem dos Engenheiros Técnicos
- Comprovativo da Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil do Técnico

2. Memória Descritiva

II. PEÇAS DESENHADAS

Escala

1. Planta de Localização	1: 500
2. Planta de Implantação	1:200
3. Rede de Drenagem.....	1:50



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

I. PEÇAS ESCRITAS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

1. DOCUMENTOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Lélia Maria Vieira Ferreira, engenheira técnica civil, moradora no [REDACTED] freguesia [REDACTED], concelho [REDACTED], contribuinte n.º [REDACTED] declara, para efeito do disposto no n.º1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro, que o projeto de águas pluviais, de que é autora, relativo à obra de Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", sito na Zona da Vegia, na Vila do Corvo, Ilha do Corvo, cujo projeto foi requerido pela Direção Regional da Cultura:

- a) Observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente os Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, Decreto Regulamentar 23/95 de 23 de Agosto.
- b) Foi elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

Angra do Heroísmo, julho de 2021

(assinatura do técnico responsável pelo projeto)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO AUTOR DO PROJETO





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
COMPROVATIVO DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO DE
RESPONSABILIDADE CIVIL DO TÉCNICO

TRAN
QUILI
DADE



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

Certificado de Seguro

N.º Seguro: 5909027

Capital Seguro: 10.000,00 €

Âmbito Territorial: Portugal

Data de Validade: 31 de dezembro de 2021

Para os devidos efeitos declaramos que a Ordem dos Engenheiros Técnicos seguiu neste Segurador, um seguro de Responsabilidade Civil Profissional ficando garantido o seguinte:

Membro nº: 21410 **LELIA MARIA VIEIRA FERREIRA**
com a especialidade **CIVIL**.

Este certificado é emitido nos termos previstos nas respetivas Condições Gerais, Especiais e Particulares.

Lisboa, 01 de janeiro de 2021

Gonçalo Oliveira
Administrador

Pedro Luís Carvalho
Administrador

Mod. 491.281 – dezembro 2019

Seguradoras Unidas, S.A.
Capital Social 182 000 000 € (realizado 84 000 000 €)
N.º único de Matrícula C.R.C. de Lisboa
NIF: 500 960 231

Sede: Av. da Liberdade, 242
1250-149 Lisboa
W tranquilidade.pt

Linha Clientes: 211 520 310
Assistência 24h - 7 dias/semana
E clientes@tranquilidade.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

2. Memória Descritiva

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Nota Prévia

Desde logo há a referir que o projeto de águas pluviais a que se reporta a presente memória descritiva foi elaborado pelo gabinete técnico de apoio à implementação do Ecomuseu do Corvo, na qualidade de serviço externo da Direção Regional da Cultura, no âmbito da estratégia definida para a implementação do referido Ecomuseu e, concomitantemente, nos termos do protocolo de colaboração celebrado entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo, documento datado de 25 de junho de 2015.

1. Introdução

A presente memória descritiva refere-se ao projeto de águas pluviais da obra Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", sita na Zona da vegia - Vila do Corvo.

2. Descrição Geral

No que a este capítulo diz respeito, a presente memória descritiva pretende expor na sua estrutura explicativa, os elementos considerados de maior relevo, relativamente ao desenvolvimento do projeto, de forma a constituir um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação, por parte das entidades intervenientes na leitura do projeto.

3. Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

3.1 Drenagem de Águas Pluviais

A drenagem das águas pluviais da cobertura é feita através de pendentes, identificadas nas peças desenhadas.

3.2 Conceção

A drenagem da cobertura é assegurada pela sua inclinação que conduz o efluente para o pavimento exterior da edificação.

O pavimento exterior é realizado em calçada com 1% de inclinação que conduz o efluente até a uma zona ajardinada.

Parte da água é retida por um banco de pedra, sendo que a sua passagem é assegurada por 3 tubos de PVC com 50mm de espessura, conforme peças desenhadas.

4. Diversos

Em tudo o omissa ter-se-ão presentes as boas normas de construção bem como as indicações da fiscalização.

Julho de 2021

Lélia Ferreira

(Engenheira Técnica Civil, n.º 21410)

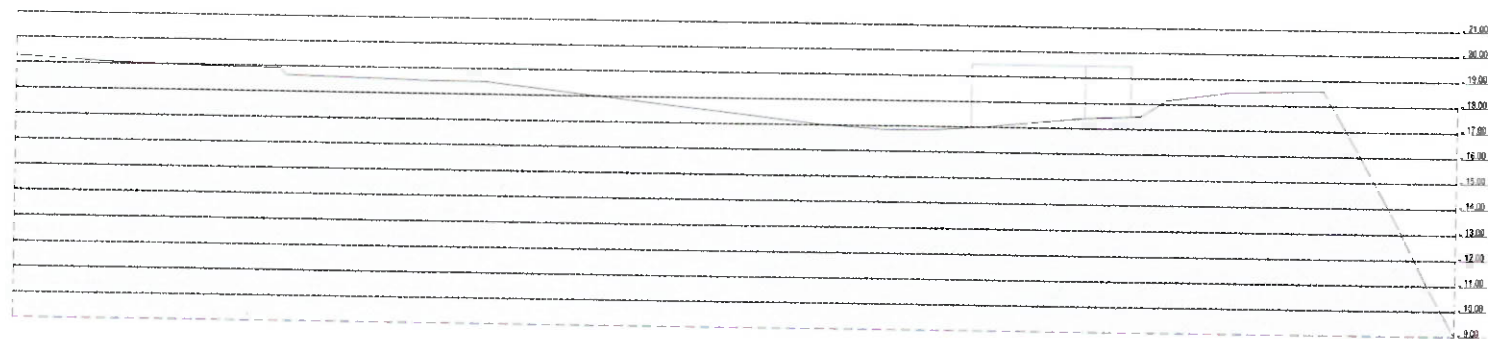


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

II. PEÇAS DESENHADAS



Planta de Implantação do local de intervenção - existente



Corte C1 - Existente



Localização da intervenção

proj Ana Salvador, Arq.ª

Nome

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Nome

Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"

Ecomuseu do Corvo - Zona da Vegia

data nov. 2021

Planta de Implantação do local de intervenção e Corte C1 -Existente



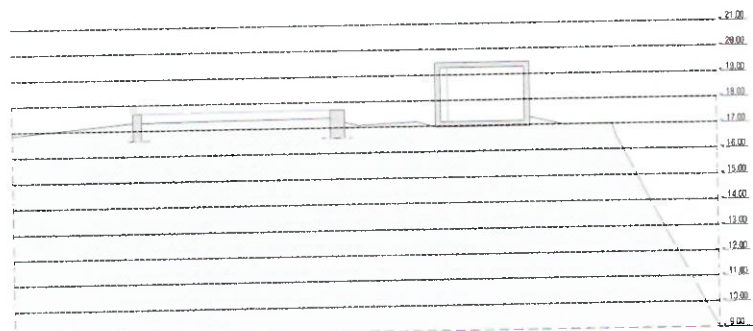
especialidade
fase
escala
desenho n.º

Arquitetura

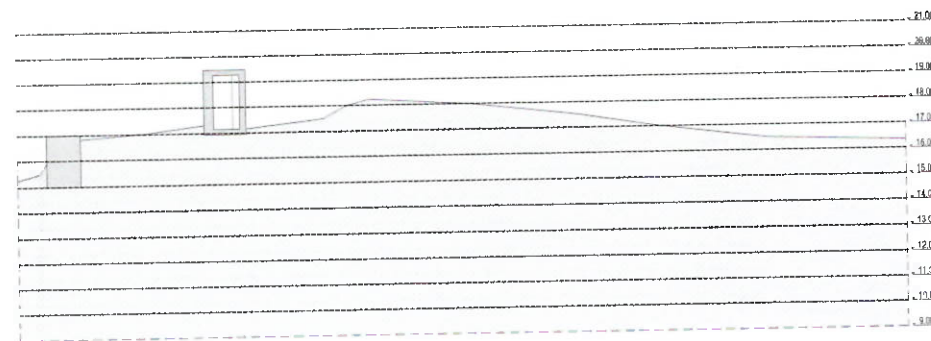
Exec.

1:200

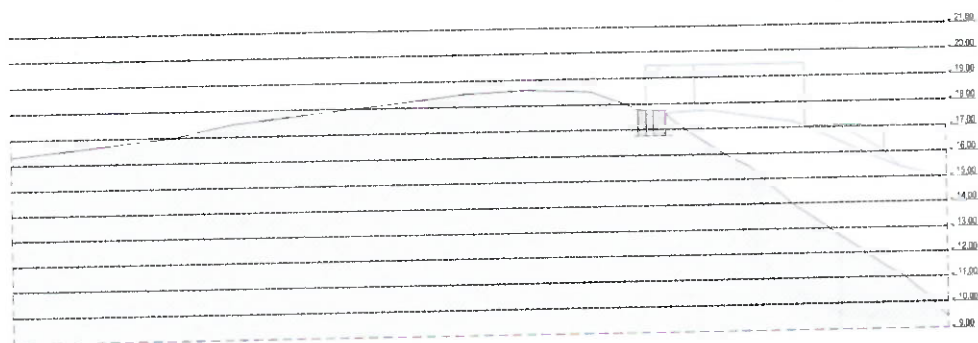
2.1



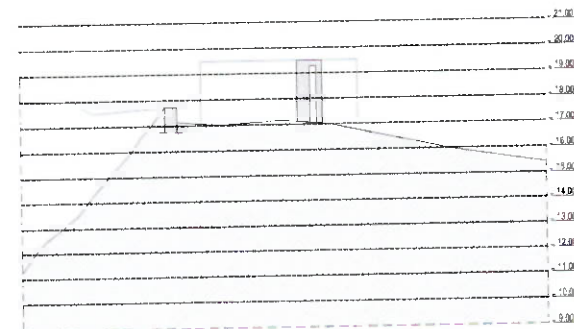
Corte C2 - Existente



Corte C3 - Existente



Corte C4 - Existente



Corte C5 - Existente

proj Ana Salvador, Arq.^a
data nov. 2021

Nome SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional da Cultura
Nome Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vênia"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vênia
Cortes C2, C3, C4 e C5 - Existente

especialidade
fase
escala
desenho n.º

Arquitetura
Exec.
1:200
2.2



Planta de cobertura - proposta completa de intervenção no local (CMC e DRC)

proj Ana Salvador, Arq.º

data nov. 2021

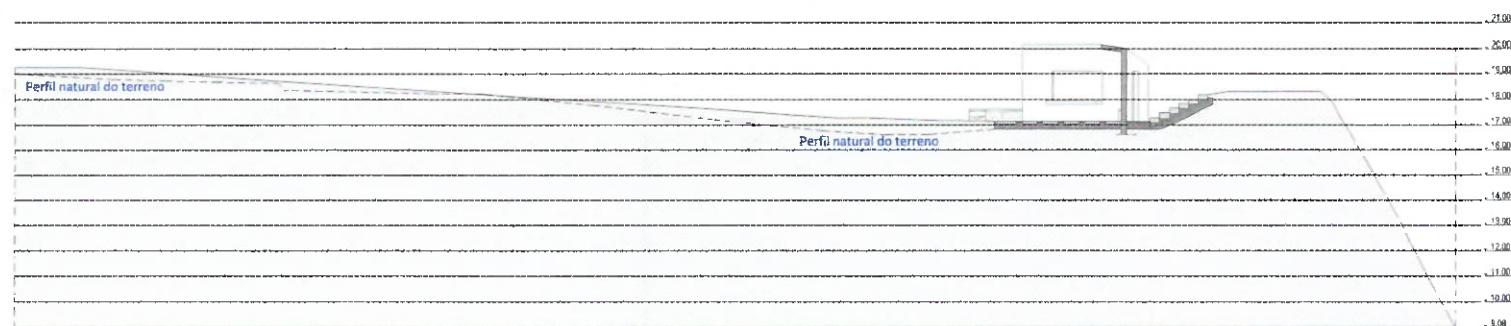
Nome SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional da Cultura
Nome Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vega"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vega
Planta de Cobertura - Proposta de intervenção global



Arquitetura
Exec.
1:200
3.1



Planta de piso - proposta completa de intervenção no local (CMC e DRC)



Corte C1 - Proposto

proj Ana Salvador, Arq.º

Nome SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional da Cultura
Nome Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Vegia

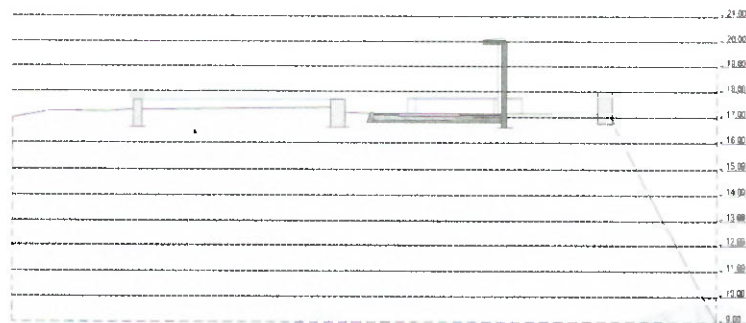
data nov. 2021

Planta de piso e C1- Proposta de intervenção global

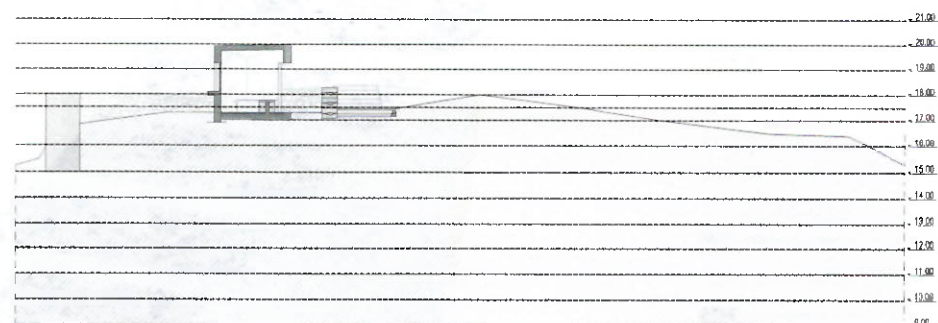


especialidade fase escalas desenho n.º

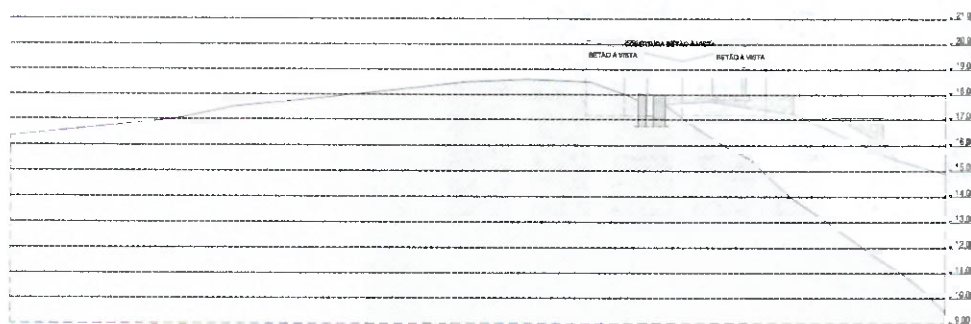
Arquitetura Exec. 1:200 3.2



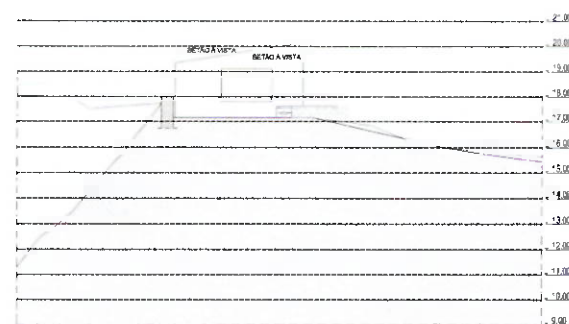
Corte C2 - Proposto



Corte C3 - Proposto



Corte C4 - Proposto



Corte C5 - Proposto

proj Ana Salvador, Arq.ª

data nov. 2021

Nome

Nome

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional da Cultura
Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Velha"
Ecomuseu do Convo - Zona da Velha

Cortes C2, C3, C4 e C5 - Proposta de intervenção global



especialidade

fase

escalas

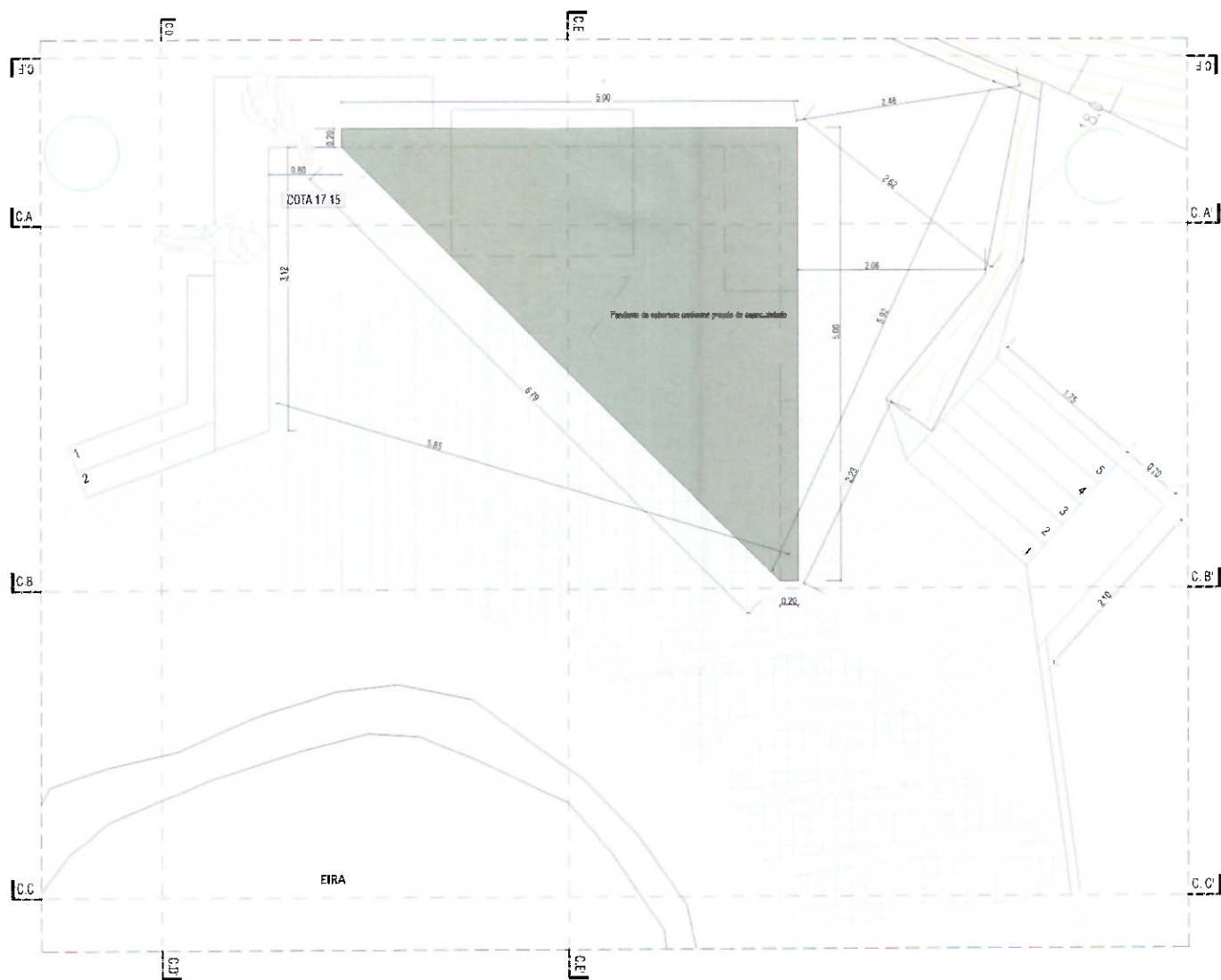
desenho n.º

Arquitetura

Exec.

1:200

3.3



Planta de cobertura

LEGENDA

- Calçada grade 11x11cm
- Terreno vegetal relevado
- Calçada mude 6x6cm
- Calçada mude 6x6cm (considerar existente)
- Betão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra de basalto
- Capotamento em pedra de basalto bujardado espessura de 6cm

proj. Ana Salvador, Arq.ª

Nome

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Nome

Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"

Ecomuseu do Corvo - Zona da Vegia

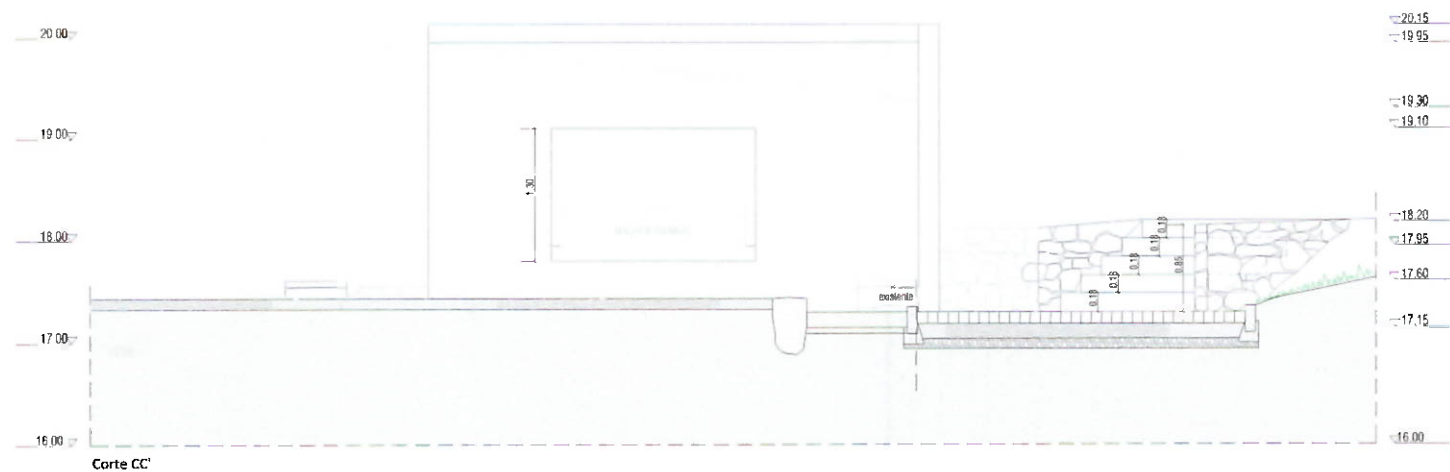
Planta cotada de cobertura - Proposta

data nov. 2021



especialidade
fase
escalas
desenho n.º

Arquitetura
Exec.
1:50
3.6



Corte CC'



Corte FF'

LEGENDA

- Calçada grade 11x11cm
- Terreno vegetal relevado
- Calçada miúda 6x6cm
- Calçada miúda 6x6cm (considerar existente)
- Betão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra de basalto
- Capeamento em pedra de basalto bujardado, espessura de 6cm

proj. Ana Salvador, Arq.ª

Nome SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional de Cultura
Nome Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Velha"
Ex-museu do Corvo - Zona da Velha

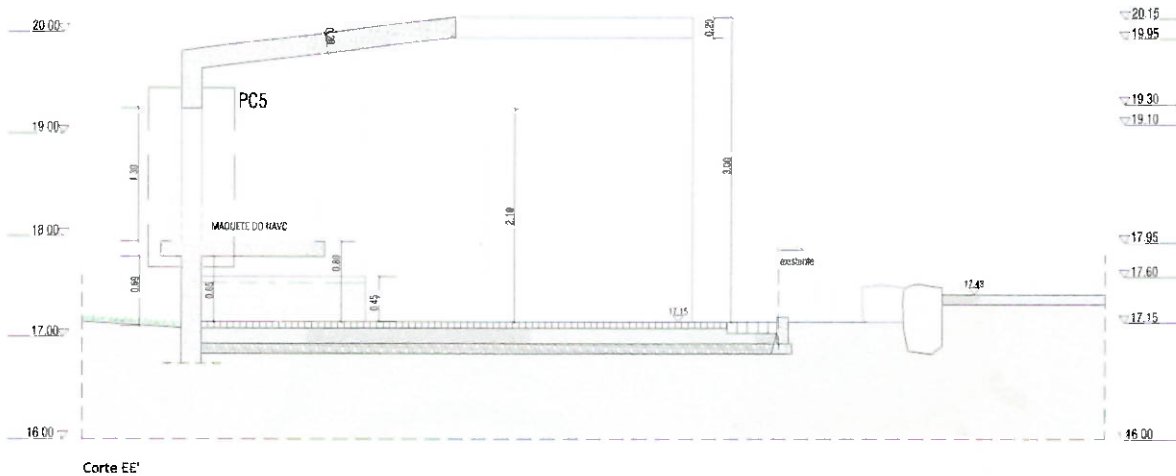
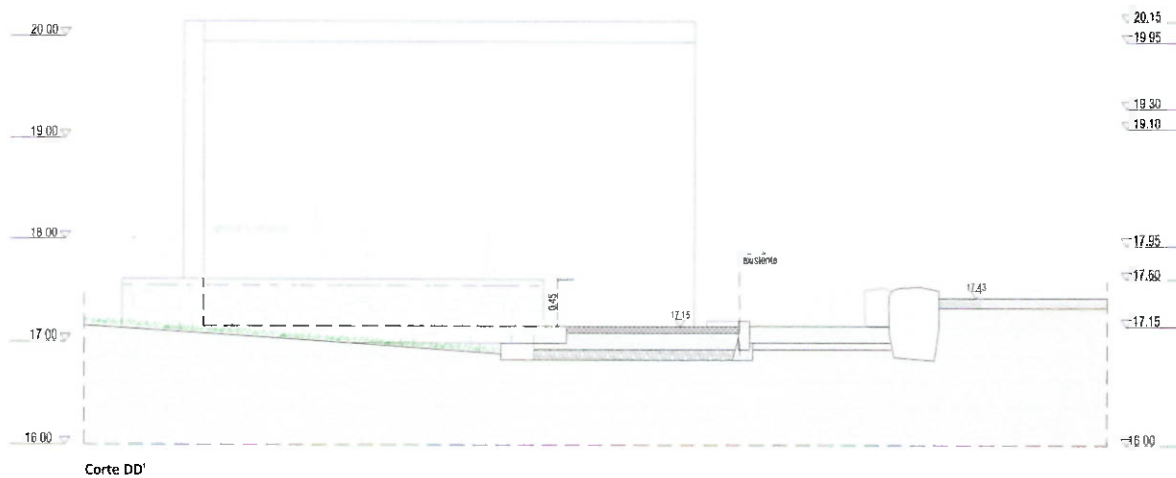
data nov. 2021

Cortes CC' e FF' - Proposto



especialidade
fase
escalas
desenho n.º

Arquitetura
Exec.
1:50
3.8



LEGENDA

- Calçada grade 11x11cm
- Terreno vegetal/relvado
- Calçada miúda 6x6cm
- Calçada miúda 6x6cm (considerar existente)
- Betão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra de basalto
- Capeamento em pedra de basalto bujardado espessura de 6cm

proj Ana Salvador Arq.º

data nov. 2021

Nome

Nome

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional da Cultura
Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vieira"
Ecomuseu do Conco - Zona da Vieira

Corte DD' e EE' - Proposto



especialidade

fase

escalas

desenho n.º

Arquitetura

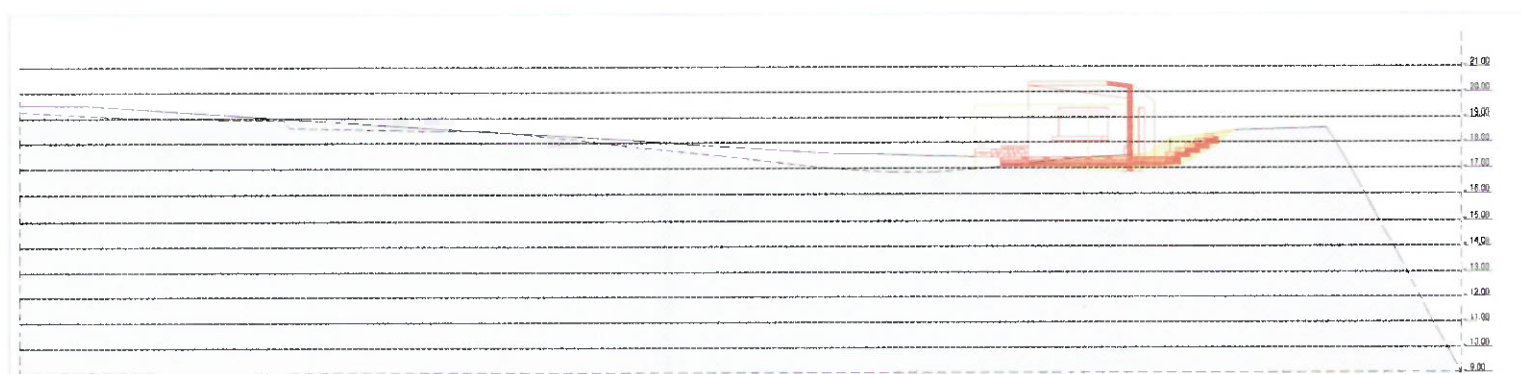
Exec.

1:50

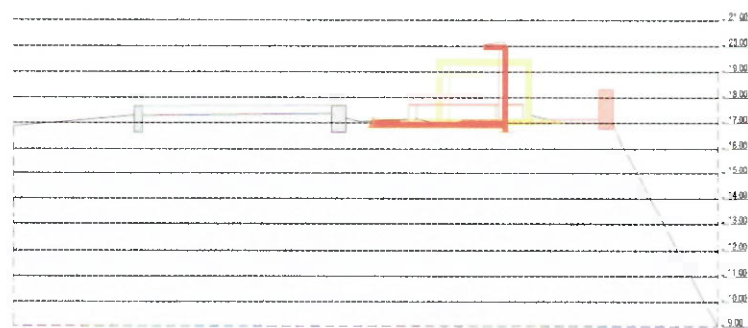
3.9



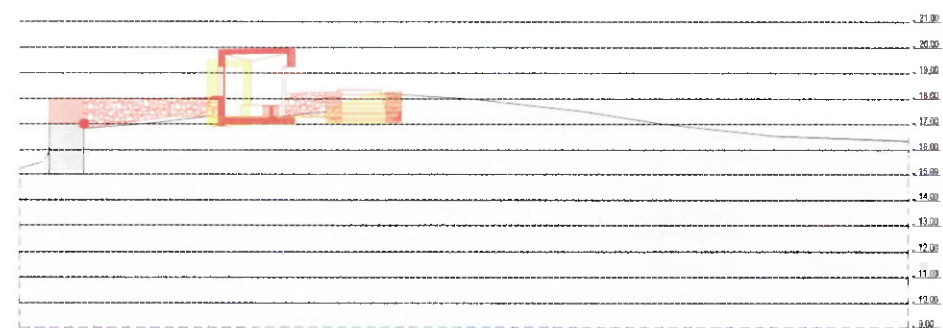
Planta de piso - Amarelos e vermelhos



Corte C1 - Amarelos e Vermelhos



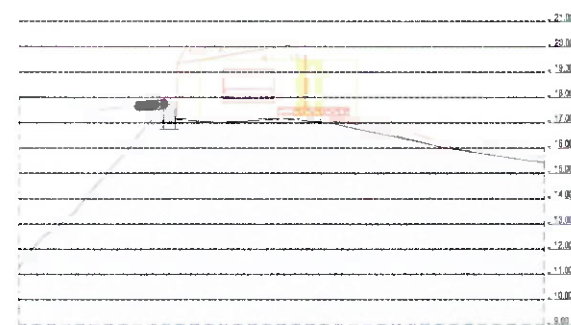
Corte C2 - Proposto



Corte C3 - Proposto



Corte C4 - Proposto



Corte C5 - Proposto



proj Ana Salvador, Arq.ª

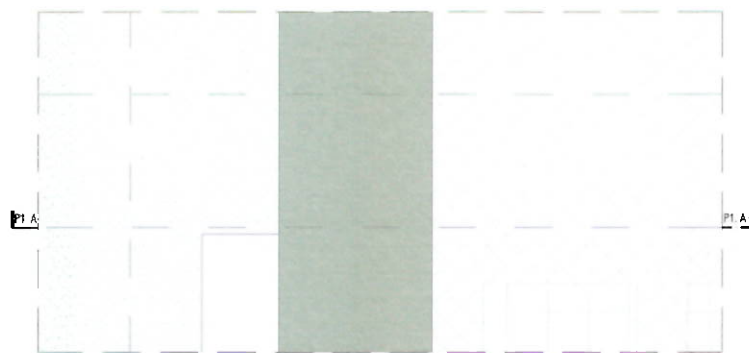
data nov. 2021

Nome SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional da Cultura
Nome Requalificação de Espaço Público e Construção de "Casa da Vênia"
Ecomuseu do Convo - Zona da Vênia
Cortes C2, C3, C4 e C5 - Amarelos e Vermelhos

especialidade fase
escalas desenho n.º

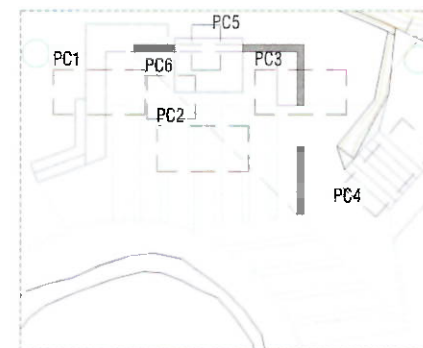


Arquitetura Exec.
1:200
4.2

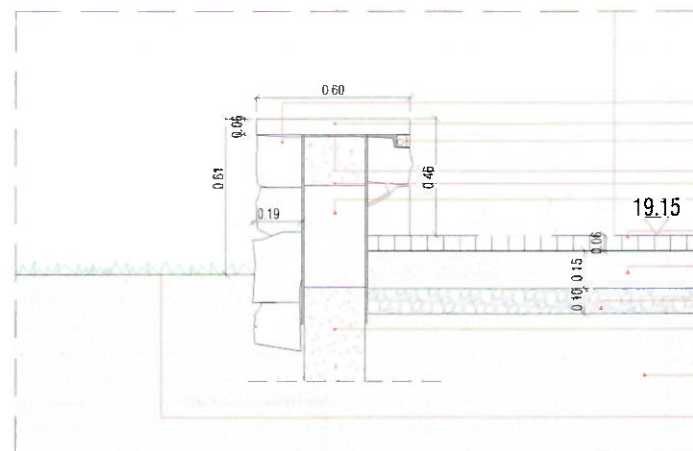


Planta do pormenor construtivo 1

Escala 1:20



Planta de localização dos pormenores construtivos Escala 1:150



Corte AA' do pormenor construtivo 1

Escala 1:20

PEDRA DE BASALTO APRUMADA À MÃO
 LAJE DE BASALTO BILHARDADO 6CM DE ESPESURA
 ILUMINAÇÃO (CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE
 (INSTALAÇÕES ELÉTRICAS)
 CIMENTO COLA
 BETÃO C16/20
 BLOCOS DE ALVENARIA DE BETÃO
 CALÇADA MIÚDA (6 X 6 CM)
 CAMADA DE AREIA COM TRAÇO HUMIDO DE CIMENTO À RAZÃO DE
 1:3 (0.15 A 0.25 CM DE ESPESURA)
 SOLO VEGETAL BEM COMPACTADO
 VIGA DE FUNDAÇÃO DE BETÃO C16/20
 TERRENO VEGETAL
 TERRENO VEGETAL EXISTENTE

LEGENDA

- Calçada grade 11x11cm
- Terreno vegetal relevado
- Calçada miúda 6x6cm
- Calçada miúda 6x6cm (considerar existente)
- Betão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra de basalto
- Capoeamento em pedra de basalto buardado espessura de 6cm

proj. Ana Salvador, Arq.ª

Nome

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
 Direção Regional da Cultura
 Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vêgia"
 Edifício do Corvo - Zona da Vêgia

Nome

data nov. 2021

Pormenor construtivo 1



especialidade

fase

escalas

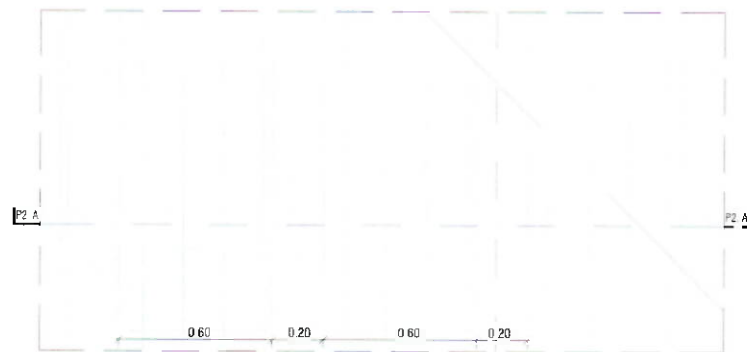
desenho n.º

Arquitetura

Exec.

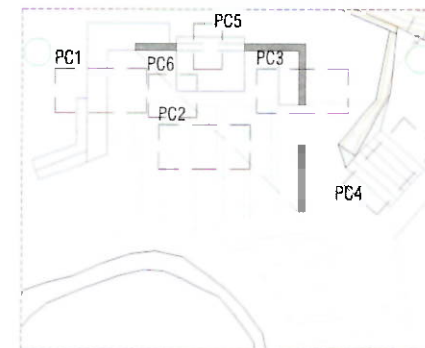
1:20 e 1:150

5.1

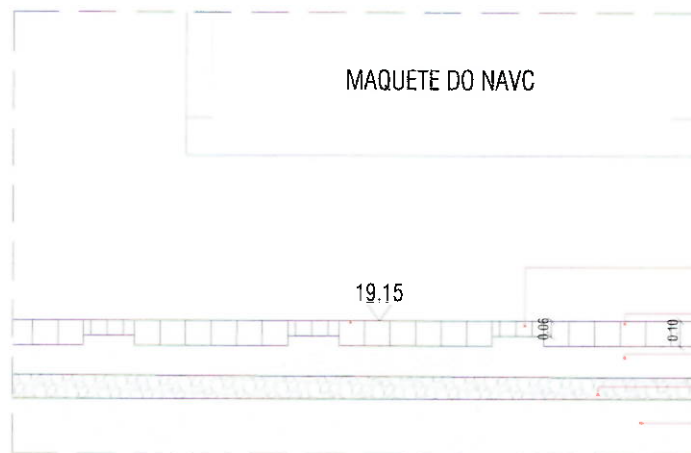


Planta do pormenor construtivo 2

Escala 1:20



Planta de localização dos pormenores construtivos Escala 1:150



Corte AA' do pormenor construtivo 2

Escala 1:20

LEGENDA

- Calçada grada 11x11cm
- Terreno vegetal relevado
- Calçada miúda 6x6cm
- Calçada miúda 6x6cm (considerar existente)
- Belão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra do basalto
- Capotamento em pedra de basalto buçardada: espessura de 6cm

proj: Ana Salvador, Arg.º

Nome: SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
Direção Regional da Cultura
Nome: Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Velha"
Ecomuseu do Corvo - Zona da Velha

data: nov. 2021

Pormenor construtivo 2

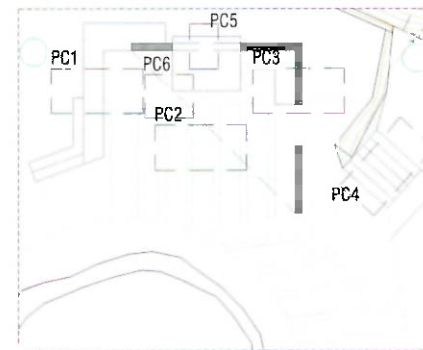
especialidade: fase
escalas: desenho n.º

Arquitetura
Exec.
1:20 e 1:150
5.2



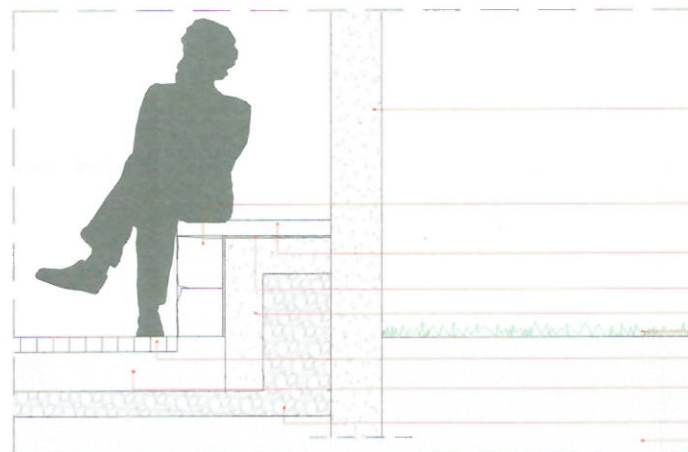
Planta do pormenor construtivo 3

Escala 1:20



Planta de localização dos pormenores construtivos

Escala 1:150



Corte AA' do pormenor construtivo 3

Escala 1:20

BETÃO À VISTA COM REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA A CARBONATAÇÃO, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À EXPOSIÇÃO AMBIENTAL, AS INTEMPÉRIES, ALGUES E ENVELHECIMENTO, DO TIPO "BOKAGARD-6800 BETONGUARD", OU EQUIVALENTE.

PEDRA DE BASALTO APRUMADA À MÃO

LAJETA DE BASALTO BILHARDADO 6CM DE ESPESURA

CIMENTO C16/20

BETÃO C16/20

TERRENO VEGETAL EXISTENTE

CALÇADA MIÚDA (8 X 6 CM)

CAMADA DE AREIA COM TRAÇO HUMIDO DE CIMENTO À RAZÃO DE 1:3 (0.15 A 0.25 CM DE ESPESURA)

SOLO VEGETAL BEM COMPACTADO

TERRENO VEGETAL

LEGENDA

- Calçada grade 11x11cm
- Terreno vegetal refofoado
- Calçada miúda 6x6cm
- Calçada miúda 6x6cm (considerar existente)
- Betão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra de basalto
- Capoeamento em pedra de basalto buhardado espessura de 6cm

proj Ana Salvador, Arq.ª

Nome

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Nome

Direção Regional da Cultura
Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa de Viegas"
Ecomuseu do Corvo - Zona de Viegas

data nov. 2021

Pormenor construtivo 3

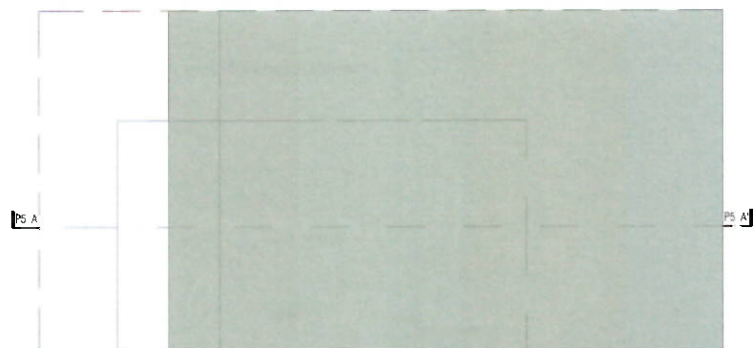


especialidade
fase
escalas
desenho n.º

Arquitetura
Exec.
1:20 e 1:150
5,3

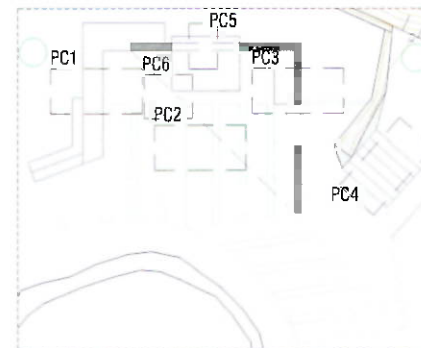


- ☐ Calçada grade 11x11cm
- ☒ Terreno vegetal relvado
- ☐ Calçada miúda 6x6cm
- ☐ Calçada miúda 6x6cm (considerar ausente)
- ☒ Betão
- ☐ Alvenaria blocos de betão
- ☐ Alvenaria pedra de basalto
- ☐ Capesamento em pedra de basalto buxadado: espessura de 6cm

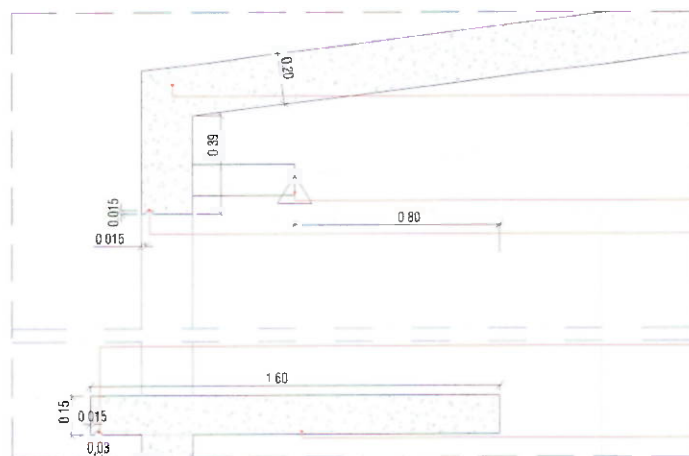


Planta do pormenor construtivo 5

Escala 1:20



Planta de localização dos pormenores construtivos Escala 1:150



Corte AA' do pormenor construtivo 5

Escala 1:20

BETÃO EXECUTADO CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE. AFAGADO À VISTA COM REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA A CARBONATAÇÃO, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À EXPOSIÇÃO AMBIENTAL, AS INTEMPÉRIES, ALGUES E ENVELHECIMENTO, DO TIPO "SIRAGARD-680S BETONCOLOR" OU EQUIVALENTE.

ILUMINAÇÃO CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE (LIMITE INFERIOR PELA "VERGALHA ABERTURA DO VÃO")

PIRADEIRA PRÉ-MOLDADA EM BETÃO CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE. AFAGADO À VISTA COM REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA A CARBONATAÇÃO, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À EXPOSIÇÃO AMBIENTAL, AS INTEMPÉRIES, ALGUES E ENVELHECIMENTO, DO TIPO "SIRAGARD-680S BETONCOLOR" OU EQUIVALENTE.

PIRADEIRA PRÉ-MOLDADA EM BETÃO CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE. AFAGADO À VISTA COM REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA A CARBONATAÇÃO, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À EXPOSIÇÃO AMBIENTAL, AS INTEMPÉRIES, ALGUES E ENVELHECIMENTO, DO TIPO "SIRAGARD-680S BETONCOLOR" OU EQUIVALENTE.

ESTRUTURA EM BETÃO CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE.

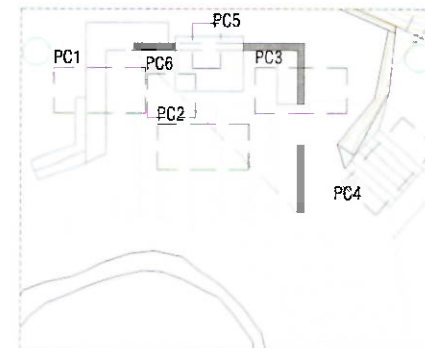
LEGENDA

- Calçada gradeada 11x11 cm
- Terreno vegetal rebaixado
- Calçada miuda 6x6 cm
- Calçada miuda 6x6 cm (considerar existente)
- Betão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra de basalto
- Capateamento em pedra de basalto buardado, espessura de 6 cm



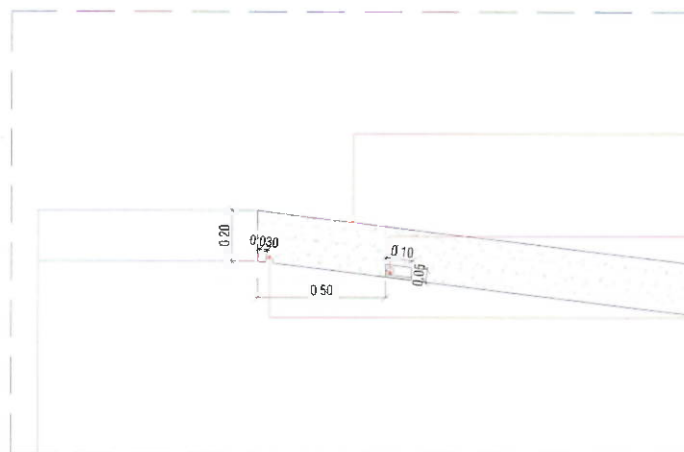
Planta do pormenor construtivo 6

Escala 1:20



Planta de localização dos pormenores construtivos

Escala 1:150



Corte AA' do pormenor construtivo 6

Escala 1:20

BETÃO AFAGADO À VISTA - CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE, COM REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA A CARBONATAÇÃO, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À EXPOSIÇÃO AMBIENTAL ÀS INTEMPÉRIES, ALCALES E ENVELHECIMENTO DO TIPO "SILAGARD-6808 BETONCOLOR" OU EQUIVALENTE

REENTRÂNCIA NO BETÃO AFAGADO À VISTA - PARA COLOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO - CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE, COM REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA A CARBONATAÇÃO, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À EXPOSIÇÃO AMBIENTAL ÀS INTEMPÉRIES, ALCALES E ENVELHECIMENTO DO TIPO "SILAGARD-6808 BETONCOLOR" OU EQUIVALENTE

PINGADERA PRÉ-MOLDADE EM BETÃO, CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADE, AFAGADO À VISTA COM REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA A CARBONATAÇÃO, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À EXPOSIÇÃO AMBIENTAL ÀS INTEMPÉRIES, ALCALES E ENVELHECIMENTO DO TIPO "SILAGARD-6808 BETONCOLOR" OU EQUIVALENTE

LEGENDA

- Calçada grade 11x11cm
- Terreno vegetal rolado
- Calçada miuda 6x6cm
- Calçada miuda 6x6cm (considerar existente)
- Betão
- Alvenaria blocos de betão
- Alvenaria pedra de basalto
- Capotamento em pedra de basalto bujadado, espessura de 6cm

proj Ana Salvador, Arg.ª

Nome

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Nome

Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia"

Ecoturismo do Corvo - Zona da Vegia

data nov. 2021

Pormenor construtivo 6



especialidade

fase

escalas

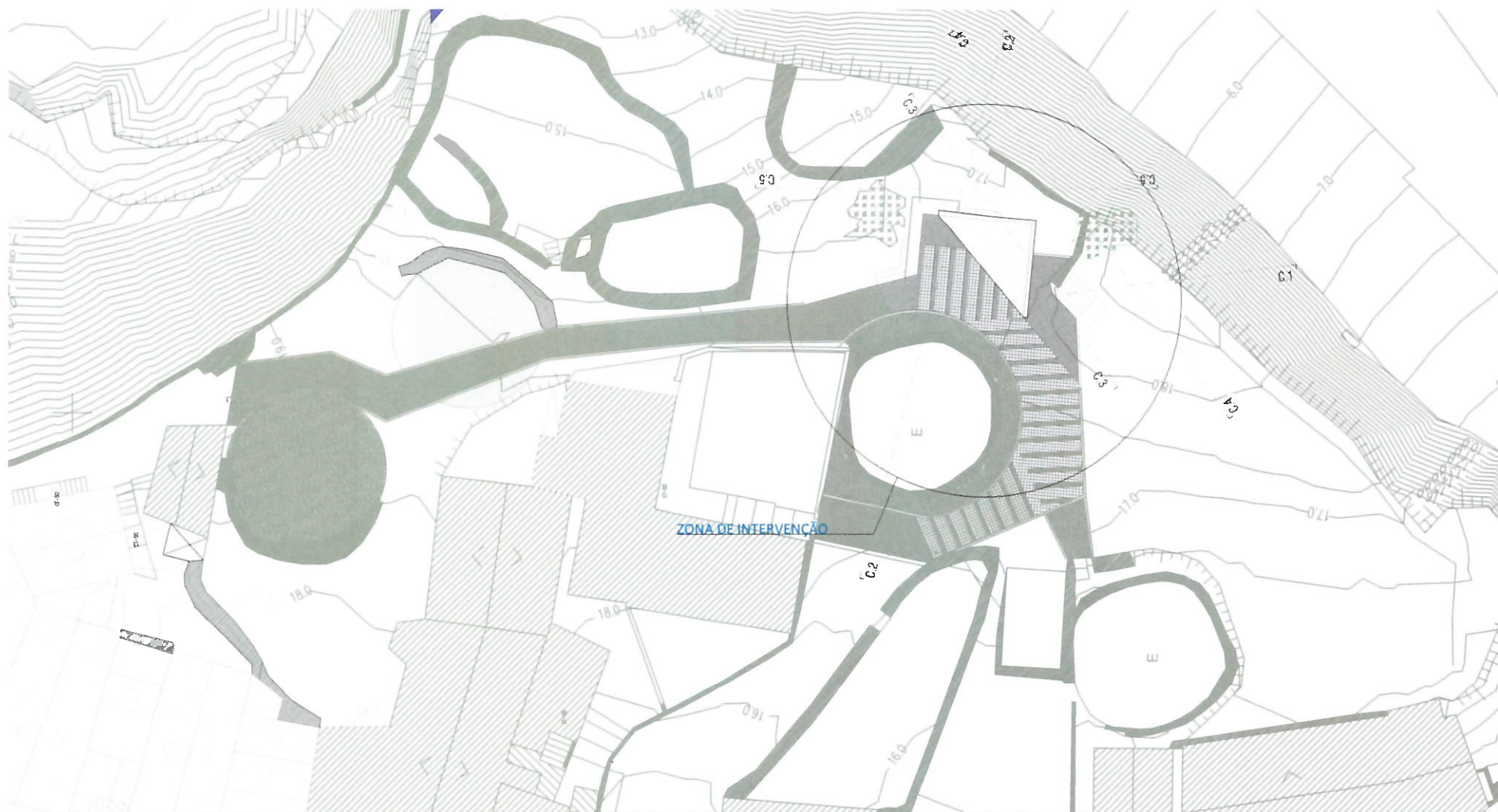
desenho n.º

Arquitetura

Exec.

1:20 e 1:150

5,6



Assinado por: HELENA MARGARIDA ENES
GARCIA DE VARGAS
Num. de Identificação: 10039071
Data: 2021.10.20 07:45:05+00'00'

PROJETISTA
H. VARGAS
ENGENHARIA

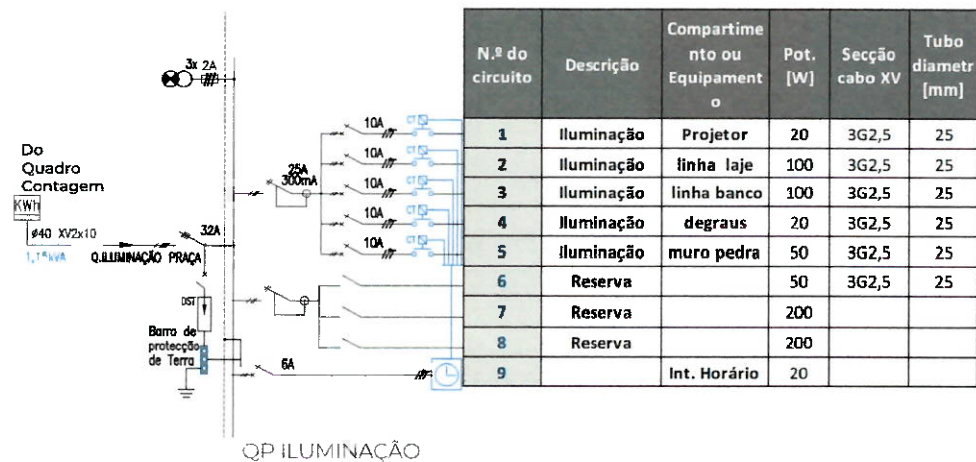
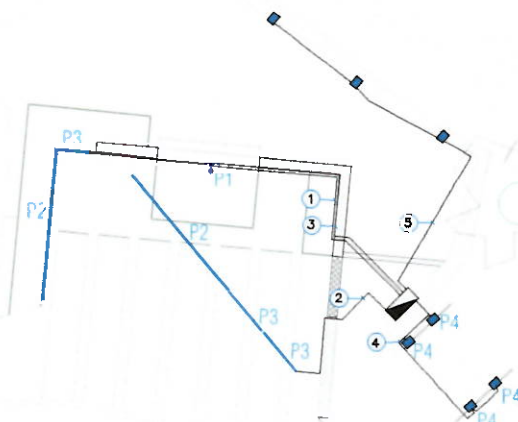


08.2021
HV 15

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VÉGIA"
ECOMUSEU DO CORVO - ZONA DA VÉGIA

LICENCIAMENTO
PROJETO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
IMPLANTAÇÃO

IE 01
ESCALAS:
1:200



SIMBOLOGIA:



NOTA: OS TRANSFORMADORES FICARÃO ALOJADOS NO QUADRO ELETRICO

Assinado por: **HELENA MARGARIDA ENES**
GARCIA DE VARGAS
 Num. de identificação: 10039071
 Data: 2021.10.20 07:45:10+00'00'

PROJETISTA

H. VARGAS
 ENGENHEIRO



081071
 HV15

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIENCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
 DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
 REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
 E CONSTRUÇÃO DA "CASA DA VEGIA"
 ECOMUSEU DO CORVO - ZONA DA VEGIA

LICENCIAMENTO
 PROJETO
 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
 CIRCUITOS DE ILUMINAÇÃO

IE03
 ESCALAS
 1:100



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA “CASA DA VIGIA”
ECOMUSEU DO CORVO

Zona da Vigia, Vila do Corvo, Ilha do Corvo

Peças Escritas

Projeto de estabilidade

julho 2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Projeto elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

I. PEÇAS ESCRITAS

1. Documentos

- Termo de Responsabilidade do Autor de Estabilidade
- Identificação do técnico Autor do Projeto
- Comprovativo da Inscrição na Ordem dos Engenheiros Técnicos
- Comprovativo da Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil do

Técnico

2. Memória Descritiva

II. PEÇAS DESENHADAS

Escala

1. Fundações	1:50
2. Quadro de Pilares e estrutura de suporte da maquete	1:50
3. Laje de Cobertura	1:50
4. Vigas da Cobertura	1:50
5. Desenhos de Pormenor	s/esc
6. Desenhos de Pormenor	s/esc



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

I. PEÇAS ESCRITAS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

1. DOCUMENTOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO DE ESTABILIDADE

Lélia Maria Vieira Ferreira, engenheira técnica civil, moradora no [REDACTED], freguesia [REDACTED], concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte n.º [REDACTED] declara, para efeito do disposto no n.º1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro, que o projeto de estabilidade, de que é autora, relativo à obra Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", na Vila do Corvo, Ilha do Corvo, cujo projeto foi requerido pela Direção Regional da Cultura:

- a) Observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente os Regulamentos de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSA), o Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (REBAP) e o Regulamento de Estruturas de Aço em Edifícios (REAE).
- b) Foi elaborado no âmbito do Ecomuseu do Corvo, nos termos do protocolo de colaboração estabelecido entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo.

Angra do Heroísmo, julho 2021

(assinatura do técnico responsável pelo projeto)



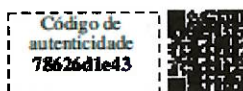
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO AUTOR DO PROJETO

The image shows the front of a Portuguese Citizen Card. It features the coat of arms of Portugal on the left and the text "PORTUGAL" in large blue letters on the right. Below the coat of arms is a gold-colored chip. The card contains fields for personal information, including name, sex, height, nationality, date of birth, document number, and date of expiry. There is also a field for the holder's signature.

The image shows the back of a Portuguese Citizen Card. It features the coat of arms of Portugal on the left and the text "PORTUGAL" in large blue letters on the right. Below the coat of arms is a gold-colored chip. The card contains fields for identification numbers, including the National Identification Number (N.º de Identificação Fiscal), Social Security Number (N.º de Segurança Social), and Health Number (N.º de Utilizador de Saúde). There is also a field for the holder's signature.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
COMPROVATIVO DA INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS ENGENHEIROS
TÉCNICOS



DECLARAÇÃO

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, é a associação de direito público representativa dos Engenheiros Técnicos, com estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, certifica que o(a) Senhor(a):

LELIA MARIA VIEIRA FERREIRA

se encontra em efetividade dos seus direitos estando autorizado(a) a usar o Título Profissional de Engenheiro(a) Técnico(a), nos termos do n.º 1 do art.º 1.º conjugado com a alínea a) do art.º 3.º dos seus Estatutos, aprovados pela Lei n.º 157/2015, encontra-se inscrito(a) nesta Ordem, com o n.º de membro efetivo 21410, integrando o Colégio de Engenharia CIVIL, estando habilitado(a) a praticar os respetivos actos de Engenharia.

Está integrado na apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional n.º 5909027, da Seguradoras Unidas, S.A., com a cobertura de € 10.000,00, de que a OET é tomadora.

Esta declaração é apenas válida para um único acto de engenharia e contém uma certificação digital que deve ser sempre verificada pelas entidades receptoras.

Esta declaração destina-se a dar cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, tendo em conta o Regulamento n.º 960/2019, de 17 de dezembro (Atos de Engenharia da OET).

Mais se declara que o(a) mesmo(a) Engenheiro(a) Técnico(a), nos termos do n.º 3 do art.º 10.º e nas condições definidas no Quadro n.º 1, do Anexo III, da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, dispõe de qualificação adequada para, em obras da categoria III (nos termos da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho), elaborar os seguintes projetos de engenharia: a) Estruturas prefabricadas, exceto pavimentos com elementos prefabricados; b) Escavações enterradas com mais de 3m de altura, com contenção por muros de betão armado escorados, ancorados ou com contrafortes; c) Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos em edifícios; f) Arruamentos urbanos com dupla faixa de rodagem; g) Estradas nacionais e municipais com faixa de rodagem simples ou dupla; h) Sistemas de abastecimento de água, excluindo o tratamento, de aglomerados com mais de 10000 habitantes; i) Estações de tratamento de água sem exigências especiais quanto aos processos de tratamento e automatismo, tais como ozonização ou adição por carvão ativado, servindo até 50000 habitantes; j) Sistemas de águas residuais de funcionamento gravítico, excluindo tratamento, para mais de 10000 habitantes; k) Sistemas elevatórios de águas residuais; l) Estações de tratamento de águas residuais por processos convencionais, com produção de efluentes de qualidade correspondente a tratamento secundário, servindo até 50000 habitantes; m) Sifões invertidos para águas residuais; n) Sistemas de resíduos, excluindo tratamento, para mais de 10000 habitantes; o) Estações de tratamento de resíduos sem exigências especiais, servindo entre 10000 e 50000 habitantes, ou, com exigências especiais, para população inferior; q) Conceção, tratamento e recuperação de espaços exteriores na componente de engenharia.

Declaração emitida pelo Membro nº
21410 com o nº 1443446/2021 -
modelo M434C. Documento
certificado em 2021-07-23
15:59:38. Validação em
https://www.oet.pt

Leília Maria
Vieira Ferreira
Presidente do Conselho Diretivo da
Ordem dos Engenheiros Técnicos

Esta declaração destina-se a Requalificação de Espaço Público e Construção da 1ª Casa da Vega/V localizada na Vila do Corvo, 9880 Vila do Corvo

Documento impresso a partir da INTERNET em 2021-07-23 15:59:38, sendo válido por 6 (seis) meses. | Encadeio: M

Modelo M434C/17º Registo 5-144344/2021

As entidades licenciadas (Câmara Municipal, IMPT, ANACOM, DIOE e outras) podem, a todo o momento, enviar ao site da OET em <https://www.oet.pt> para a verificação da qualidade de membro da OET e a autenticidade da declaração, introduzindo o código de autenticidade ou utilizando uma aplicação que leia o QR Code apresentado no canto superior direito desta declaração.

Conselho Diretivo Nacional

OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos

Seção Regional dos Açores

Paço Dom João da Câmara, n.º 19

Pág. 1/1

Rua D. João dos Açores, n.º 43 - 1.º andar

1200 - 14713-00A

Tel: 213 256 3271 Fax 213 256 3341 e-mail: cdn@oet.pt

Tel: 296 296 0501 Fax: 296 281 8461 e-mail: aracores@oet.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA
**COMPROVATIVO DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO DE
RESPONSABILIDADE CIVIL DO TÉCNICO**

**TRAN
QUILI
DADE**



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

Certificado de Seguro

N.º Seguro: 5909027

Capital Seguro: 10.000,00 €

Âmbito Territorial: Portugal

Data de Validade: 31 de dezembro de 2021

Para os devidos efeitos declaramos que a Ordem dos Engenheiros Técnicos seguiu neste Segurador, um seguro de Responsabilidade Civil Profissional ficando garantido o seguinte:

Membro n.º: **LELIA MARIA VIEIRA FERREIRA**
com a especialidade **CIVIL**

Este certificado é emitido nos termos previstos nas respetivas Condições Gerais, Especiais e Particulares.

Lisboa, 01 de janeiro de 2021

Gonçalo Oliveira
Administrador

Paulo Luís Carvalho
Administrador

Mod. 431.281 – dezembro 2019

Seguradoras Unidas, S.A.
Capital Social 182 000 000 € (realizado 99 900 300 €)
14, Párcel de Matrícula C.R.C. de Lisboa
NIF: 500 940 231

Sede: Av. da Liberdade, 242
1250-149 Lisboa
Wtranquilidade.pt

Linha Clientes: 211 520 210
Assistência 24h - / dias/semana
E clientes@tranquilidade.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

2. MEMÓRIA DESCRITIVA

Nota Prévia

Desde logo há a referir que o projeto de águas pluviais a que se reporta a presente memória descritiva foi elaborado pelo gabinete técnico de apoio à implementação do Ecomuseu do Corvo, na qualidade de serviço externo da Direção Regional da Cultura, no âmbito da estratégia definida para a implementação do referido Ecomuseu e, concomitantemente, nos termos do protocolo de colaboração celebrado entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, e o Município do Corvo, documento datado de 25 de junho de 2015.

1. Introdução

Refere-se a presente memória descritiva ao Projeto de Estabilidade de Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", requerido pela Direção Regional da Cultura, com sede no Palacete Silveira e Paulo, Rua da Conceição, na freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo.

A intervenção é caracterizada pela Construção de parte de um edifício todo em betão à vista.

Para a Construção em questão, optou-se pela realização de uma estrutura em betão armado.

A estrutura contempla, fundações e sapatas em betão armado e pilares, paredes, vigas e laje também em betão armado, mas com acabamento para ficar à vista.

2. Fundações.

As fundações são constituídas por sapatas, e foram dimensionadas para garantir que a tensão no solo não exceda 0,20 Mpa (2,00 Kgf/cm²).

Durante a abertura dos caboucos deverá confirmar-se se está garantida a tensão admissível do terreno de fundação considerado. Em caso contrário, deverão



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

adotar-se às condições locais quer as dimensões das sapatas quer as profundidades de fundação.

As aberturas dos mesmos deverão ser alternadas, conforme peças desenhadas, e contraventandas as paredes e os pisos intermédios.

O Empreiteiro deverá providenciar os ensaios, caso sejam necessários, para verificar a capacidade de carga das fundações. O encargo destes ensaios é da responsabilidade do Empreiteiro.

3. Análise Estrutural e Critérios de Dimensionamento

3.1 Ações

Permanentes:

- Peso próprio dos elementos estruturais: Aço em perfis – 77 kN/m
- Peso próprio de elementos não estruturais – 1.5 kN/m²

Variáveis:

- Sobrecargas de piso – 4.0 kN/m²
- Sobrecargas de cobertura – 0.5 kN/m²

Sismo:

- Segundo o Euro código 8
- Ação sísmica segundo a direção X e Y
- Tipo de amortecimento – 5 %
- Solos duros, solos coesivos muito duros e de consistência média
- Zona sísmica – A
- Com efeitos de 2ª ordem

Vento:

- Segundo o Euro código 1-4



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- Ação do vento segundo X e Y
- Coeficientes de forma (+X=1, -X=1; +Y=1, -Y=1)
- Zona eólica – B
- Tipo de terreno – II
- Com efeitos de 2ª ordem

Normas consideradas:

- NP EN 206-1:2007
- Betão - Euro código 2 (Portugal)

3.1 Ações

Combinações não sísmicas:

- Com coeficientes

$$\sum_{j \geq 1} \gamma_{Gj} G_{kj} + \gamma_{Q1} \Psi_{p1} Q_{k1} + \sum_{i > 1} \gamma_{Qi} \Psi_{ai} Q_{ki}$$

- Sem coeficientes

$$\sum_{j \geq 1} \gamma_{Gj} G_{kj} + \sum_{i \geq 1} \gamma_{Qi} Q_{ki}$$

Combinações sísmicas:

- Com coeficientes

$$\sum_{j \geq 1} \gamma_{Gj} G_{kj} + \gamma_A A_E + \sum_{i \geq 1} \gamma_{Qi} \Psi_{ai} Q_{ki}$$

- Sem coeficientes

$$\sum_{j \geq 1} \gamma_{Gj} G_{kj} + \gamma_A A_E + \sum_{i \geq 1} \gamma_{Qi} Q_{ki}$$



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Donde:

Gk Ação permanente

Qk Ação variável

AE Ação sísmica

γ_G Coeficiente parcial de segurança das ações permanentes

$\gamma_{Q,1}$ Coeficiente parcial de segurança da ação variável principal

$\gamma_{Q,i}$ Coeficiente parcial de segurança das ações variáveis de acompanhamento

($i > 1$) para situações não sísmicas

($i \geq 1$) para situações sísmicas

γ_A Coeficiente parcial de segurança da ação sísmica

$\psi_{p,1}$ Coeficiente de combinação da ação variável principal

$\psi_{a,i}$ Coeficiente de combinação das ações variáveis de acompanhamento

($i > 1$) para situações não sísmicas

($i \geq 1$) para situações sísmicas

Para cada situação de projeto e estado limite os coeficientes a utilizar serão:

Situação 1			
	Coeficientes de segurança (γ)		Coeficientes (ψ)
	Favorável	Desfavorável	Principal (ψ_p) Acompanhamento (ψ_a)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Permanente (G)	1.00	1.50	1.00	1.00
Sobrecarga (Q)	0.00	1.50	1.00	0.70
Vento (Q)	0.00	1.50	1.00	0.40
Sismo (A)				

Situação 2				
	Coeficientes de segurança (γ)		Coeficientes (ψ)	
	Favorável	Desfavorável	Principal (ψ _p)	Acompanhamento (ψ _a)
Permanente (G)	1.00	1.00	1.00	1.00
Sobrecarga (Q)	0.00	1.00	0.40	0.40
Vento (Q)	0.00	1.00	0.00	0.00
Sismo (A)	-1.50	1.50	1.00	0.00(*)

(*) Fração das solicitações sísmicas a considerar na direção ortogonal: As solicitações obtidas dos resultados da análise em cada uma das direções ortogonais combinar-se-ão com o 0 % dos da outra.

- Tensões sobre o terreno
- Deslocamentos

Situação 1 – Ações variáveis sem sismo		
	Coeficientes de segurança (γ)	
	Favorável	Desfavorável
Permanente (G)	1.00	1.00
Sobrecarga (Q)	0.00	1.00
Vento (Q)	0.00	1.00
Sismo (A)		

Situação 2 – Sísmica		
	Coeficientes de segurança (γ)	
	Favorável	Desfavorável
Permanente (G)	1.00	1.00
Sobrecarga (Q)	0.00	1.00
Vento (Q)	0.00	0.00
Sismo (A)	-1.00	1.00



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

3.3 Cálculo Estrutural

Foi utilizado o programa de cálculo designado por CYPECAD ESPACIAL, que permite realizar o cálculo e dimensionamento de estruturas de betão armado e metálicas para edifícios submetidos a ações verticais e horizontais.

A análise das solicitações realiza-se através de um cálculo espacial em 3D, por métodos matriciais de rigidez, considerando todos os elementos que definem a estrutura: sapatas, pilares, paredes, vigas e lajes.

4. Materiais

Betões:

O betão a empregar será da classe C20/25 em fundações e elementos interiores sempre mecanicamente vibrado em todos os elementos estruturais, excetuando os betões destinados a limpeza, os quais serão da classe C12/15.

Durante as betonagens far-se-á um apiloamento bem enérgico, de modo a evitar a formação de vazios, utilizando sempre nos elementos estruturais, betão mecanicamente vibrado.

As características do betão segundo a NP EN 206-1:2007 são descritas no quadro seguinte e deverá ser produzido com cimento do tipo CEM II/A-P 42,5R.

No quadro em anexo é descrita a classe de resistência à compressão (C.R.C.), a classe de exposição ambiental (C.E.A.), a classe de teor de cloretos (C.T.C.), a dimensão máxima do agregado (Dmax) e a classe de consistência (C.C.) segundo o método de ensaio de abaixamento (slump).

Elemento	Betão	C.R.C.	C.E.A.	C.T.C.	Dmax (mm)	C.C.	Gamma c
Fundação	B30	C25/30	XC2(P)	Cl 0,4	30	S3	1.50
Muros	B30	C25/30	XC2(P)	Cl 0,4	30	S3	1.50

Aço:

O aço a aplicar será do tipo A 400 NR em armaduras de elementos de fundação.

Em toda a obra empregar-se-ão materiais de primeira qualidade e argamassas bem doseadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

5. Características Geológicas

Não foi possível realizado um estudo geológico-geotécnico

6. Omissões

Todos os trabalhos serão executados com as regras e arte de bem construir, tendo-se sempre em atenção as Posturas e Regulamentos em vigor.

Julho de 2021

Lélia Ferreira

(Engenheira Técnica Civil, n.º 21410)

II. PEÇAS DESENHADAS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA “CASA DA VIGIA”
ECOMUSEU DO CORVO
Zona da Vigia, Vila do Corvo, Ilha do Corvo

Peças Escritas

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

julho 2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

ÍNDICE

I. PEÇAS ESCRITAS

1. Documentos

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto
- Identificação Do Técnico Autor Do Projeto
- Comprovativo da Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil do Técnico

2. Plano de Gestão e Prevenção de Resíduos de Construção e Demolição

II. GUIA DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS

III. LISTAGEM DE OPERADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

I. PEÇAS ESCRITAS

1. Documentos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE
RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Lélia Maria Vieira Ferreira, moradora no [REDACTED] freguesia [REDACTED] concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte n.º [REDACTED], inscrito na Ordem dos engenheiros Técnicos sob o n.º [REDACTED], declara para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação atual, que o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, de que é autora, relativo à obra de Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", cujo parecer prévio não vinculativo foi requerido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura, residente na freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo, observa as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente a Portaria n. 101/96, de 3 de Abril e o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro.

julho 2021

Lélia Ferreira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Comprovativo da Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil do Técnico

**TRAN
QUILI
DADE**



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

Certificado de Seguro

N.º Seguro: 5909027

Capital Seguro: 10,000,00 €

Âmbito Territorial: Portugal

Data de Validade: 31 de dezembro de 2021

Para os devidos efeitos declaramos que a Ordem dos Engenheiros Técnicos seguiu neste Segurador, um seguro de Responsabilidade Civil Profissional ficando garantido o seguinte:

Membro nº: ■■■■■ LELIA MARIA VIEIRA FERREIRA
com a especialidade CIVIL

Este certificado é emitido nos termos previstos nas respetivas Condições Gerais, Especiais e Particulares.

Lisboa, 01 de janeiro de 2021

Gonçalo Oliveira
Administrador

Paulo Luis Carvalho
Administrador

Mod. 431.281 – Dezembro 2019

Seguradoras Unidas, S.A.
Capital Social 182 000 000 € (realizado 84 000 000 €)
N.º único de Matrícula C.R.C. de Lisboa
NIF: 500 940 231

Sede: Av. da Liberdade, 242
1250-149 Lisboa
W tranquilidade.pt

Linha Clientes: 211 520 310
Assistência 24h - 7 dias/semana
E clientes@tranquilidade.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Identificação Do Técnico Autor Do Projeto





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

2. Plano de Gestão e Prevenção de Resíduos de Construção e Demolição

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	8
2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	8
3. DADOS GERAIS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA OBRA:	10
4. DADOS GERAIS DA OBRA:.....	10
5. RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD)	10



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

1. Introdução

O elevado nível de produção de resíduos no sector da Construção Civil e Obras Públicas é motivo de preocupação, principalmente para todos os intervenientes no ato de construir que, direta ou indiretamente, têm responsabilidades no sector, designadamente entidades oficiais, donos de obra, empreiteiros, técnicos e trabalhadores.

O presente documento foi elaborado com base na legislação aplicável em resíduos, com especial atenção ao Decreto Legislativo Regional n.º29/2011/A de 16 de novembro, pois trata-se da mais recente legislação adaptada à realidade dos açores.

O diploma referido anteriormente define, ainda, as medidas que se destinam a prevenir ou reduzir a produção de resíduos, o seu carácter nocivo e os impactes adversos decorrentes da sua produção e gestão, bem como, a diminuição dos impactes associados à utilização dos recursos, de forma a melhorar a eficiência da sua utilização e a proteção do ambiente e da saúde humana.

Este documento estará disponível no local da obra, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra e ser complementado, na medida em que a obra seja executada, pelas cópias das guias de acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos que sejam utilizadas.

2. Enquadramento Legal

A entrada do Decreto-Lei n.º46/2008, de 12 de Março, em vigor, veio estabelecer o regime jurídico específico a que fica sujeita a gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifício ou de derrocadas, designados Resíduos de Construção e Demolição (RCD), bem como a sua prevenção.

Neste âmbito, é previsto que nas empreitadas e concessões de obras públicas, o projeto de execução seja acompanhado de um Plano de Prevenção e Gestão de RCD (PPG), o qual assegura o cumprimento dos princípios gerais de gestão de RCD e das demais normas respetivamente aplicáveis constantes do presente decreto-lei e do Decreto-Lei n.º178/2006, de 5 de Setembro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Para além dos diplomas, já anteriormente referidos, é considerada a legislação aplicável na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente:

- Decreto legislativo Regional n.º 29/2012/A, de 16 de novembro, estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos;
- Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho, de 17 de junho, que procede à terceira alteração do Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro e proceder à alteração dos seguintes diplomas, Decreto-lei n.º 366-A/1997 de dezembro; Decreto-lei 111/2001 de 6 de abril; Decreto-lei n.º 153/2003 de 11 de julho; Decreto-lei n.º 196/2003 de 23 de agosto; Decreto-lei n.º 3/2004 de 3 de janeiro e Decreto-lei n.º 190/2004 de 17 agosto;
- Portaria n.º 5/2012, de 6 de Janeiro, fixa os preços relativos aos serviços prestados pelos Centros de Processamento de Resíduos (n.º 2 do artigo 62.º);
- Portaria n.º 6/2012, de 11 de Janeiro, fixa os valores de taxas nomeadamente de regulação e de licenciamento (n.º 1 e das alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 197.º e dos artigos 198.º, 199.º, 200.º, 201.º, 203.º, 204.º e 205.º);
- Portaria n.º 9/2012, de 20 de Janeiro, relativa ao apoio financeiro do transporte marítimo de resíduos (artigo 208.º);
- Portaria n.º 28/2012, de 1 de Março, aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos nos Açores (n.º 3 do artigo 31.º e n.º 3 do artigo 201.º);
- Portaria n.º 335/97, de 16 de maio – Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional;
- Portaria n.º 209/2004, de 3 de março, adota a nova Lista Europeia de Resíduos e as características de perigo atribuíveis aos resíduos, e que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2002;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- Portaria 74/2009, de 14 de setembro, aplica-se ao transporte rodoviário de todas as tipologias de resíduos, incluindo resíduos de construção e demolição (RCD) e resíduos hospitalares;

- Especificações do LNEC – Normas E 471, E 473 e E 474 de 2009.

3. Dados Gerais da Entidade Responsável pela Obra:

Entidade: Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital – Direção Regional da Cultura

Morada: Palacete Silveira e Paulo

Rua da Conceição

9700-054 Angra do Heroísmo

Telefone: 295 403 000

Fax: 295 403 001

E-mail: drac.info@azores.gov.pt

Número de Identificação de Pessoa Coletiva: 672 002 744

Código de Atividade Económica Principal (CAE):

4. Dados Gerais da Obra:

Tipo de Obra: Requalificação

Código do CPV: não aplicável

Nº Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA): não aplicável

Local de Implantação: Zona da Vigia, 9880 Vila do Corvo, Ilha do Corvo, no Arquipélago dos Açores.

5. Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

5.1 Caracterização da Obra

5.1.1 Caracterização Sumária da Obra:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

O projeto da Requalificação do Espaço Público e a Construção da “Casa da Vigia”, estrutura física do Ecomuseu do Corvo, localizado na zona da Vigia, Vila do Corvo, ilha do Corvo, tem por objetivos de carácter mais alargado, por um lado, ampliar a rede física do Ecomuseu através da criação de elementos de viabilizem a interpretação do território, e por outro, requalificar um espaço publico, que embora no núcleo classificado, se encontra descaracterizado.

São também objetivos desta intervenção a valorização dos elementos patrimoniais que existem no local, evocando a memória dos que já desapareceram (como as eiras), conduzir à reabilitação da zona envolvente à Vigia e ainda criar um espaço de promoção e contemplação de paisagem.

5.1.2 Descrição dos Métodos Construtivos a Utilizar

A empreitada consiste nos seguintes tipos de trabalhos:

- Montagem e desmontagem de estaleiro;
- Escavações;
- Execução de pavimento;
- Execução de estrutura de betão armado;
- Instalações elétricas;
- Arranjos exteriores;
- Entre outras.

5.2 Incorporação de Reciclados

5.2.1 Metodologia para a Incorporação de Reciclados:

Dada a natureza da empreitada, não está prevista a incorporação de reciclados.

Serão incorporadas as calçadas retiradas, mas não serão tratadas como RCD.

5.2.2 Reciclados de RCD integrados em obra:

Identificação dos Reciclados	Quantidade integrada em obra (t ou m³)	Quantidade integrada relativamente ao total de materiais usados (em %)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Valor Total		
-------------	--	--

5.3 Prevenção de Resíduos

5.3.1 Metodologia de prevenção de RCD

Para prevenir a produção de resíduos, serão implementadas ações e desenvolvidas práticas de reutilização, designadamente a reutilização das terras de escavação na própria obra ou em outra obra, aumentando a probabilidade de utilizar os materiais reutilizáveis, bem como promover a valorização dos materiais após a demolição de muros.

Serão desenvolvidas e registadas ações de sensibilização junto dos trabalhadores, com o objetivo de promover a sua adesão à correta deposição e triagem dos resíduos e dar a conhecer o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, também, Serão desenvolvidos os procedimentos e selecionados os materiais que não representem quaisquer perigos de toxidade. Os resíduos resultantes da construção desta empreitada confinam-se essencialmente a misturas de betão betuminoso, betão, ferro e aço, plástico, papel/cartão e madeiras de carpintaria de toscos.

Será criada uma zona de triagem e de bacias de retenção para armazenar/acondicionar os produtos químicos, resíduos perigosos e outros materiais suscetíveis de formarem lixiviados e contaminar o solo e os recursos hídricos.

O empreiteiro – produtor dos resíduos – é responsável pela triagem dos resíduos em obra. Caso não se verifique a possibilidade de reutilizar os resíduos em obra, os mesmos serão encaminhados para um operador de resíduos licenciado, de acordo com a classificação do resíduo, devidamente acompanhados pela Guia de Acompanhamento de Resíduos.

5.3.2 Materiais a reutilizar em obra:

Identificação dos Reciclados	Quantidade integrada em obra (t ou m ³)	Quantidade integrada relativamente ao total de materiais usados (em %)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Valor Total		
-------------	--	--

5.4 Acondicionamento e Triagem

5.4.1 Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra

A triagem dos resíduos será efetuada em obra para posterior reutilização. Caso a sua reutilização não seja possível na obra de origem ou noutra obra em curso do empreiteiro, sujeita a licença ou comunicação prévia, conforme os artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº46/2008, de 12 de março, os RCD's serão encaminhados para operadores de resíduos devidamente licenciados.

Serão criadas baias cobertas para acondicionamento dos resíduos, como papel e madeira.

Os resíduos de ferro e aço e plástico produzidos em obra que não possam ser reutilizados, serão acondicionados em contentor apropriado ao resíduo e devidamente encaminhados para o operador de resíduos.

5.4.2 Justificação da improbabilidade de efetuar a triagem

Não se prevê quaisquer impossibilidades de realizar a triagem de resíduos em obra.

5.5 Produção de RCD

5.5.1 Identificação dos RCD a produzir

Serão produzidos durante a empreitada os seguintes resíduos de construção e demolição:

Código LER	Descrição dos RCD
15 01 01	Embalagens de papel e cartão
15 01 02	Embalagens de plástico
15 01 03	Embalagens de madeira.
15 01 06	Misturas de embalagens.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

17 01 01	Betão
17 09 04	Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03

5.5.2 Quantificação dos RCD a produzir bem como a sua origem

Identificação do RCD (Código LER)	Origem	Quantidade a produzir (t)	Destino
15 01 01	Materiais rececionados	0,01	Consultar Anexo
15 01 02	Materiais rececionados	0,002	Consultar Anexo
15 01 03	Materiais rececionados	0,1	Consultar Anexo
15 01 06	Materiais rececionados	0,1	Consultar Anexo
17 01 01	Proveniente do excesso	0,1	Consultar Anexo
17 09 04	Desperdício, demolições de infraestruturas existentes	0,5	Consultar Anexo

a) Estimativa dos custos financeiros da gestão de RCD

Estimativa de custos financeiros que envolve a gestão de resíduos de construção e demolição, inclui o transporte e a entrega dos mesmos em operador licenciado ou a sua deposição em local autorizado

Transporte	Entrega no destino		Outros custos	Total
	Operador	Deposição		
Materiais triados	50 €/Camião	5 € / ton	1 Camiões	101,26 €
Materiais não triados	50 €/Camião	16 € / ton	1 Camiões	50,12 €

b) Quadro Resumo de produção de RCD



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Código LER	Quant. Prod (t)	Quant. reciclagem (%)	Operação reciclagem	Quant. valorização (%)	Operação Valorização	Quant. Elim.	Operação Elim.
15 01 01	0,01	0%	NA	90%	R13	10%	D1
15 01 02	0,002	0%	NA	90%	R13	10%	D1
15 01 03	0,1	0%	NA	90%	R13	10%	D1
15 01 06	0,1	0%	NA	90%	R13	10%	D1
17 01 01	0,1	0%	NA	0%	NA	100%	D1
17 09 04	0,5	0%	NA	90%	R13	10%	D1
Total	0,812t						

O transporte rodoviário dos resíduos cumpre com as normas referidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de Novembro e é acompanhado de guias de acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos.

Toda a área afeta à obra será limpa após a conclusão da mesma.

6. OBSERVAÇÕES

De acordo com o nº 6 do artigo 53.º do DLR 29/2011/A, de 16/11, o plano de prevenção e gestão de RCD pode ser alterado pelo dono da obra na fase de execução, sob proposta do produtor de resíduos de RCD, ou, no caso de empreitadas de conceção-construção, pelo adjudicatário com a autorização do dono da obra, desde que a alteração seja devidamente fundamentada.

Sempre que for efetuada uma alteração ao plano deve ser preenchido o modelo “Alteração do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição”, e anexado ao plano original.

Os valores apresentados são estimativas o que poderão ser sujeitos a regras de redução e prevenção de resíduos, podendo os valores apresentados serem maiores ou menores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Data de elaboração do plano: Julho de 2021

Dono da obra

Assinatura: _____

Nome:

Técnico responsável pelo projeto de arquitetura

Assinatura: _____

Nome: Arq.ª Ana Salvador

Diretor da Obra

Assinatura: _____

Nome:

Data de adjudicação ou contratação da obra:

A Técnica Superior de Higiene e Segurança,

Eng.ª Lélia Ferreira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

II. GUIA DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

TRANSPORTE DE RESÍDUOS

O transporte rodoviário de resíduos está sujeito a guias de acompanhamento de transporte de resíduos, o modelo da guia de acompanhamento de transporte de resíduos é disponibilizado pela autoridade ambiental no Portal do Governo Regional.

As guias de acompanhamento de resíduos (GAR) não são obrigatórias no transporte de biomassa vegetal nem no transporte de resíduos urbanos, com exceção dos resultantes de operações de triagem e destinados a operações de valorização.

O transporte rodoviário de resíduos apenas pode ser realizado:

- a) Pelo produtor de resíduos;
- b) Por um operador licenciado para a gestão de resíduos;
- c) Pelas entidades responsáveis pela gestão de resíduos perigosos hospitalares;
- d) Pelas entidades responsáveis pela gestão de resíduos urbanos;
- e) Pelas empresas licenciadas para o transporte de mercadorias por conta de outrem, nos termos da legislação aplicável.

Para evitar a dispersão ou derrame de resíduos durante o seu transporte, esta operação deverá observar vários requisitos, quanto ao acondicionamento e carregamento dos resíduos, quer quanto a obrigações a respeitar quando ocorra algum derrame.

O produtor ou detentor deve assegurar que cada transporte é acompanhado da respetiva guia de acompanhamento de resíduos, cujo modelo presente neste documento foi retirado do anexo da Portaria 74/2009, de 14 de setembro.

As GAR devem ser preenchidas e arquivadas pelo adjudicatário, sob responsabilidade da Direção de Obra. Deve ser exigida a apresentação de uma cópia dos exemplares das GAR dos transportadores (já carimbada pelos destinatários) e do destino final.

Pretende-se com a utilização das novas guias tornar mais simples o acompanhamento do transporte de resíduos, mais adequado à realidade arquipelágica dos Açores e mais eficaz a fiscalização da gestão de resíduos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Guia de acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos na Região Autónoma Açores						
Portaria 74/2009, de 14 de Setembro						
1 - Produtor ou Detentor dos resíduos						
Nome/Designação: _____			N.º de Registo _____ / _____		NIF: _____	
Endereço: _____			Código postal: _____			
Telefone: _____		Fax: _____		Email: _____		
Se for produtor de resíduos de construção e demolição: N.º Alvará de empreiteiro _____						
Designação da Obra _____			N.º da Obra _____		N.º Processo _____	
Código LER	Designação	Estado físico	Quantidade (l ou kg)	Designação do Destino	NIF	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
Data ____/____/____		Assinatura _____				
2 - Transportador rodoviário dos resíduos						
Nome/Designação: _____			Matrícula _____			
Alvará de Transportador _____			Alvará de Operador de Gestão de Resíduos _____			
Endereço _____			Código postal _____			
Telefone _____		Fax _____		NIF _____		
E-mail _____						
Hora de Carga ____:____		Local de Carga _____				
Hora de Descarga ____:____		Local de Descarga _____				
Data ____/____/____		Assinatura _____				
3 - Transportador rodoviário dos resíduos						
Nome/Designação: _____			Matrícula _____			
Alvará de Transportador _____			Alvará de Operador de Gestão de Resíduos _____			
Endereço _____			Código postal _____			
Telefone _____		Fax _____		NIF _____		
E-mail _____						
Hora de Carga ____:____		Local de Carga _____				
Hora de Descarga ____:____		Local de Descarga _____				
Data ____/____/____		Assinatura _____				
4 - Destinatário dos resíduos						
Nome/Designação _____			Alvará de Operador de Gestão de Resíduos _____			
Endereço _____			Código postal _____			
Telefone _____		Fax _____		NIF _____		
Código LER	Designação	Quantidade aceite	Unidade (l ou kg)	Quantidade recusada	Unidade (l ou kg)	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
_____	_____	_____	_____	_____	_____	
Motivo da recusa _____						
Data ____/____/____		Assinatura e Carimbo _____				



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

III. LISTAGEM DE OPERADORES DE RESÍDUOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

LISTAGEM DE OPERADORES DE RESÍDUOS

[Centro de Processamento de Resíduos do Corvo - Resiaçores](#)

NIF: 512097585 - Corvo - E-Mail: resiacores@grupommmps.com



CHAVE MÓVEL

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

**REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA “CASA DA VIGIA”
ECOMUSEU DO CORVO**

Zona da Vigia, Vila do Corvo, Ilha do Corvo

Peças Escritas

Plano de Segurança e Saúde

julho 2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

ÍNDICE

I. PEÇAS ESCRITAS

1. Documentos

- Termo de Responsabilidade do Autor do Plano de Segurança e Saúde
- Declaração do Coordenador de Segurança em Projeto
- Identificação Do Técnico Autor Do Projeto
- Comprovativo da Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil do Técnico

2. Plano de Segurança e Saúde



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PLANO SEGURANÇA E SAÚDE

Lélia Maria Vieira Ferreira, moradora no [REDACTED], freguesia [REDACTED], concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte n.º [REDACTED], inscrito na Ordem dos engenheiros Técnicos sob o n.º [REDACTED], declara para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação atual, que o plano de segurança e saúde de que é autora, relativo à obra de de Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", cujo parecer prévio não vinculativo foi requerido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura, residente na freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo, observa as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente a Portaria n. 101/96, de 3 de Abril e o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro.

julho de 2021

Lélia Ferreira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

DECLARAÇÃO do COORDENADOR DE SEGURANÇA EM PROJETO

Lélia Maria Vieira Ferreira, engenheira técnica civil, moradora no [REDACTED] freguesia de [REDACTED] concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte n.º [REDACTED], declara, para efeito do disposto na alínea b) do n.º3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, que é Coordenadora de segurança em projeto, relativo à obra de Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vegia", cujo parecer prévio não vinculativo foi requerido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura.

julho 2021

Lélia Ferreira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

COMPROVATIVO DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO TÉCNICO

TRAN
QUILI
DADE



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

Certificado de Seguro

N.º Seguro: 5909027

Capital Seguro: 10.000,00 €

Âmbito Territorial: Portugal

Data de Validade: 31 de dezembro de 2021

Para os devidos efeitos declaramos que a Ordem dos Engenheiros Técnicos seguiu neste Segurador, um seguro de Responsabilidade Civil Profissional ficando garantido o seguinte:

Membro n.º: **LELIA MARIA VIEIRA FERREIRA**
com a especialidade **CIVIL**

Este certificado é emitido nos termos previstos nas respetivas Condições Gerais, Especiais e Particulares.

Lisboa, 01 de janeiro de 2021

Gorgalo Oliveira
Administrador

Pedro Luis Carvalho
Administrador

Mod. 491.281 – dezembro 2019

Seguradoras Unidas, S.A.
Capital Social 182.000.000 € (realizado 84.000.309 €)
N.º grupo de Matricula C.R.C. de Lisboa
NIF: 500 940 231

Sede: Av. da Liberdade, 242
1250-149 Lisboa
W tranquilidade.pt

Linha Clientes: 211 522 310
Assistência 24h - 7 dias/semana
E clientes@tranquilidade.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO AUTOR DO PROJETO

CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

PORTUGAL
REPÚBLICA PORTUGUESA / PORTUGUESE REPUBLIC

NAME (S) / GIVEN NAME

SEX / ALTURA / NACIONALIDADE / DATA DE NASCIMENTO
SEX / HEIGHT / NATIONALITY / DATE OF BIRTH

Nº DOCUMENTO / DOCUMENT N° / DATA DE VALIDADE / EXPIRY DATE
N / NUMBER / I / IDENTIFICATION N°

ASSINATURA DO TITULAR / HOLDER'S SIGNATURE

PORTUGAL
CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

FILIAÇÃO / PARENTS

Nº IDENTIFICAÇÃO FISCAL / FISCAL ID N°

Nº SEGURANÇA SOCIAL / SOCIAL SECURITY N°

Nº UTENTE DE SAÚDE / HEALTH N°

006.009.24



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

2. Plano de Segurança e Saúde

Índice

1. INTRODUÇÃO	8
2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	9
3. IDENTIFICAÇÃO DA EMPREITADA.....	12
4. COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE ABERTURA DO ESTALEIRO	14
5. CARACTERIZAÇÃO DOS RISCOS	14
6. OBRIGAÇÕES.....	27
7. PROJETO DE ESTALEIRO.....	32
8. REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE.....	34
9. PROGRAMAÇÃO DOS TRABALHOS	43
10. SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE TODOS OS INTERVENIENTES NO ESTALEIRO EM MATÉRIA DE PREVENÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS	44
11. SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DE FORMAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES PRESENTES NO ESTALEIRO EM MATÉRIA DE PREVENÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS.....	45
12. INSTALAÇÕES SOCIAIS PARA O PESSOAL EMPREGADO NA OBRA	46
10. ANEXOS.....	49



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

2. PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

1. Introdução

O presente Plano de Segurança e Saúde (PSS), elaborado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que regulamenta as condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, é aplicável ao Projeto de Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Velha".

Os trabalhos de construção civil e obras públicas, pela sua própria natureza, comportam em si riscos elevados de ocorrência de acidentes, pelo que importa garantir que estes trabalhos sejam desenvolvidos com base na adoção de métodos e procedimentos contribuindo para a diminuição do risco e, consequentemente, para a segurança de todos os intervenientes.

Os acidentes podem, na sua maioria, ser evitados, se todos os intervenientes envolvidos na execução dos trabalhos dedicarem a devida atenção às medidas de proteção estipuladas e observarem estritamente as disposições regulamentares em vigor.

Neste sentido, o PSS pretende minimizar o número de acidentes no estaleiro, prevendo os riscos e preconizando as medidas de prevenção adequadas. Para tal, defende-se o empenhamento de todos no processo construtivo, para que, de forma conjunta e solidária, se assumam a segurança coletiva como resultado de um processo dinâmico de metodologia de trabalho, prevendo os riscos inerentes a cada operação de construção e adotando atempadamente a aplicação de princípios e técnicas de prevenção, com o objetivo de redução dos danos sociais e económicos, do aumento da produtividade e da melhoria da qualidade da obra.

Para atingir este objetivo é necessário mobilizar e responsabilizar todos os intervenientes no processo construtivo.

Assim este documento pretende ser um documento de trabalho "aberto e dinâmico".

"Aberto", porque se pretende mobilizar todos os intervenientes na construção, a todos os níveis, quer sejam funcionários da entidade executante, subempreiteiros, trabalhadores independentes, representantes do dono da obra, nomeadamente fiscalização e representantes de outras entidades, para que contribuam livremente e de uma forma responsável para implementar as medidas de segurança e saúde que beneficiam os objetivos propostos.

"Dinâmico", porque deliberadamente se estimula que esta participação seja consciencializada



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

e contínua, acompanhando a evolução física da construção, prevenindo riscos e propondo medidas de segurança adequadas a cada caso, desde o início dos trabalhos, até à sua conclusão, perspetivando-se que o plano seja permanentemente atualizado.

O presente documento – Plano de segurança e saúde em projeto – deve ser desenvolvido e especificado para a execução da obra pela entidade executante, nos termos do Decreto-Lei nº 273/2003 já referido.

Neste sentido a sua estrutura segue já o estipulado nos Anexos II e III deste diploma, sem prejuízo de algumas das suas partes – capítulos e/ou Anexos deverem ser incluídas e/ou completadas pela entidade executante, ou nalguns casos pelo dono da obra. Estas situações estão assinaladas no presente documento em *itálico* e sublinhado.

O Plano de Segurança deverá estar sempre na obra para poder ser consultado por todos os que nela intervierem.

2. Legislação Aplicável

Regulamentação de âmbito geral (Segurança e saúde no Trabalho):

Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro	A presente Lei regulamente o Regime jurídico da promoção e prevenção da Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284º do Código de trabalho, no que respeita à prevenção. Revoga também o Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de Novembro, frequentemente designado por “Lei-quadro”.
Decreto-Lei n.º347/93, de 1 de Outubro	Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/654/CEE 30 de Novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho.
Portaria n.º987/93, de 6 de Outubro	Estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-Lei 347/93 de 1 de Outubro.
Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro	Aprova o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.
Decreto-Lei n.º362/93, de 15 de Outubro	Estabelece as regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.
Decreto-Lei n.º155/95, de 1 de Julho	Transpõe para o direito interno as prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis, adotadas pela Diretiva n.º 92/57/CEE.
Decreto-Lei n.º50/2005, de 25 de Fevereiro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/45/ CE, do parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-Lei n.º82/99 de 16 de Março.

Segurança em estaleiros temporários ou móveis:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Decreto-lei n.º41821, de Agosto de 1958	Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil.
Decreto-Lei n.º46427, de 10 de Julho de 1965	Aprova o Regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras.
Decreto-Lei n.º273/03, de 29 de Outubro	Revoga o Decreto-Lei n.º155/95, de 1 de Julho, transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 92/57/CEE de 24 de Junho relativa a prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.
Portaria n.º101/96, de 3 de Abril	Regulamenta o Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 de Julho relativo prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis

Sinalização Rodoviária e Ocupação da Via Pública:

Decreto Regulamentar n.º22 -A/98 de 1 de Outubro	Aprova o Regulamento de Sinalização de Trânsito. Inclui a regulamentação relativa à sinalização de obras e obstáculos na via pública (revoga o anterior Decreto Regulamentar n.º 33/88 de 12 de Setembro).
Decreto Regulamentar n.º 33/88, de 12 de Setembro	Disciplina a sinalização temporária de obras e obstáculos na via pública.

Sinalização de Segurança

Decreto-Lei n.º141/95, de 14 de Junho	Prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.
Portaria n.º1456-A/95, de 11 de Dezembro	Prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho (Regulamenta o Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de Junho).

Equipamento de Proteção Individual – EPI

Decreto-Lei n.º128/93, de 22 de Abril	Estabelece as exigências técnicas de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual, com vista a preservar a saúde e segurança dos seus trabalhadores.
Decreto-Lei n.º348/93, e 1 de Outubro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de proteção individual.
Portaria n.º988/93, de 6 de Outubro	Prescrições mínimas em termos de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de EPI's.
Portaria n.º1131/93, de 4 de Novembro	Estabelece as exigências essenciais de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual com vista a preservar a saúde e a segurança dos seus utilizadores.

Resíduos

Decreto-Lei n.º 178/2006, de	Estabelece o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para
-------------------------------------	--



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

5 de Setembro	a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Diretiva n.º 91/689/CEE, DO Conselho de 12 de Dezembro.
Portaria n.º 417/2008, de 11 de Junho	Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD).
Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março	Estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação.

Máquinas, equipamentos e materiais de estaleiro

Decreto-Lei n.º 82/99, de 16 de Março	Revoga o Decreto-Lei n.º 331/93, de 25 de Setembro - Altera o regime relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização de equipamentos de trabalho, transpondo para a ordem interna a Diretiva n.º 95/63/CE, do Conselho, de 5 de Dezembro de 1995.
Decreto-Lei n.º 320/2001, de 12 de Dezembro	Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e dos componentes de segurança, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/37/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho.
Decreto-Lei n.º 105/91 de 8 de Março	Estabelece o regime de colocação no mercado e utilização de máquinas e material de estaleiro.
Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de Fevereiro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, transpondo para a ordem interna, a Diretiva n.º 89/655/CEE
Decreto-Lei n.º 113/93 de 10 de Abril	Define os procedimentos a adotar com vista a que os materiais de construção se revelem adequados ao fim a que se destinam.
Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de Setembro	Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/269/CE de 29/5 relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas.
Diretiva 98/37/CE de 22 de Junho de 1998	Vulgarmente conhecida como Diretiva Máquinas "...estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado e a entrada em serviço das máquinas...". Esta Diretiva define um conjunto de obrigações do fabricante, sendo de destacar a implementação dos requisitos essenciais de segurança previstos no anexo I e a constituição do dossiê técnico de fabrico (documentação que evidencia a segurança implementada na máquina) culminando com a emissão da Declaração CE de conformidade e a aposição da marcação CE na máquina.
Diretiva 2006/42/CE	Relativa a máquinas altera a Diretiva 95/16/CE, respeitante aos ascensores, revogou a Diretiva 98/37/CE a partir de 29 de Dezembro de 2009.
Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de Junho	Tem por objetivo regulamentar a colocação no mercado e a entrada em serviço das máquinas, transpondo para o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

	ordenamento jurídico interno a Diretiva 2006/42/CE, respeitante a máquinas.
--	---

Ruído

Decreto-Lei n.º72/92, de 28 de Abril	Proteção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho.
Decreto Regulamentar n.º 9/92, de 28 de Abril	Proteção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho (Regulamenta o Decreto-Lei n.º 72/92, de 28 de Abril).
Decreto-Lei n.º9/2007, de 17 de Janeiro	Regulamento geral do ruído.
Decreto-Lei n.º278/2007, de 1 de Agosto	Alteração ao Decreto -Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, nomeadamente os artigos 4.º e 15.º do Regulamento Geral do Ruído.
Decreto-Lei n.º182/2006 de 6 de Setembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).

Segurança de Instalações elétricas

Decreto-Lei n.º26852, de 30 de Julho de1936	Regulamento de Licenças para Instalações elétricas
Decreto-Lei n.º740/74, de 26 de Dezembro	Aprova os regulamentos de segurança de instalações de utilização de energia elétrica e de instalações coletivas de edifícios e entradas.
Portaria n.º37/70, 17 de Janeiro	Aprova as instruções para os primeiros socorros em acidentes pessoais produzidos por correntes elétricas e, igualmente, aprova o modelo oficial das referidas instruções para afixação obrigatória nas instalações elétricas, sempre que o exijam os regulamentos de segurança respetivos - Revoga a Portaria n.º 17653 e, bem assim, as instruções por ela aprovadas.

3. Identificação da Empreitada

3.1 Dono da Obra

Nome: Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital – Direção Regional da Cultura

Morada: Palacete Silveira e Paulo

Rua da Conceição



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

9700-054 Angra do Heroísmo

Telefone: 295 403 000

E-mail: drac.info@azores.gov.pt

3.2 Designação da Obra

Requalificação de Espaço Público e Construção da "Casa da Vigia".

3.3 Localização da Obra

Zona da Vigia, 9880 Vila do Corvo, Ilha do Corvo no Arquipélago dos Açores.

3.4 Definição do Projeto

O projeto da Requalificação do Espaço Público e a Construção da "Casa da Vigia", estrutura física do Ecomuseu do Corvo, localizado na zona da Vigia, Vila do Corvo, ilha do Corvo, tem por objetivos de carácter mais alargado, por um lado, ampliar a rede física do Ecomuseu através da criação de elementos de viabilizem a interpretação do território, e por outro, requalificar um espaço publico, que embora no núcleo classificado, se encontra descaracterizado.

São também objetivos desta intervenção a valorização dos elementos patrimoniais que existem no local, evocando a memória dos que já desapareceram (como as eiras), conduzir à reabilitação da zona envolvente à Vigia e ainda criar um espaço de promoção e contemplação de paisagem.

3.5 Tipos de Trabalhos a Executar

Os trabalhos da empreitada incluem:

- Montagem e desmontagem de estaleiro;
- Escavações;
- Execução de pavimento;
- Execução de estrutura de betão armado;
- Instalações elétricas;
- Arranjos exteriores;
- Entre outras.

O mapa atualizado das quantidades de trabalho contratadas consta do Anexo 1.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

A incluir pelo dono da obra

4. Comunicação Prévia de Abertura do Estaleiro

Nos termos do Decreto-Lei Nº 273/2003, de 29 de outubro, é obrigatória a comunicação prévia da abertura do estaleiro em qualquer dos casos seguintes:

- a) Quando previsivelmente o prazo de execução da obra exceda 30 dias e se preveja em qualquer momento a utilização simultânea de mais de 20 trabalhadores;
- b) Quando seja previsível a utilização de um total superior a 500 homens.dias.

O dono da obra deve comunicar previamente a abertura do estaleiro à Inspeção Regional do Trabalho (IRT), nos termos do modelo incluído no Anexo II.

Deve ser acompanhada de:

- Declaração do Autor ou Autores do Projeto e do Coordenador de Segurança em projeto, identificando a obra;
- Declarações da Entidade Executante, do Coordenador de Segurança em obra, do Fiscal ou Fiscais da Obra, do Diretor Técnico da Empreitada, do representante da Entidade Executante e do responsável pela Direção Técnica da Obra, identificando o estaleiro e as datas previstas para início e conclusão dos trabalhos.

A Entidade Executante deverá, no prazo máximo de 10 dias após a notificação da Adjudicação, fazer a entrega ao Dono da Obra dos elementos constantes nos pontos 14, 15 e 16 da Comunicação Prévia.

Sempre que houver alterações ao conteúdo inicial da comunicação prévia, estas devem ser comunicadas pelo Dono da Obra:

- à IRT nas 48 horas seguintes e ao Coordenador de Segurança em obra e à Entidade Executante, com a maior brevidade possível, tratando-se de alteração nos elementos de informação e caracterização que constam do seu conteúdo, identificados, pelos nos 1 a 15;
- à IRT, mensalmente, tratando-se do elemento de informação identificado, pelo nº 16.

No-estaleiro, em local bem visível, deve estar afixada cópia da comunicação prévia, bem como das suas atualizações.

5. Caracterização dos Riscos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

5.1 Avaliação e Hierarquização dos Riscos Reportados ao Processo Construtivo

A obra é caracterizada pelas seguintes atividades:

- Montagem e desmontagem de estaleiro;
- Execução alvenarias em pedra arrumada à mão;
- Execução de pavimento;

Nestas atividades deve proceder-se à identificação e avaliação dos riscos, analisar as medidas preventivas, seus perigos e riscos e dotar os intervenientes com o equipamento de proteção individual adequado.

Os riscos decorrentes do meio envolvente, das tarefas inerentes à execução da obra e da utilização de equipamentos, bem como, os riscos individuais específicos inerentes aos diferentes postos de trabalho, e respetivas medidas de prevenção, são a seguir identificados.

Deverá a entidade executante na fase de desenvolvimento do PSS para a execução da obra pormenorizar e especificar as medidas preventivas relativas a trabalhos e/ou materiais que apresentem riscos especiais, a incluir no Anexo 2 deste Plano, e, no decorrer da obra, complementar e atualizar em permanência a avaliação dos riscos e a definição das medidas de prevenção a adotar



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Condicionamentos locais	Riscos	Medidas preventivas
Infraestruturas elétricas	<ul style="list-style-type: none">• Corte de cabos ou linhas• Eletrocussão• Incêndio Queimaduras	<ul style="list-style-type: none">• Demarcar os traçados existentes• Solicitar autorizações• Proteger ou levantar as redes aéreas• Verificar as distâncias às linhas ou cabos• Instalar a sinalização adequada• Usar EPI
Infraestruturas telefónicas	<ul style="list-style-type: none">• Corte de linhas• Interrupção das comunicações	<ul style="list-style-type: none">• Demarcar os traçados existentes• Transferir, se necessário• Instalar a sinalização adequada
Infraestruturas de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none">• Rotura das condutas• Inundações• Desabamentos	<ul style="list-style-type: none">• Demarcar as redes existentes• Desviar condutas (se necessário)• Instalar a sinalização adequada• Desativar a rede• Usar EPI
Infraestruturas de esgotos	<ul style="list-style-type: none">• Rotura de coletores• Inundações• Infecções• Intoxicações (sulfídrico e metano)	<ul style="list-style-type: none">• Demarcar as redes existentes• Desviar coletores (se necessário)• Instalar a sinalização adequada• Usar EPI (máscaras)
Estradas (de acesso e outras)	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldades de trânsito• Deterioração e desabamentos• Colisões• Atropelamentos	<ul style="list-style-type: none">• Implantar sinalização temporária (coerente, credível e de fácil visibilidade)• Solicitar autorizações (Plano de Alteração de Trânsito)• Criar trajetos alternativos• Sinalizar os trabalhos (semáforos, barreiras, etc.)• Usar EPI adequado (coletes refletivos)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Locais em estaleiro	Riscos	Medidas preventivas
Zonas de acesso e circulações	<ul style="list-style-type: none">• Colisão• Atropelamento• Queda	<ul style="list-style-type: none">• Implantar as vias de circulação destinadas a veículos com distância suficiente em relação às portas, portões, passagens para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de proteção adequados;• Sinalizar as vias e saídas de emergência e garantir que permanecem desobstruídas e conduzem o mais diretamente possível a uma zona de segurança;• Equipar as vias e saídas de emergência com iluminação de segurança de intensidade suficiente que entre em funcionamento automaticamente em caso de avaria;• Verificar regularmente e conservar as vias de circulação;• Demarcar as zonas de estacionamento dos veículos em obra de modo a que estes não prejudiquem a circulação dentro do estaleiro;• Nos locais previstos na planta do estaleiro, deverão ser colocados todos os sinais considerados.
Transporte de trabalhadores	<ul style="list-style-type: none">• Atropelamento• Queda	<ul style="list-style-type: none">• O transporte de trabalhadores no estaleiro e nas frentes de trabalho deve ser feito em veículos próprios, com cabine reservada ao transporte de passageiros;• Quando forem utilizados veículos automóveis de carga devem os mesmos dispor de:• Bancos fixados ao veículo, dotados de encostos sólidos• Cobertura com aberturas laterais suficientes para assegurar boa ventilação e iluminação• Uma escada que facilite o acesso, sempre que a altura o justifique;• É proibido o transporte de trabalhadores em quaisquer atrelados, camiões basculantes ou em baldes de máquinas.
Estaleiro	<ul style="list-style-type: none">• Insalubridade• Incomodidade• Quedas• Incêndio• Esmagamento• Atropelamento	<ul style="list-style-type: none">• Informar os trabalhadores sobre a organização, modo de funcionamento e regras de higiene do estaleiro e exigir o seu cumprimento;• Garantir o estado de salubridade do estaleiro;• Remover todos os resíduos e evacuá-los com periodicidade adequada;• Sinalizar os objetos e situações que podem provocar perigos;• Armazenar convenientemente todos os materiais,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

	<ul style="list-style-type: none">• Colisão• Ruído• Eletrocussão• Dificuldades de acesso	<ul style="list-style-type: none">• Prever zonas de circulação de veículos a uma distância segura relativamente aos postos de trabalho e zonas de peões,• Garantir a correta execução das instalações elétricas e aparelhos de aquecimento• Instalar dispositivos de combate a incêndios.
Ferramentaria	<ul style="list-style-type: none">• Desorganização• Deterioração• Entalamento• Contaminação• Queda de objetos• Incêndio	<ul style="list-style-type: none">• Garantir a acessibilidade à zona de trabalhos para facilidade de levantamento e depósito de equipamentos e ferramentas;• Verificar regularmente o estado de utilização dos equipamentos e ferramentas, e providenciar a reparação ou substituição sempre que estiverem em causa as condições de segurança;• Dar cumprimento às verificações constantes da listagem de cada ferramenta mecânica portátil;• Não são admitidos produtos classificados como produtos químicos perigosos;• A armazenagem de produtos inflamáveis e / ou explosivos só é permitida no seu conjunto não excedam, em capacidade, 20 litros;• Na ferramentaria devem existir meios de combate a incêndios adequados;• Os equipamentos e ferramentas devem existir em número suficiente e ser adequados ao tipo de obra, e ser arrumados em locais próprios, de modo a que não fiquem em equilíbrio instável;• As ferramentas que requeiram no seu manuseamento equipamento de proteção próprio e de distribuição específica devem ser fornecidas ao utilizador em conjunto com os equipamentos de proteção individual recomendados.
Manutenção e reparação de veículos e equipamentos móveis	<ul style="list-style-type: none">• Perturbação do funcionamento• Incêndio• Poluição• Colisão	<ul style="list-style-type: none">• As verificações periódicas devem ser realizadas e registadas em ficha adequada;• Se se efetuar a reparação e manutenção dentro do estaleiro da obra, fazê-lo em local adequado, dispondo de meios de combate a focos de incêndio;• No caso de avaria e imobilização no estaleiro local, sinalizar devidamente o veículo ou equipamento e removê-lo de acordo com o Manual do Estaleiro;• Não realizar reparações prolongadas em locais que possam interferir com o andamento dos trabalhos ou acessos sem autorização prévia da Fiscalização;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

		<ul style="list-style-type: none">• A remoção de óleos, pneus e peças deve estar assegurada por parte da Entidade Executante;• A zona de Manutenção deve dispor de meios de combate a focos de incêndio.
Armazenagem	<ul style="list-style-type: none">• Desorganização• Deterioração• Queda de objetos• Quedas ao nível• Entalamento• Avarias• Eletrocussão• Incêndio• Explosão• Ionização	<ul style="list-style-type: none">• Demarcar as zonas de armazenagem para os diferentes materiais - madeiras, ferro, cimento, equipamentos e ferramentas portáteis, combustíveis, tintas e vernizes e, outros produtos químicos;• Armazenar, em local próprio, os equipamentos de proteção coletiva e individual de forma a garantir a sua permanente disponibilidade para utilização;• Conservar os produtos e materiais de acordo com as normas técnicas homologadas ou as recomendações do fabricante;• Garantir a temperatura, luminosidade, humidade e outras características ambientais necessárias a manter a qualidade dos produtos e materiais;• Optar pelo tipo de fornecimento que favoreça a movimentação mecânica das cargas;• Evitar a sobreocupação de espaços;• Arrumar os produtos e materiais em locais próprios, nomeadamente ao alcance fácil do equipamento para a sua movimentação;• Estabilizar os materiais dispostos em altura, quer quando imobilizados, quer quando em movimentação, não excedendo, em pilha, a altura máxima de 2 metros,• Não permitir que varas de ferro, tubos ou madeiras estejam salientes;• Sinalizar de forma bem visível e adequada os produtos químicos e biológicos, mantendo a rotulagem adequada e proibindo o acesso aos mesmos por pessoas estranhas;• Instalar sistemas de deteção e/ou extinção automática de incêndios nos locais em que sejam armazenados produtos inflamáveis e/ou combustíveis;• Separar e isolar os materiais e produtos que possam reagir entre si;• Instalar de forma acessível na zona de armazenamento destes produtos os equipamentos de proteção e meios de combate adequados a uma primeira intervenção no caso de acidente;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

		<ul style="list-style-type: none">• Não armazenar substâncias explosivas no estaleiro;• Utilizar os EPI adequados.
Limpeza e proteção do ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Perturbações no normal funcionamento do estaleiro• Poluição	<ul style="list-style-type: none">• O Estaleiro deve ser mantido em estado de limpeza e arrumação;• Os resíduos produzidos no estaleiro devem ser acondicionados em recipientes adequados e removidos do local, atribuindo-se-lhes destinos finais compatíveis com as suas características;• A eventual produção de resíduos tóxicos ou perigosos durante a obra, deve ser previamente verificada, e ser definido convenientemente o seu destino;• A remoção de resíduos perigosos deve ser feita por empresa certificada para o efeito;• Os escombros e entulhos da obra devem ser depositados em locais específicos aprovados pela Fiscalização;• Os veículos e equipamentos móveis devem circular em condições de limpeza, devendo ser assegurada a lavagem dos rodados sempre que necessário;• A utilização de vazadouros, lixeiras e aterros deve ser previamente autorizada;• É proibido queimar e/ou enterrar resíduos sólidos;• É proibido fazer descargas de produtos perigosos no solo ou em cursos de água.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Fases da Obra	Meios envolvidos	Riscos	Medidas preventivas
Infraestruturas elétricas		<ul style="list-style-type: none">• Riscos elétricos / eletrização e eletrocussão• Queda em altura no interior• Queda ao mesmo nível• Perfurações contusões• Queimaduras• Incêndio	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o estado de conservação do equipamento;• Colocar proteções nas aberturas interiores (caixa de elevador, escadas e aberturas no pavimento);• Os trabalhos elétricos deverão ser efetuados por trabalhadores qualificados;• Sempre que for necessário utilizar tensão superior a 50 V, os trabalhadores deverão utilizar luvas de borracha apropriadas;• Utilizar, quando necessário, capacete, barras dielétricas de manobras e antifásicas disjuntivas;• Não deverá ser permitida a mudança de lâmpadas, cobertura de caixas elétricas ou outro equipamento elétrico sem desligar os circuitos elétricos;• Não deverá ser ligado qualquer circuito do equipamento elétrico sem determinar a razão de aquele estar desligado;• Todas as partes metálicas entre si devem ser ligadas para se garantir a equipotencialidade do conjunto da cabine;• A cabine do quadro geral da obra deve ser colocada em local acessível, sobrelevado em relação ao terreno, de modo a não deixar entrar a água das intempéries;• No exterior da cabine deve ser afixado um ou mais sinais bem visíveis referindo o risco elétrico;• O quadro elétrico geral e demais quadros devem cumprir as características legalmente impostas, nomeadamente no que diz respeito à inacessibilidade de peças em tensão, à separação de circuitos e à ligação das massas metálicas à terra;• Os quadros móveis devem ser construídos em materiais plásticos autoextinguíveis, semiflexíveis, resistentes ao choque, serem estanques (IP55) e terem corte geral, disjuntor diferencial de 30 mA e um disjuntor magnetotérmico para cada saída disponível e serem equipados com buçins para entrada e saída;• Nos “atravessamentos” provisórios sob caminho de terra batida a proteção do cabo não deverá ser feita através de perfis metálicos, já que estes, ao se enterrarem por



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

			<p>ação da passagem dos veículos, danificarão, com as suas extremidades, o isolamento do cabo;</p> <ul style="list-style-type: none">• Os quadros devem ser equipados com barramento de terra devidamente ligado à rede de terras ou ao elétrodo de terra;• Deve ser mantida uma distância considerável entre a rede elétrica e a rede de água, sendo que os terminais daquela (tomadas, interruptores, etc.) deverão ser colocados a pelo menos 1,90 m da canalização de água;• Retirar imediatamente os condutores e restante equipamento que dele façam parte, sempre que, por necessidade do avanço dos trabalhos, ou por qualquer outro motivo, seja desativado qualquer circuito elétrico;• Utilizar equipamentos elétricos e de instalação do tipo antideflagrante quando em obra se utilizem produtos inflamáveis voláteis (tais como: colas de tipo de “contacto”; solventes de gorduras; etc.);• As tomadas de corrente disponíveis em obra, devem ser do tipo “estanque com engate” e deverão ser todas do mesmo modelo;• Deve ser feita referência nos contratos de adjudicação de trabalhos de subempreitada do tipo de tomada instalada em obra de modo a que, em tempo útil, o subempreiteiro adapte as fichas do seu equipamento à rede de distribuição que vai utilizar;• Todos os circuitos devem dispor de condutores de proteção; Ter especial cuidado com as redes elétricas aéreas da área envolvente à obra, de forma a evitar interferência entre as linhas de condução de corrente elétrica;• As cablagens de alimentação dos quadros devem estar protegidas contra ações mecânicas, utilizando-se cabos tipo VAV;• A disposição das cablagens em estaleiro deverá ser efetuada recorrendo à fixação em postes ou esteiras, ou ainda enterradas, de modo a evitar as ações mecânicas normais neste tipo de instalações ou o esmagamento por viaturas ou máquinas;• Presença em todos os quadros móveis de um interruptor de corte geral, além do disjuntor diferencial e ainda um disjuntor magnetotérmico por cada tomada de
--	--	--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

			corrente disponível.
Infraestruturas hidráulicas	<ul style="list-style-type: none">Ferramentas manuais	<ul style="list-style-type: none">Cortes e contusõesRiscos toxicológicos (intoxicação através de PVC)Entalhamentos	<ul style="list-style-type: none">Nunca transportar ferramentas com arestas vivas ou cortantes nos bolsos do vestuário, com exceção dos bolsos previstos para o efeito;Usar equipamento de proteção das vias respiratórias e luvas de proteção com resistência ao corte.
Demolição de obras existentes	<ul style="list-style-type: none">GiratóriaRetroescavadoraMartelos pneumáticosMaçosPásPicaretasBarras de ferroCunhas	<ul style="list-style-type: none">EsmagamentoEntalhamentosCortes e feridas diversasQueda ao mesmo nívelRuído e vibraçõesInalação de poeiras e pósProjeção de partículas	<ul style="list-style-type: none">O técnico responsável deverá tomar as providências adequadas, planeando e assegurando as medidas de segurança necessárias;Não é permitida a presença de trabalhadores sobre os elementos que estiverem a ser demolidos;Proporcionar equipamento de proteção individual aos trabalhadores envolvidos e instruções para a sua utilização, nas seguintes situações:Capacete de proteção: uso geralCalçado de segurança: uso geralMáscara contra poeiras: a utilizar enquanto houver poeiras resultantes da demoliçãoÓculos de proteção: quando seja provável a projeção de partículas, incluindo poeirasLuvas de proteção mecânica;Seguir as medidas de prevenção na utilização dos equipamentos de trabalho indicadas mais à frente.
Betonagem	<ul style="list-style-type: none">BetãoAutobombaVibradorRéguaRodo	<ul style="list-style-type: none">Quedas ao mesmo nívelQuedas em alturaFerimentos por objetos pontiagudosDesmoronamento da	<ul style="list-style-type: none">Inspecionar o estado da cofragem e do escoramento antes de se iniciar e durante a betonagem;Não descarregar abruptamente o betão numa mesma zona;Caso se justifique, iluminar convenientemente a zona de escoramento;Interditar, durante toda a betonagem, o acesso à zona de escoramento;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

		<p>estrutura de suporte</p> <ul style="list-style-type: none">• Choques provocados pelo equipamento de transporte de betão• Dermatoses• Eletrocussão• Queda do vibrador em altura• Descarga elétrica• Salpico da aguada nos olhos ou pele	<ul style="list-style-type: none">• Instalar a rede elétrica tendo em conta a sequência da betonagem;• Refazer, se for caso, circulação sobre armaduras;• Manter o comportamento do escoramento sob vigilância apertada;• Procurar posições estáveis aquando da orientação da manga distribuidora da bomba;• Nas operações de desentupimento não se colocar de frente para as aberturas;• Respeitar os ritmos de betonagem pré-estabelecidos;• Organizar a regularização com talocha de modo a que o "nível de laser" não atinja acidentalmente os olhos dos trabalhadores;• O operador do vibrador deve estar apoiado de forma estável e usar luvas de proteção adequadas;• O vibrador deve ser limpo diariamente depois da sua utilização;• Não descarregar o betão tangencialmente à cofragem, no caso do betão ser bombeado;• Se o betão for distribuído nas lajes através de mangueira, os trabalhadores que a manobrem devem estar sempre de frente para os lados de fora da laje e para outras aberturas na laje;• No caso de utilização de grua na betonagem de elementos verticais, o balde deverá ser movimentado, na horizontal e a uma altura conveniente, até à perpendicular da zona a betonar e prosseguir em movimento lento quando da descida, evitando que o balde oscile;• Quando do entupimento de condutas de betonagem, a desobstrução deve ser efetuada cuidadosamente;• O cabo de alimentação do vibrador deve ser protegido;• Utilizar obrigatoriamente capacete de proteção, botas impermeáveis com proteção mecânica, luvas de PVC e protetores auriculares.
--	--	--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Riscos individuais / posto de trabalho	Atividades	Riscos específicos	Medidas preventivas
Diretor de obra	Coordena a empreitada	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga mental	<ul style="list-style-type: none">• Para além de outras medidas preventivas estipuladas para as correspondentes fases da obra / utilização de equipamentos:• Garantir ambiente de trabalho adequado em termos de iluminação, ventilação, ambiente térmico, ruído• Dispor de mobiliário confortável e adequado às respetivas tarefas• Assegurar medidas de segurança contra incêndio e quedas (pavimentos antiderrapantes)
Encarregado geral	Coordena e supervisiona todas as atividades em obra	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga física e mental	
Técnico de segurança	Elabora os planos de segurança, identificando os equipamentos e materiais a utilizar, garantindo a sua conformidade com os procedimentos de segurança; realiza auditorias de segurança e propõe medidas corretivas e preventivas	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga física e mental	
Topógrafo	Implanta a obra	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga física e mental	
Preparador e medidor	Mede a obra e prepara elementos para o encarregado geral	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga mental	
Apontador	Administrativo	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga mental	
Condutor / manobrador	Opera os equipamentos móveis	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga física• Risco de acidentes com outros equipamentos móveis	
Pedreiro	Várias tarefas	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga física• Riscos ambientais (trabalho sob frio, calor, chuva)	
Eletricista	Executa as instalações elétricas	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

		<ul style="list-style-type: none">• Fadiga física• Risco de choque elétricos	
Servente	Várias tarefas	<ul style="list-style-type: none">• Risco ergonómico• Fadiga física• Riscos ambientais (trabalho sob frio, calor, chuva)	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

6. Obrigações

6.1 Dono da Obra

O dono da obra deve:

- a) Nomear os coordenadores de segurança em projeto e em obra, nas situações referidas nos números 1 e 2 do artigo 9.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- b) Elaborar ou mandar elaborar o plano de segurança e saúde, de acordo com os artigos 5.º e 6.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- c) Assegurar a divulgação do plano de segurança e saúde, de acordo com o disposto no artigo 8.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- d) Aprovar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra;
- e) Comunicar previamente a abertura do estaleiro à Inspeção-geral do Trabalho, nas situações referidas no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- f) Entregar à entidade executante cópia da comunicação prévia da abertura do estaleiro, bem como as respetivas atualizações;
- g) Elaborar ou mandar elaborar a compilação técnica da obra
- h) Se intervierem em simultâneo no estaleiro duas ou mais entidades executantes, designar a que, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro, tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;
- i) Assegurar o cumprimento das regras de gestão e organização geral do estaleiro a incluir no plano de segurança e saúde em projeto definidas no anexo I do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro.

6.2 Coordenador de Segurança

1- O coordenador de segurança em projeto deve, no que respeita ao projeto da obra e à preparação e organização da sua execução:

- a) Assegurar que os autores do projeto tenham em atenção os princípios gerais do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- projeto da obra, referidos no artigo 4.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- b) Colaborar com o dono da obra na preparação do processo de negociação da empreitada e de outros atos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho;
 - c) Elaborar o plano de segurança e saúde em projeto ou, se o mesmo for elaborado por outra pessoa designada pelo dono da obra, proceder à sua validação técnica;
 - d) Iniciar a organização da compilação técnica da obra e completá-la nas situações em que não haja coordenador de segurança em obra;
 - e) Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do presente diploma.

2 - O coordenador de segurança em obra deve no que respeita à execução desta:

- a) Apoiar o dono da obra na elaboração e atualização da comunicação prévia prevista no artigo 15.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- b) Apreciar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica;
- c) Analisar a adequabilidade das fichas de procedimentos de segurança e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas;
- d) Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
- e) Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;
- f) Coordenar o controlo da correta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que tenham influência na segurança e saúde no trabalho



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- g) Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção;
- h) Registrar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra;
- i) Assegurar que a entidade executante tome as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;
- j) Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente no estaleiro;
- k) Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do presente diploma;
- l) Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro;
- m) Integrar na compilação técnica da obra os elementos decorrentes da execução dos trabalhos que dela não constem.

6.3 Entidade Executante

A entidade executante deve:

- a) Avaliar os riscos associados à execução da obra e definir as medidas de prevenção adequadas e, se o plano de segurança e saúde for obrigatório nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, propor ao dono da obra o desenvolvimento e as adaptações do mesmo;
- b) Dar a conhecer o plano de segurança e saúde para a execução da obra e as suas alterações aos subempreiteiros e trabalhadores independentes, ou pelo menos a parte que os mesmos necessitam de conhecer por razões de prevenção;
- c) Elaborar fichas de procedimentos de segurança para os trabalhos que impliquem riscos especiais e assegurar que os subempreiteiros e trabalhadores independentes e os representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho que trabalhem no estaleiro tenham conhecimento das mesmas;
- d) Assegurar a aplicação do plano de segurança e saúde e das fichas de procedimentos de segurança por parte dos seus trabalhadores, de subempreiteiros e trabalhadores



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

independentes;

- e) Assegurar que os subempreiteiros cumpram, na qualidade de empregadores, as obrigações previstas no artigo 22.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- f) Assegurar que os trabalhadores independentes cumpram as obrigações previstas no artigo 23.º do Decreto-lei n.º273/2003 de 29 de outubro;
- g) Colaborar com o coordenador de segurança em obra, bem como cumprir e fazer respeitar por parte de subempreiteiros e trabalhadores independentes as diretivas daquele;
- h) Tomar as medidas necessárias a uma adequada organização e gestão do estaleiro, incluindo a organização do sistema de emergência;
- i) Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;
- j) Organizar um registo atualizado dos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados com atividade no estaleiro, nos termos do artigo seguinte;
- k) Fornecer ao dono da obra as informações necessárias à elaboração e atualização da comunicação prévia;
- l) Fornecer ao autor do projeto, ao coordenador de segurança em projeto, ao coordenador de segurança em obra ou, na falta destes, ao dono da obra os elementos necessários à elaboração da compilação técnica da obra.

6.4 Empregadores

1 - Durante a execução da obra, os empregadores devem observar as respetivas obrigações gerais previstas no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e em especial:

- a) Comunicar, pela forma mais adequada, aos respetivos trabalhadores e aos trabalhadores independentes por si contratados o plano de segurança e saúde ou as fichas de procedimento de segurança, no que diz respeito aos trabalhos por si executados, e fazer cumprir as suas especificações;
- b) Manter o estaleiro em boa ordem e em estado de salubridade adequado;
- c) Garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessária à segurança em todos os postos de trabalho no estaleiro;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- d) Garantir a correta movimentação dos materiais e utilização dos equipamentos de trabalho;
- e) Efetuar a manutenção e o controlo das instalações e dos equipamentos de trabalho antes da sua entrada em funcionamento e com intervalos regulares durante a laboração;
- f) Delimitar e organizar as zonas de armazenagem de materiais, em especial de substâncias, preparações e materiais perigosos;
- g) Recolher, em condições de segurança, os materiais perigosos utilizados;
- h) Armazenar, eliminar, reciclar ou evacuar resíduos e escombros;
- i) Determinar e adaptar, em função da evolução do estaleiro, o tempo efetivo a consagrar aos diferentes tipos de trabalho ou fases do trabalho;
- j) Cooperar na articulação dos trabalhos por si desenvolvidos com outras atividades desenvolvidas no local ou no meio envolvente;
- k) Cumprir as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante;
- l) Adotar as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho revistas em regulamentação específica;
- m) Informar e consultar os trabalhadores e os seus representantes para a segurança, higiene e saúde no trabalho sobre a aplicação das disposições do presente diploma.

2 - Quando exercer atividade profissional por conta própria no estaleiro, o empregador deve cumprir as obrigações gerais dos trabalhadores previstas no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

6.5 Trabalhadores Independentes

Os trabalhadores independentes são obrigados a respeitar os princípios que visam promover a segurança e a saúde, devendo, no exercício da sua atividade:

- a) Cumprir, na medida em que lhes sejam aplicáveis, as obrigações estabelecidas no artigo 22.º do Decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de outubro;
- b) Cooperar na aplicação das disposições específicas estabelecidas para o estaleiro, respeitando as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

7. Projeto De Estaleiro

No domínio da organização do trabalho no estaleiro da obra, deve a entidade executante:

- a) Manter o estaleiro em boa ordem e em estado de salubridade adequado
- b) Garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessárias à segurança em todos os postos de trabalho
- c) Garantir a correta movimentação dos materiais e utilização dos equipamentos de trabalho
- d) Efetuar a manutenção e o controlo das instalações e dos equipamentos de trabalho antes da sua entrada em funcionamento e com intervalos regulares durante a laboração
- e) Delimitar e organizar as zonas de armazenagem de materiais, em especial de substâncias perigosas
- f) Recolher, em condições de segurança, os materiais perigosos utilizados
- g) Depositar seletivamente e dar um destino adequado aos resíduos e escombros
- h) Determinar e adaptar, em função da evolução da obra, o tempo efetivo a consagrar aos diferentes tipos de trabalho ou fases do trabalho

Neste sentido deve o PSS da Obra integrar o projeto do estaleiro, a elaborar pela entidade executante, e a incluir no Anexo 3, incluindo, a nível de memória descritiva e de planta geral, os acessos, as circulações, a movimentação de cargas, o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, o sistema de remoção de resíduos, a sinalização e as instalações sociais.

Na organização geral e gestão do estaleiro, para além do especificamente referido no Projeto deverão ser tidos em conta os seguintes aspetos particulares:

7.1 Acessos

O estaleiro será vedado. As entradas e saídas far-se-ão pelos portões devidamente sinalizados. Quaisquer condicionantes de tráfego serão devidamente assinaladas.

7.3 Água Potável



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

O abastecimento de água potável será assegurado pela entidade executante, devendo a potabilidade da água ser verificada através de análises a realizar periodicamente por laboratório credenciado.

Qualquer outro sistema de distribuição de água utilizado no estaleiro (para lavagens, etc) deverá ter indicação de “água imprópria para consumo”, junto dos aparelhos de utilização.

7.4 Resíduos

Devem prever-se no estaleiro zonas específicas para a deposição dos resíduos produzidos, cujo acesso deve manter-se em bom estado de utilização de modo a permitir a evacuação por meios mecânicos.

Os materiais recuperáveis (papel-cartão, vidros, plásticos, etc.) devem ser depositados e recolhidos seletivamente.

Os escombros e entulhos da obra, dos quais devem ser previamente separados todos os materiais aproveitáveis, devem ser depositados em locais específicos, aprovados pela fiscalização.

Sempre que existam resíduos sólidos ou líquidos perigosos, o seu acondicionamento deve obedecer às regras de segurança adequadas, devendo o local de deposição encontrar-se isolado. A remoção destes resíduos deve ser feita por trabalhadores com informação sobre as regras de segurança a observar na remoção dos resíduos perigosos e com os equipamentos de proteção individual adequados.

Os resíduos indiferenciados devem ser removidos diariamente pela entidade executante.

O destino de todos os resíduos deve ser previamente autorizado.

7.5 Primeiros Socorros

Em locais de fácil acesso deverão ser colocados armários com material de primeiros socorros, devidamente assinalados.

7.6 Visitantes

Só serão permitidos visitantes no estaleiro cuja entrada tenha sido autorizada pela fiscalização ou diretor de obra.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Os visitantes deverão ser sempre acompanhados por pessoa conhecedora do estaleiro, a designar pela entidade executante ou fiscalização, tomar conhecimento das principais zonas de risco através duma planta do estaleiro, e usar crachá, capacete com a indicação de “visitante” e calçado adequado, próprio ou a distribuir no estaleiro.

Do projeto do estaleiro constará também o organograma funcional, com definição de funções, tarefas, responsabilidades e dependências hierárquicas, até ao nível da equipa de trabalho.

O organograma em vigor, bem como o horário de trabalho, deverão constar em local visível do estaleiro durante a execução da obra.

8. Requisitos de Segurança e Saúde

8.1 Considerações Gerais

Avaliados os riscos e identificadas as medidas preventivas, a entidade executante deverá garantir que no desenrolar da execução da obra são cumpridos os decorrentes requisitos de segurança e saúde, assegurando a aplicação das medidas estipuladas - com prioridade das de proteção coletiva sobre as individuais - e a informação adequada dos trabalhadores sobre as mesmas.

A entidade executante só pode iniciar a implantação do estaleiro depois da aprovação pelo dono da obra do plano de segurança e saúde para a execução da obra.

Referem-se, neste capítulo em particular, os aspetos relativos à sinalização de segurança e saúde a utilizar no estaleiro, à utilização de equipamentos de trabalho e ao controlo da sua utilização, ao plano de saúde dos trabalhadores e em particular ao controlo da alcoolémia.

8.2 Utilização pelos Trabalhadores de Equipamentos de Trabalho

O Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro, estabelece o quadro geral das prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho. Relevam-se em particular as regras de utilização destes equipamentos, que devem ser cumpridas no estaleiro. Estas regras são aplicáveis na medida em que o correspondente risco exista no equipamento de trabalho considerado.

8.2.1 Utilização dos Equipamentos de Trabalho em Geral

Disposições gerais:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

A fim de proteger a segurança dos operadores e de outros trabalhadores, os equipamentos de trabalho devem:

- 1 - Ser instalados, dispostos e utilizados de modo a reduzir os riscos;
- 2 - Ter um espaço livre suficiente entre os seus elementos móveis e os elementos, fixos ou móveis, do meio circundante;
- 3 - Ser montados e desmontados com segurança e de acordo com as instruções do fabricante;
- 4 - Estar protegidos por dispositivos ou medidas adequadas contra os efeitos dos raios nos casos em que possam ser atingidos durante a sua utilização;
- 5 - Assegurar que a energia ou qualquer substância utilizada ou produzida possa ser movimentada ou libertada com segurança;
- 6 - Ser utilizados apenas em operações ou em condições para as quais sejam apropriados.

Utilização de equipamentos móveis:

- 1 - Os equipamentos de trabalho automotores só podem ser conduzidos por trabalhadores devidamente habilitados.
- 2 - Se os equipamentos se movimentarem em zonas de trabalho, devem ser estabelecidas e respeitadas regras de circulação.
- 3 - Os trabalhadores não devem deslocar-se a pé nas zonas em que operem equipamentos de trabalho automotores, exceto se a deslocação for necessária para a execução dos trabalhos e se se encontrarem implementadas as medidas adequadas a evitar que sejam atingidos pelos equipamentos.
- 4 - Os equipamentos de trabalho móveis acionados mecanicamente só podem transportar trabalhadores em lugares seguros previstos para o efeito.
- 5 - Se for necessário efetuar trabalhos durante a deslocação, a velocidade dos equipamentos de trabalho previstos no número anterior deve ser reduzida tendo em conta essa circunstância.
- 6 - Os equipamentos de trabalho móveis com motor de combustão só devem ser utilizados em zonas de trabalho em que haja atmosfera respirável suficiente para evitar riscos para a segurança ou saúde dos trabalhadores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Equipamentos de trabalho de elevação de cargas:

- 1 - Os equipamentos de trabalho desmontáveis ou móveis de elevação de cargas devem ser utilizados de modo a garantir a sua estabilidade durante a utilização e em todas as condições previsíveis, tendo em conta a natureza do solo.
- 2 - A elevação de trabalhadores só é permitida com equipamentos de trabalho e acessórios destinados a essa finalidade, e sempre que se encontrem implementadas as medidas de proteção individual adequadas.
- 3 - Excecionalmente, os equipamentos de trabalho destinados a outra finalidade podem efetuar a elevação de trabalhadores, desde que haja as medidas necessárias para garantir a sua segurança, nomeadamente que o posto de comando esteja ocupado em permanência e os trabalhadores disponham de meios de comunicação e de evacuação seguros.
- 4 - É proibida a presença de trabalhadores sob cargas suspensas ou a deslocação de cargas suspensas por cima de locais de trabalho não protegidos e habitualmente ocupados por trabalhadores, exceto se a boa execução dos trabalhos não puder ser assegurada de outra forma e se forem adotadas as medidas de proteção adequadas.
- 5 - Os acessórios de elevação de cargas devem:
 - a) Ser escolhidos em função das cargas a manipular, dos pontos de preensão, do dispositivo de fixação e das condições atmosféricas
 - b) Ter em conta o modo e a configuração da lingada
 - c) Ser claramente identificáveis para que o utilizador possa conhecer as suas características, se não forem desmontados após a sua utilização
 - d) Ser devidamente armazenados de forma a não se danificarem ou deteriorarem

Elevação de cargas não guiadas:

- 1 - Se dois ou mais equipamentos de trabalho de elevação de cargas não guiadas estiverem instalados ou montados num local de trabalho de modo que os respetivos campos de ação se sobreponham, devem ser tomadas medidas adequadas para evitar colisões entre as cargas e os elementos dos próprios equipamentos de trabalho.
- 2 - Durante a utilização de equipamentos de trabalho móveis de elevação de cargas não guiadas devem ser tomadas medidas para evitar o basculamento, o capotamento, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

deslocação e o deslizamento dos equipamentos e deve ser controlada a sua correta aplicação.

3 - Se as condições meteorológicas forem suscetíveis de afetar a segurança do funcionamento ao ar livre de equipamentos de trabalho de elevação de cargas não guiadas e de causar riscos para os trabalhadores, a sua utilização deve ser adiada ou interrompida e devem ser adotadas medidas que impeçam o seu capotamento.

Organização do trabalho na elevação de cargas:

- 1 - As operações de elevação de cargas devem ser corretamente planificadas, vigiadas de forma adequada e efetuadas de modo a proteger a segurança dos trabalhadores.
- 2 - As operações de elevação de cargas suspensas devem ser vigiadas permanentemente, a não ser que seja impedido o acesso à zona de perigo e a carga esteja fixada e conservada em suspensão com total segurança.
- 3 - Se uma carga for levantada simultaneamente por dois ou mais equipamentos de trabalho de elevação de cargas não guiadas, deve ser assegurada a coordenação dos operadores.
- 4 - Nas situações em que o operador de um equipamento de trabalho de elevação de cargas não guiadas não possa observar todo o trajeto da carga, diretamente ou através de dispositivos auxiliares, deve ser designado um sinaleiro que em comunicação com o operador o oriente, devendo ainda ser tomadas medidas que evitem a colisão de cargas que possa pôr em perigo os trabalhadores.
- 5 - As operações em que a carga for fixada ou libertada manualmente por um trabalhador devem ser realizadas com total segurança e o trabalhador deve manter o controlo direto ou indireto das operações.
- 6 - Na utilização de equipamentos de trabalho de elevação de cargas não guiadas que não possam reter as cargas em caso de corte total ou parcial da energia, deve evitar-se a exposição dos trabalhadores aos riscos correspondentes.

8.2.2 Utilização dos Equipamentos de Trabalho Destinados a Trabalhos em Altura

Disposições gerais sobre trabalhos temporários em altura:

- 1 - Na situação em que não seja possível executar os trabalhos temporários em altura a partir



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

de uma superfície adequada, com segurança e condições ergonómicas apropriadas, deve ser utilizado equipamento mais apropriado para assegurar condições de trabalho seguras.

2 - Na utilização de equipamento destinado a trabalhos temporários em altura, o empregador deve dar prioridade a medidas de proteção coletiva em relação a medidas de proteção individual.

3 - O dimensionamento do equipamento deve corresponder à natureza dos trabalhos e às dificuldades que previsivelmente ocorram na sua execução, bem como permitir a circulação de trabalhadores em segurança.

4 - A escolha do meio de acesso mais apropriado a postos de trabalho em altura deve ter em consideração a frequência da circulação, a altura a atingir e a duração da utilização.

5 - O acesso a postos de trabalho em altura deve permitir a evacuação em caso de perigo iminente.

6 - A passagem, em qualquer sentido, entre meios de acesso a postos de trabalho em altura e plataformas e passadiços deve, se for caso disso, estar protegida contra riscos adicionais de quedas.

7 - O trabalho sobre uma escada num posto de trabalho em altura deve ser limitado aos casos em que não se justifique a utilização de equipamento mais seguro em razão do nível reduzido do risco, da curta duração da utilização ou de características existentes que o empregador não pode alterar.

8 - Os trabalhos em altura só devem ser realizados quando as condições meteorológicas não comprometam a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Medidas de proteção coletiva:

1 - As medidas de proteção coletiva destinadas a limitar os riscos a que os trabalhadores que executam trabalhos temporários em altura estão sujeitos devem atender ao tipo e características dos equipamentos de trabalho a utilizar.

2 - Sempre que a avaliação de riscos considere necessário, devem ser instalados dispositivos de proteção contra quedas, com configuração e resistência que permitam evitar ou sustentar quedas em altura.

3 - Os dispositivos de proteção contra quedas só podem ser interrompidos nos pontos de acesso de escadas, verticais ou outras.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

4 - Se a execução de determinados trabalhos exigir, tendo em conta a sua natureza, a retirada temporária de dispositivos de proteção coletiva contra quedas, o empregador deve tomar outras medidas de segurança eficazes e, logo que a execução dos trabalhos termine ou seja suspensão, instalar novamente esses dispositivos.

Utilização de escadas:

- 1 - As escadas devem ser colocadas de forma a garantir a sua estabilidade durante a utilização.
- 2 - Os apoios das escadas portáteis devem assentar em suporte estável e resistente, de dimensão adequada e imóvel, de forma que os degraus se mantenham em posição horizontal durante a utilização.
- 3 - Durante a utilização de escadas portáteis, deve ser impedido o deslizamento dos apoios inferiores através da fixação da parte superior ou inferior dos montantes, de dispositivo antiderrapante ou outro meio de eficácia equivalente.
- 4 - As escadas utilizadas como meio de acesso devem ter o comprimento necessário para ultrapassar em, pelo menos, 90 cm o nível de acesso, salvo se houver outro dispositivo que garanta um apoio seguro.
- 5 - As escadas de enganchar com vários segmentos e as escadas telescópicas devem ser utilizadas de modo a garantir a imobilização do conjunto dos segmentos.
- 6 - As escadas móveis devem ser imobilizadas antes da sua utilização.
- 7 - As escadas suspensas devem ser fixadas de forma segura e, com exceção das escadas de corda, de modo a evitar que se desloquem ou balancem.
- 8 - As escadas devem ser utilizadas de modo a permitir que os trabalhadores disponham em permanência de um apoio e de uma pega seguros, inclusivamente quando seja necessário carregar um peso à mão sobre as mesmas.

Utilização de técnicas de acesso e de posicionamento por cordas:

- 1 - A utilização de técnicas de acesso e posicionamento por meio de cordas deve ser limitada a situações em que a avaliação de risco indique que o trabalho pode ser realizado com segurança e não se justifique a utilização de equipamento mais seguro.
- 2 - A utilização das técnicas de acesso e de posicionamento por meio de cordas deve respeitar



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

as seguintes condições:

- a) O sistema deve ter, pelo menos, a corda de trabalho a utilizar como meio de acesso, descida e sustentação, e a corda de segurança a utilizar como dispositivo de socorro, as quais devem ter pontos de fixação independentes
- b) O trabalhador deve utilizar arneses adequados através dos quais esteja ligado à corda de segurança
- c) A corda de trabalho deve estar equipada com um mecanismo seguro de subida e descida, bem como com um sistema autobloqueante que impeça a queda no caso de o trabalhador perder o controlo dos seus movimentos
- d) A corda de segurança deve estar equipada com um dispositivo móvel antiqueda que acompanhe as deslocações do trabalhador
- e) Em função da duração do trabalho ou de restrições de natureza ergonómica, determinadas na avaliação dos riscos, a corda de trabalho deve possuir um assento equipado com os acessórios adequados
- f) As ferramentas e outros acessórios utilizados pelo trabalhador devem estar ligados ao seu arnês ou assento, ou presos de forma adequada
- g) O trabalho deve ser corretamente programado e supervisionado de modo que o trabalhador possa ser imediatamente socorrido em caso de necessidade

3 - Em situações excecionais em que se verifique que a utilização de uma segunda corda aumentaria os riscos, pode ser utilizada uma única corda desde que sejam tomadas as medidas adequadas para garantir a segurança do trabalhador.

Utilização de andaime:

1 - A montagem, desmontagem ou reconversão do andaime só pode ser efetuada sob a direção de uma pessoa competente com formação específica adequada sobre os riscos dessas operações, nomeadamente sobre:

- a) A interpretação do plano de montagem, desmontagem e reconversão do andaime
- b) A segurança durante a montagem, desmontagem ou reconversão do andaime
- c) As medidas de prevenção dos riscos de queda de pessoas ou objetos
- d) As medidas que garantem a segurança do andaime em caso de alteração das condições meteorológicas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

e) As condições de carga admissível

f) Qualquer outro risco que a montagem, desmontagem ou reconversão possa comportar

2 - Se a complexidade do andaime o exigir, deve ser elaborado um plano que defina os procedimentos gerais da sua montagem, utilização e desmontagem, completado, se necessário, com instruções precisas sobre detalhes específicos do andaime.

3 - O andaime que não disponha da nota de cálculo fornecida pelo fabricante ou cuja nota de cálculo não contemple as configurações estruturais só pode ser montado após elaboração do cálculo de resistência e estabilidade do mesmo, exceto se for montado respeitando uma configuração tipo geralmente reconhecida.

4 - A pessoa competente que dirija a montagem, desmontagem ou reconversão do andaime e os trabalhadores que executem as respetivas operações devem dispor do plano previsto no n.º 2, bem como das instruções que eventualmente o acompanhem.

Estabilidade do andaime:

1 - Os elementos de apoio do andaime devem ser colocados de modo a evitar os riscos resultantes de deslizamento através de fixação à superfície de apoio de dispositivo antiderrapante ou outro meio eficaz que garanta a estabilidade do mesmo.

2 - A superfície de suporte do andaime deve ter capacidade suficiente.

3 - O andaime sobre rodas deve ter dispositivos adequados que impeçam a deslocação acidental durante a utilização.

Plataformas do andaime:

1 - As dimensões, forma e disposição das plataformas do andaime devem ser adequadas ao trabalho a executar e às cargas a suportar, bem como permitir que os trabalhadores circulem e trabalhem em segurança.

2 - As plataformas do andaime devem ser fixadas sobre os respetivos apoios de modo que não se desloquem em condições normais de utilização.

3 - Entre os elementos das plataformas e os dispositivos de proteção coletiva contra quedas em altura não pode existir qualquer zona desprotegida suscetível de causar perigo.

4 - As partes do andaime que não estejam prontas a ser utilizadas, nomeadamente durante a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

montagem, desmontagem ou reconversão do andaime, devem ser assinaladas por meio de sinalização de segurança e saúde no trabalho, nos termos da legislação aplicável, e convenientemente delimitadas de modo a impedir o acesso à zona de perigo.

8.3 Controlo de Utilização dos Equipamentos no Estaleiro

O controlo de utilização de equipamentos no estaleiro deverá ser feito regularmente pela entidade executante, assegurando que todos os equipamentos existentes se encontram em bom estado de funcionamento.

No caso de se verificarem anomalias, deverá a entidade executante tomar as necessárias medidas corretivas e preventivas de forma a evitar riscos da sua utilização.

Os resultados do controlo de utilização dos equipamentos devem ser registado em fichas específicas, que devem ser incluídas pela entidade executante no Anexo 4.

No capítulo 21 constam os modelos utilizáveis para a verificação de segurança de máquinas móveis e de máquinas de elevação e movimentação de materiais.

8.4 Equipamentos De Proteção Individual

A utilização de equipamentos de proteção individual deve enquadrar-se no normativo estabelecido nos seguintes diplomas:

- a) Decreto de Lei nº 348/93, de 01/10 - Estabelece o enquadramento relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho
- b) Portaria nº 988/93, de 06/10 - Estabelece a regulamentação relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamento de proteção individual

Os equipamentos de proteção individual deverão ser utilizados quando os riscos não puderem ser evitados ou suficientemente limitados por meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho, indicando-se no quadro seguinte os EPI em função do posto de trabalho.

Os trabalhadores devem dispor de informação sobre todas as medidas a tomar relativamente à segurança e saúde na utilização dos equipamentos de proteção individual e sobre os riscos contra os quais estes equipamentos os visam proteger, e ter formação sobre a sua utilização.

Os trabalhadores têm a responsabilidade de participar das anomalias do equipamento e de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

respeitar todas as instruções de utilização.

Devem efetuar-se os registos da distribuição de EPI aos trabalhadores da obra, que devem ser incluídos pela entidade executante no Anexo 5.

8.5 Plano De Saúde Dos Trabalhadores

De acordo com a legislação em vigor, a entidade executante deverá assegurar a vigilância da saúde dos seus trabalhadores em geral, e em particular tendo em conta a natureza dos trabalhos a que serão afetos no decorrer da obra.

Do desenvolvimento do PSS para a execução da obra deverá assim a entidade executante incluir o plano de saúde dos trabalhadores, o qual contemplará, no mínimo, exames de saúde a realizar:

- à data de entrada de cada trabalhador no estaleiro
- com periodicidade mínima semestral
- no regresso ao trabalho após ausência superior a 30 dias.

Considerando que grande percentagem de acidentes nas obras se verifica por elevado consumo de bebidas alcoólicas, o plano de saúde contemplará o rastreio de alcoolémia.

Os registos das inspeções médicas a cada trabalhador deverá ser incluído no Anexo 6.

9 Programação Dos Trabalhos

O desenvolvimento do presente documento para a execução da obra pela entidade executante deverá ter em conta a programação da execução dos diversos trabalhos e a intervenção de subempreiteiros e trabalhadores independentes, incluindo os respetivos prazos execução.

Assim, o programa definitivo dos trabalhos, incluindo:

- Cronograma detalhado dos trabalhos, situando no tempo os trabalhos e tarefas de maior risco;
- Cronograma atualizado de mobilização de meios humanos, representando as cargas de mão-de-obra em homens.hora ao longo dos meses de execução da obra e a carga acumulada;
- Cronograma de mobilização dos equipamentos, representando as cargas equipamento, expressas em horas, ao longo dos meses de execução da obra, e a carga acumulada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Deverá ser incluído pela entidade executante no anexo 7

10. Sistema De Gestão De Informação E Comunicação Entre Todos Os Intervenientes No Estaleiro Em Matéria De Prevenção De Riscos Profissionais

No que se refere à transmissão da informação relevante no domínio da prevenção de riscos profissionais, cabe à entidade executante:

- a) Afixar cópias da comunicação prévia e das suas atualizações, no estaleiro, em local bem visível;
- b) Dar a conhecer o PSS para a execução da obra e as respetivas alterações aos subempreiteiros e trabalhadores independentes, ou pelo menos a parte que os mesmos necessitam de conhecer por razões de prevenção;
- c) Afixar no estaleiro em local bem visível, as declarações de contratualização do dono da obra com os coordenadores de segurança, assim como as declarações de aceitação destes
- d) Organizar e comunicar mensalmente ao dono da obra o registo atualizado dos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados com atividade no estaleiro;
- e) Todos os empregadores em geral (incluindo a entidade executante) deverão:
- f) Comunicar, pela forma mais adequada, aos respetivos trabalhadores e aos trabalhadores independentes por si contratados, o PSS ou as fichas de procedimento de segurança, no que diz respeito aos trabalhos por si executados, e fazer cumprir as suas especificações;
- g) Comunicar, à ACT e ao coordenador de segurança em obra, qualquer acidente de trabalho de que resulte a morte ou a lesão grave de trabalhadores;
- h) Organizar o registo dos seus trabalhadores e trabalhadores independentes por si contratados que trabalhem no estaleiro durante um prazo superior a 24 horas;
- i) Informar e consultar os trabalhadores e os seus representantes para a segurança, higiene e saúde no trabalho sobre a aplicação das disposições em vigor sobre a matéria.

Toda a informação relativa a segurança, higiene e saúde deve ser aprovada e ou comunicada ao coordenador de segurança em obra.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

O sistema de transmissão da informação deverá seguir o organograma funcional aprovado.

O coordenador de segurança em obra assume responsabilidades especiais na coordenação e no acompanhamento do conjunto das atividades de segurança, higiene e saúde desenvolvidas no estaleiro pela entidade executante, subempreiteiros e trabalhadores independentes, e na verificação da transmissão da informação e comunicação entre todos os intervenientes nesta matéria.

Assim sendo, ao longo do desenvolvimento da obra deverão ser registadas:

- a) As atividades de coordenação desenvolvidas no sentido de:
 - Promover e verificar o cumprimento do PSS por parte da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro;
 - Coordenar as atividades da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
 - Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção.
- b) As reuniões entre os intervenientes no estaleiro sobre a prevenção de riscos profissionais, com indicação de datas, participantes e assuntos tratados.
- c) As auditorias de avaliação de riscos profissionais efetuadas no estaleiro, com indicação das datas, de quem as efetuou, dos trabalhos sobre que incidiram, dos riscos identificados e as medidas de prevenção preconizadas.

Estes registos devem ser incluídos no anexo 8.

11. Sistema de Informação e de Formação de todos os Trabalhadores Presentes no Estaleiro em Matéria de Prevenção de Riscos Profissionais

A entidade executante prestará formação aos seus trabalhadores no âmbito da segurança e saúde e garantirá a difusão da informação adequada no que se refere à organização do estaleiro, medidas de prevenção coletivas e individuais.

A entidade executante deve assegurar que o PSS e as suas alterações estejam acessíveis, no estaleiro, aos subempreiteiros, aos trabalhadores independentes e aos representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde que nele trabalhem. Pelo menos a cópia da comunicação prévia de abertura do estaleiro e a cópia da lista dos contactos telefónicos das entidades a contactar em caso de emergência devem ser afixadas em local bem visível, junto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

das entradas do escritório da entidade executante, dos dormitórios e do refeitório.

As ações de formação serão dirigidas para os aspetos específicos da obra e a implementação das medidas previstas no PSS para a execução da obra, tendo sempre presente a sua atualização, complementação e eventuais correções. Nestas ações deve ser solicitado a presença do coordenador de segurança e saúde em obra.

A entidade executante deverá providenciar para que pelo menos um trabalhador seja instruído em matéria de primeiros socorros.

12. Instalações Sociais para o Pessoal Empregado na Obra

No estaleiro deverão existir dormitórios, balneários, vestiários, instalações sanitárias e refeitório (único local permitido ao pessoal para a preparação de refeições e consumo de alimentos).

Estas instalações deverão ser montadas sempre que possível junto da entrada do estaleiro, tendo em vista a minimização de trajetos, e genericamente deverão dispor de:

- a) Abertura das portas e janelas para o exterior
- b) Ligação à terra de contentores metálicos
- c) Extintores no interior junto às saídas e caminhos de evacuação
- d) Iluminação de emergência
- e) Telefones de emergência de acesso permanente, com afixação de ficha de informações e lanterna portátil
- f) Ambiente térmico que proporcione conforto
- g) Redes de água, esgotos, eletricidade, gás, em função da sua utilização
- h) Remoção periódica dos resíduos produzidos
- i) Limpeza periódica assegurado por pessoal auxiliar
- j) Lava botas, dotados de mangueiras flexíveis, junto à entrada dos edifícios.

Especificamente, deverão ainda estas instalações observar as condições a seguir indicadas.

12.1 Dormitórios

- a) Implantação em local onde o descanso do pessoal não seja perturbado por ruídos ou iluminação excessiva
- b) Cubicagem mínima de 5,5 m³/trabalhador e pé direito mínimo de 3m



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- c) Beliches não contemplando mais que duas camas
- d) Afastamento mínimo de 1 m em camas simples e 1,5 m em beliches
- e) Cacifos individuais com cadeado
- f) Paredes e chão facilmente laváveis
- g) Ventilação assegurada por janelas protegidas com rede plástica mosquiteira, e com área total de 1/20 do pavimento
- h) Iluminação natural e elétrica
- i) Aquecimento com renovação de ar
- j) Limpeza diária
- k) Desinfecção/desinfestação trimestral

12.2 Vestiários / Balneários

- a) Separação por sexos
- b) Comunicação direta com as instalações sanitárias
- c) Pé-direito mínimo de 2,6 m
- d) Área mínima de 1m² por trabalhador (para mais de 25 trabalhadores)
- e) Abastecimento de água potável
- f) Sistema de esgotos
- g) Pavimento de betonilha ou equivalente, facilmente laváveis
- h) Sistema de escoamento de água através de ralos
- i) Limpeza diária
- j) Cabines de banho com antecâmara de vestir dotada de banco e cabide, separadas do exterior por cortina ou porta, chuveiro com água quente e fria, piso antiderrapante, separadas por divisórias com altura mínima de 1,80m, sendo o espaço livre junto ao pavimento, caso exista, não superior a 0,20m
- k) Lavatórios, podendo ser coletivos, em número de 1 por 5 trabalhadores, providos de sabão não irritante, com utilização de toalhas individuais
- l) Armários individuais, com fechadura, aberturas de arejamento na parte superior e inferior da porta, permitindo guardar a roupa de uso pessoal em local distinto do da roupa de trabalho nos casos em que os trabalhadores

12.3 Instalações sanitárias



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- a) Separação por sexos
- b) Comunicação direta com os vestiários
- c) Pé-direito mínimo de 2,6 m
- d) Tiragem de ar direta para o exterior
- e) Abastecimento de água canalizada, com sistema de descarga nas sanitas e urinóis
- f) Sistema de esgotos
- g) Pavimento liso, revestido de material resistente, facilmente lavável
- h) Urinóis em número de 1 por 25 trabalhadores
- i) Retretes em número de 1 por 25 trabalhadores, com dimensões mínimas 0,80m (largura) x 1,30m (profundidade), divisórias com altura mínima de 1,80m e espaço livre junto ao pavimento, caso exista, não superior a 0,20m
- j) Limpeza diária

12.4 Refeitório

- a) Pé-direito mínimo livre de 2,5 m
- b) Cobertura e paredes exteriores impermeáveis
- c) Tetos pintados ou envernizados
- d) Paredes pintadas laváveis até 1,80 m
- e) Pavimento de material facilmente lavável e construído de forma a impedir infiltrações
- f) Iluminação natural e artificial
- g) Ventilação eficaz
- h) Janelas e, quando necessário, ventiladores protegidos
- i) Proteção das janelas com redes contra a entrada de insetos, se necessário
- j) Abastecimento de água potável canalizada
- k) Zona de refeições com área de acordo com o número de trabalhadores que tomam as refeições na obra, equipada com mesas com tampo lavável e bancos
- l) Lavatórios com sistema de evacuação de esgotos
- m) Zona de cozinha, prevendo aquecimento em banho-maria, placas de aquecimento ou fogão, frigorífico, lava-louça com água quente
- n) Instalações sanitárias para uso exclusivo do pessoal de cozinha
- o) Zona para armazenagem de alimentos, ventilada e isolada, com armários



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

- p) Limpeza após cada refeição
- q) Limpeza geral diária
- r) Desinfecção periódica
- s) Isolamento

10. ANEXOS

- Anexo 1 – Mapa de Quantidades
- Anexo 2 – Comunicação Prévia
- Anexo 3 – Projeto de estaleiro
- Anexo 4 – Controlo de utilização dos equipamentos
- Anexo 5 – Registos da distribuição de EPI
- Anexo 6 – Registo de Inspeções Médicas
- Anexo 7 – Cronogramas
- Anexo 8 – Registo de Informação e formação
- Anexo 9 – Política de segurança
- Anexo 10 – Organograma da empresa
- Anexo 11 – Horários de trabalho
- Anexo 12 – Seguro de acidentes de trabalho
- Anexo 13 – Plano de sinalização e Circulação no estaleiro
- Anexo 14 – Plano de proteções coletivas
- Anexo 15 – Plano de proteções individuais
- Anexo 16 – Procedimentos de inspeção e prevenção
- Anexo 17 – Registo de não conformidades
- Anexo 18 – Participação de acidentes de trabalho
- Anexo 19 – Plano de Visitantes
- Anexo 20 – Plano de emergência
- Anexo 21 – Controlo de subempreiteiros



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 1 – Mapa de Quantidades



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 2 – Comunicação Prévia



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

1 - ENDEREÇO DO ESTALEIRO:

Morada:

Telefone:

Fax:

E-mail:

2 - NATUREZA DA OBRA:

3 - UTILIZAÇÃO PREVISTA PARA A OBRA:

4 - DONO DA OBRA:

Designação:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

5 - AUTOR DO PROJETO:

Designação:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

6 - ENTIDADE EXECUTANTE:

Designação:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

7 - FISCALIZAÇÃO DA OBRA (designado pelo Dono da Obra):

Nome:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Representado por (fiscal da obra):

Nome:

Telefone:

8 - TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA OBRA:

Nome:

Endereço:

N.º de Inscrição NA Câmara Municipal:

9 - COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM PROJETO

Nome:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Representado por (Coordenador de Segurança para o projeto):

Nome:

Telefone:

10 - COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA

Nome:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Representado por (Coordenador de Segurança para a obra):

Nome:

Telefone:

11 - DIRETOR TÉCNICO DA EMPREITADA (designado pela Entidade Executante e aceite pelo
Dono de Obra Pública):

Nome:

Endereço:

12 - REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTANTE (em obra pública):

Nome:

Endereço:

13 - DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO:

Data de Início: ____ / ____ / ____ Data de Termo: ____ / ____ / ____

14 - ESTIMATIVA DO NÚMERO MÁXIMO DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM E
INDEPENDENTES, PRESENTES SIMULTANEAMENTE NO ESTALEIRO:

____ Trabalhadores por contra de outrem, assim distribuídos:

____ Trabalhadores independentes, assim distribuídos:

(ou)

SOMATÓRIO DOS DIAS DE TRABALHO PRESTADO POR CADA UM DOS
TRABALHADORES: _____

15 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS A OPERAR NO ESTALEIRO: _____

ESTIMATIVA DO NÚMERO DE TRABALHADORES INDEPENDENTES A OPERAR NO
ESTALEIRO: _____

16 - IDENTIFICAÇÃO DOS SUBEMPREITEIROS JÁ SELECIONADOS:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Designação:

Endereço:

Telefone e Fax:

Designação:

Endereço:

Telefone e Fax:

17 - ANEXOS (nº 3 do art.º 15º, do Dec. Lei n.º 273/2003 de 29/10)

Declaração do(s) Autor(es) do projeto;

Declaração de aceitação do Coordenador de Segurança em projeto;

Declaração da Entidade Executante;

Declaração de aceitação do Coordenador de Segurança em obra;

Declaração do(s) Fiscal(is) da obra;

Declaração do Diretor Técnico da Obra;

Declaração do Representante da Entidade Executante

O Dono da Obra

Data

____/____/____



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 3 – Projeto de estaleiro



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 4 – Controlo de utilização dos equipamentos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 5 – Registos da distribuição de EPI



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 6 – Registo de Inspeções Médicas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 7 – Cronogramas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 8 – Registo de Informação e formação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 9 – Política de segurança



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 10 – Organograma da empresa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 11 – Horários de trabalho



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 12 – Seguro de acidentes de trabalho



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 13 – Plano de sinalização e Circulação no estaleiro



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 14 – Plano de proteções coletivas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 15 – Plano de proteções individuais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 16 – Procedimentos de inspeção e prevenção



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 17 – Registo de não conformidades



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 18 – Participação de acidentes de trabalho



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 19 – Plano de Visitantes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 20 – Plano de emergência



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 21 – Controlo de subempreiteiros



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 21 – Controlo de subempreiteiros



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 20 – Plano de emergência



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Anexo 21 – Controlo de subempreiteiros